

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO**

THIAGO WILLIAM FELICIO LACERDA

**A PARADA LGBT E OS ESPAÇOS PÚBLICOS: A
AFIRMAÇÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL EM
CAMPINAS**

CAMPINAS

2012

THIAGO WILLIAM FELICIO LACERDA

**A PARADA LGBT E OS ESPAÇOS PÚBLICOS: A
AFIRMAÇÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL EM
CAMPINAS**

Dissertação de mestrado apresentada como exigência para a obtenção do título de Mestre em Urbanismo, ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior.

PUC-CAMPINAS

2012

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t711.4
L131p

Lacerda, Thiago William Felício.

A parada LGBT e os espaços públicos: a afirmação da diversidade sexual em Campinas / Thiago William Felício Lacerda. - Campinas: PUC-Campinas, 2013.
153p.

Orientador: Wilson Ribeiro dos Santos Junior.
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Urbanismo.
Inclui bibliografia.

1. Espaços públicos. 2. Sexo - Diferenças. 3. Inclusão social. 4. Sexualidade. 5. Cidades e vilas (Arquitetura). I. Santos Junior, Wilson Ribeiro dos. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

22. ed.CDD – t711.4

THIAGO WILLIAM FELICIO LACERDA

**" A PARADA LGBT E OS ESPAÇOS PÚBLICOS: A
AFIRMAÇÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL EM
CAMPINAS"**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

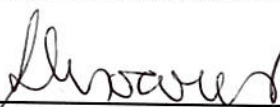
Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior

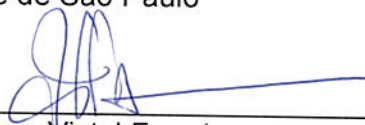
Dissertação defendida e aprovada em 20 de dezembro de 2012 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior
Orientador da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva
Universidade de São Paulo



Prof.ª Dr.ª Jane Victal Ferreira
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Aos que lutam contra toda e qualquer forma de opressão,
a realização desta pesquisa foi possível
graças aos caminhos abertos por sujeitos
que tiveram coragem de lutar por um mundo melhor,
livre de preconceito e discriminação.
Esta é minha forma de militância,
espero, também, contribuir para a criação de um mundo melhor
às próximas gerações!

AGRADECIMENTOS

Aos Professores Drs. Wilson, Dênio, Ivone, Jane, Cristina, Luiz Augusto e Manoel,
Pelo incentivo, sugestões e pelas trocas, que contribuíram imensamente para o resultado deste trabalho.

Aos Professores Drs. Luiz Augusto e Doraci,
Pelas contribuições na banca de qualificação, que propiciaram uma mudança positiva nos rumos do trabalho.

Aos Professores Drs. Alessandro Soares, Cibele Rizek, Luiz Augusto e Jane Victal,
Pela delicadeza com que me trataram na ocasião do convite para compor a banca final deste trabalho e pela disponibilidade em ajudar.

À Comissão Organizadora da Parada LGBT,
Por permitir a realização da pesquisa de campo e possibilitar a descoberta de um universo incrível que é a militância.

Aos colegas de curso Daniela, Laís, Fabrício e Jadiel,
Pelas conversas e trocas durante o mestrado, que na maioria das vezes iam além de uma relação formal entre colegas de curso e se transformou em amizade.

À Daniela e Laís,
Pelos momentos de alegria e prazer nas festas que organizávamos e que na maioria das vezes só participávamos nós três mesmo... mas que foram incríveis.

À Paula (Secretária do POSURB), Ângela (Funcionária do CAD) e Marjorie (Bibliotecária),
Pelo imenso apoio durante minha trajetória acadêmica. Além de competentes e prestativas, sempre foram muito simpáticas.

À Maria Amélia e Márcio Henrique,
Dois dos militantes mais incríveis que conheci, conhecedores do movimento social e das demandas da Comunidade LGBT, sem dúvida contribuíram muito para este trabalho.

Ao Tiago Duque,
Que mais uma vez abriu os caminhos para uma pesquisa minha, ajudou sempre que precisei, muito prestativo e eficiente.

Aos grupos de militância LGBT Moleca, Identidade, E-Jovem e Aos Brados!!,
Que abriram as portas de suas instituições e acolheram a pesquisa, colaborando de diversas formas.

Aos membros da Comissão Organizadora da Parada LGBT Márcio, Maria Amélia, Amauri, Fernanda, Lúcia Lisboa, César, Gustavo, Tiu Pereira, Raché e Marcela Volpy,
Pelo apoio e pelos momentos alegres que tivemos em outros contextos.

À minha família,
Pelo apoio incondicional em todas as minhas decisões.

Às minhas crianças Nicolly, João Pedro, Mateus e, estreando, Monique Vitória,
Pelos momentos de alegria que ajudaram a suportar os constantes momentos de estresse e pressão.

Ao orientador Prof. Dr. Wilson Caracol,
Pela confiança na realização do trabalho, pela forma com que conduziu a orientação, por me fazer sentir seguro e confiar que poderia fazer um bom trabalho, pelo estilo carinhoso, atencioso e afetivo, digno de um "paizão", e por contribuir para a minha formação de pesquisador, o que até grande parte do curso parecia muito distante para mim.

Ao Alexandre Luithle,
Parceiro, companheiro, sempre me apoiou e esteve comigo nos momentos mais difíceis e difíceis, compartilhou momentos maravilhosos também, e me faz feliz à mais de cinco anos.

À Capes,
Pelo apoio, sem o qual este trabalho não seria possível.

O bom da vida é amadurecer!

Em trabalho anterior, aos 20 e poucos, as questões eram outras, havia um clima de descoberta, de autoafirmação...

Hoje, com os 30 batendo à porta e os cabelos brancos estreando no corpo, as percepções do meu papel no mundo e do mundo são bem mais claras.

Gonzaguinha canta bem o que se passa debaixo dos meus poucos cabelos castanhos, nem tão encaracolados assim...

Eu fico
Com a pureza
Da resposta das crianças
É a vida, é bonita
E é bonita...
Viver!
E não ter a vergonha
De ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser
Um eterno aprendiz...
Ah meu Deus!
Eu sei, eu sei
Que a vida devia ser
Bem melhor e será
Mas isso não impede
Que eu repita
É bonita, é bonita
E é bonita...

RESUMO

LACERDA, Thiago William Felício. *A Parada LGBT e os espaços públicos: a afirmação da diversidade sexual em Campinas*. 2012. 153f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2012.

O trabalho parte do princípio de que há interações entre as mudanças observadas na sociedade e as concepções e usos dos espaços públicos. Aborda a realização da Parada de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e analisa como esse evento se articula com as re-significações operadas, nos últimos anos, nos espaços públicos centrais de Campinas. As dinâmicas que se estabeleceram entre os atores envolvidos no processo de construção da Parada revelaram o conteúdo destas interações estudadas a partir de dois aspectos relevantes dos espaços públicos centrais: (1) o potencial simbólico – reforçado pela escolha dos trajetos percorridos, na interlocução com o poder público, pela Parada, que na busca de legitimidade política e pública do evento associou-se ao resgate histórico dos espaços públicos centrais mais emblemáticos na vida social e urbana da cidade; e (2) a natureza destes espaços – re-significados como lugares urbanos de convívio democrático, de afirmação da diversidade sexual e de inclusão social, pela crescente legitimação da Parada e de outras atividades da Comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que vem contribuindo para a requalificação urbana dos espaços centrais de Campinas como espaços públicos e democráticos.

Palavras-chave: Requalificação urbana. Re-significação dos espaços públicos centrais. Espaços livres urbanos. Parada LGBT e diversidade sexual. Campinas.

ABSTRACT

LACERDA, Thiago William Felicio. *The LGBT Parade and public spaces: the affirmation of sexual diversity in Campinas*. 2012. 153p. Dissertation (Master in Urban Planning) - Graduate Program in Urban Planning, Pontifical Catholic University of Campinas, Campinas, 2012.

The work assumes that there are interactions between the observed changes in society and the concepts and uses of public spaces. It approaches the performance of Parade Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender and examines how this event fits in with the resignification operated in recent years, in central public spaces of Campinas. The dynamics that were established between the actors involved in the construction process Parade revealed the content of these interactions studied from two aspects relevant around central public spaces: (1) the symbolic potential - reinforced by the choice of paths traversed in dialogue with the government, by Parade, who in the pursuit of political legitimacy and public event associated with the historic rescue of the most emblematic public spaces in central and social life of the city, and (2) the nature of these spaces - re-meanings as places urban living democratic, affirmation of sexual diversity and social inclusion by increasing legitimization Parade and other activities of the Community of Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites and Transsexuals, which has contributed to the urban regeneration of the central spaces of Campinas as public spaces and democratic.

Keywords: Urban regeneration. Resignification central public spaces. Urban spaces. LGBT Parade and sexual diversity. Campinas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	= Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
APEOESP	= Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APOLGBT	= Associação da Parada do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CIAM	= Congresso Internacional da Arquitetura Moderna
CMI	= Centro de Mídia Independente
CNPJ	= Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CORSA	= Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor
CPDS	= Coordenadoria de Políticas para a Diversidade Sexual
CREAS	= Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CR	= Centro de Referência
CUT	= Central Única dos Trabalhadores
<i>DJ</i>	= <i>Disc Jockey</i>
DPJ	= Departamento de Parques e Jardins
DST	= Doenças Sexualmente Transmissíveis
EMDEC	= Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas
FEPASA	= Ferrovia Paulista S. A.
FLP	= Frente de Luta Popular
GGB	= Grupo Gay da Bahia
GLBT	= Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
GLS	= Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GLT	= Gays, Lésbicas e Travestis
GLTTB	= Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais
GM	= Guarda Municipal
<i>ILGA</i>	= <i>International Lesbian and Gay Association</i>
LGBT	= Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGTTB	= Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Bissexuais
MDSC	= Mês da Diversidade Sexual de Campinas
MHB	= Movimentos Homossexuais Brasileiros
MOLECA	= Movimento Lésbico de Campinas
MST	= Movimento dos Sem-Terra
MTD	= Movimento dos Trabalhadores Desempregados
NUDU	= Núcleo de Diversidade Sexual da Unicamp

ONG	= Organização Não-Governamental
OP	= Orçamento Participativo
PDT	= Partido Democrático Trabalhista
PLP	= Promotoras Legais Populares
PM	= Polícia Militar
PMC	= Prefeitura Municipal de Campinas
PSOL	= Partido Socialismo e Liberdade
PT	= Partido dos Trabalhadores
RMC	= Região Metropolitana de Campinas
SAMU	= Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SANASA	= Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S. A.
SEMURB	= Secretaria Municipal de Urbanismo
SETEC	= Serviços Técnicos Gerais
SMCAIS	= Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social
SMC	= Secretaria Municipal de Cultura
SME	= Secretaria Municipal de Esportes
SMS	= Secretaria Municipal de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2.3 A década de 1950: os centros cívicos.....	29
2.4 A cidade no contexto da metrópole contemporânea	32
3 O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL E AS PARADAS EM CAMPINAS.....	36
3.1 Explorando o campo de pesquisa: a articulação dos movimentos homossexuais na construção das Paradas em Campinas	40
3.2 A nomenclatura LGBT: uma questão conceitual	47
4 PARADA LGBT DE CAMPINAS: AS 11ª E 12ª EDIÇÕES (2011 E 2012)	69
4.1 1º Ciclo – Preparação da 11ª Parada LGBT de Campinas.....	70
4.2 A 11ª Parada LGBT de Campinas: o trajeto, a repercussão na mídia e a avaliação do evento.....	75
4.3 2º Ciclo: Construção do Projeto das atividades do Mês da Diversidade Sexual e da 12ª Parada LGBT de Campinas.....	85
4.4 3º Ciclo: Preparação da 12ª edição da Parada LGBT	89
4.5 12ª Parada LGBT de Campinas, repercussão na mídia e avaliação do evento.....	94
4.6 Sobre a Comissão Organizadora da Parada LGBT de Campinas.....	101
4.7 Considerações sobre a pesquisa de campo	105
5 A AFIRMAÇÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL EM CAMPINAS: CONQUISTAS E PERMANÊNCIAS	113
5.1 Interações entre os atores envolvidos na organização e realização da Parada LGBT de Campinas.	114
5.1 Trajetos da Parada LGBT de Campinas	117
5.2 Mês da Diversidade Sexual de Campinas.....	126
5.3 Praça Bento Quirino: de marco zero da cidade à “Praça do Sucão” ou “Praça da Diversidade”	128
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS.....	140
APÊNDICES	145
APÊNDICE A.....	145

APÊNDICE B.....	148
ANEXOS.....	150
ANEXO A.....	150
ANEXO B.....	152
ANEXO C.....	153

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação, intitulada “A Parada LGBT e os espaços públicos: a afirmação da diversidade sexual em Campinas”, estuda as transformações de usos e de sociabilidade nos espaços públicos centrais de Campinas, a partir da Parada de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), uma manifestação do movimento homossexual local.

Os questionamentos que originaram o interesse para a realização desta pesquisa foram vários, formulados ao longo dos anos de 2008 a 2010, quando foram realizadas as 8ª, 9ª e 10ª Paradas de Campinas. Mesmo vivenciando o chamado “gueto *gay*” em Campinas e em São Paulo desde 2004, aproximadamente, nunca havia participado de uma Parada antes de 2008. Porém, nesta ocasião, em 2008, algo mudara, vivia uma relação de conjugalidade com outro homem e não pretendia esconder isto de ninguém. Se na época da faculdade, da descoberta da sexualidade, minhas demandas eram aproveitar o “gueto *gay*” e ser discreto no dia-a-dia para não me aborrecer com o preconceito, neste momento eu queria visibilizar minhas demandas por um mundo em que eu pudesse viver e ser feliz com meu companheiro em público, sem as amarras sociais, sem os comentários maldosos, sem os olhares distorcidos e reprovadores. Decidimos participar da Parada. Estávamos animados com a perspectiva de estarmos entre iguais e de contribuir para a erradicação da discriminação por orientação sexual e de tudo que esta implicasse. No entanto, conseguimos ficar apenas trinta minutos na manifestação, o trajeto não havia iniciado, na concentração ainda, fomos embora.

E isto se repetiu em 2009 e em 2010. Não me sentia representado por aquela manifestação. Não me sentia confortável por estar lutando por uma causa ao lado de pessoas que desejavam apenas se divertir, se embriagar e se enveredar na rota do sexo. Além disto, eu era morador do centro e me incomodava com os resultados da Parada nos espaços públicos, desde o lixo acumulado nas ruas e praças, o odor insuportável em todos os lugares e, mesmo, a interrupção do trânsito, que me deixou preso em casa em pleno dia de folga.

Na edição de 2010 não percebi mudança na Parada nem em meu pensamento, participamos, eu e meu companheiro, por mais trinta minutos e as impressões foram as mesmas de dois anos antes. Foi aí que comecei a amadurecer alguns questionamentos e senti vontade de pesquisar a Parada com o objetivo de conhecê-la melhor, entender qual era o sentido da manifestação, como era organizada, cheguei a questionar até se havia algum tipo de organização, qual seria a relação com o poder público, se era apenas de colocar polícia nas ruas ou se havia mais, enfim, coloquei no papel estas inquietações, conversei com algumas pessoas, entre amigos e ex-professores, me aproximei do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC-Campinas, elaborei o projeto e ingressei no curso de Mestrado em Urbanismo.

Mesmo depois do início da pesquisa, os preconceitos com a Parada continuaram por um bom tempo. Não conseguia entender principalmente o fundamento da dimensão festiva no evento, buscava a todo o momento destacar o aspecto político. Por mais que eu entendesse que era a celebração festiva que atraía os participantes, acreditava que a organização do evento deveria conduzir a manifestação de forma a enfatizar o aspecto político. Incomodava-me muito as discussões, nas reuniões, sobre shows de *drag queens*, especialmente por que a Comissão dava muita importância para isto e eu achava totalmente secundário.

Ao final da pesquisa percebi que com essa postura frente à Parada, acabei caindo em um círculo vicioso negativo que serve apenas para desqualificar as Paradas e os homossexuais, e permaneci neste círculo por muito tempo. Depois das experiências vivenciadas durante a pesquisa de campo, da leitura da bibliografia sobre as Paradas, especialmente Silva (2006) e Camargos (2007) e, especialmente das orientações – meu orientador sempre foi um entusiasta da pesquisa e sempre tentou tirar as vendas que tinha em meus olhos sobre a Parada – consegui visualizar o evento Parada em si e perceber que o poder político e transformador do evento está onde ele é mais atacado... e não poderia ser diferente.

Para o trabalho foi realizada pesquisa empírica, observação participante, junto à Comissão Organizadora do evento, nas 11ª e 12ª edições. Durante a pesquisa participei das reuniões de construção da Parada LGBT e em

algumas reuniões com o poder público. Nestas ocasiões fazia anotações no caderno de campo e ocasionalmente conversava com os participantes para esclarecer eventuais dúvidas.

Entre a sétima e a oitava reunião da Comissão, no período da pesquisa identificado como o primeiro ciclo, meu comportamento mudou em relação às questões da observação e participação, até em função de minha busca por entender como as questões políticas se articulavam na preparação da Parada.

Na ocasião da 8ª reunião o membro da Comissão que geralmente fazia as atas não esteve presente. Vi naquele momento uma possibilidade de conhecer mais profundamente o processo de construção da Parada e me aproximar mais da Comissão. Elaborar a ata das reuniões poderia se constituir em uma oportunidade para isto, uma vez que os assuntos e discussões eram registrados em ata. Ou seja, poderia ser um exercício muito importante para o entendimento da manifestação e de tudo o que a envolvesse. Com o aceite da Comissão, passei a transferir as anotações do meu caderno de campo para as atas das reuniões, que eram encaminhadas por *e-mail* para os membros da Comissão e, desde este período, passaram a ser o material sobre o qual me debrucei para escrever o capítulo sobre as 11ª e 12ª edições da Parada LGBT.

Outra situação de envolvimento com o campo, no mesmo período, se deu na ocasião de um encontro com o Coordenador de Políticas para Diversidade Sexual de Campinas, na prefeitura, onde fui conversar sobre a pesquisa e sobre o trabalho dele em relação à Parada LGBT. Na saída da prefeitura encontrei um membro da Comissão, do Grupo Aos Brados!!, responsável pelo evento seguinte do Mês da Diversidade Sexual, o “Pedala Bicha”, que havia ido à prefeitura retirar a documentação necessária para que o evento acontecesse.

O membro da Comissão pediu que o acompanhasse, fomos, então, até a sala do Coordenador, de onde havia saído minutos antes. Descemos os três até o andar do Coordenador da Cultura onde se realizou uma reunião. O embate se devia em função da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (EMDEC) não ter liberado o alvará do evento, por entender que havia problemas na solicitação. Para expedir o alvará, a EMDEC solicitava uma carta de apoio da

Secretaria Municipal de Cultura (SMC), outra da Secretaria Municipal de Esportes (SME), o alvará da Secretaria Municipal de Urbanismo (SEMURB) e a liberação do uso do solo da autarquia Serviços Técnicos Gerais (SETEC). Era uma Sexta-feira, por volta de 15h: 30min. O Coordenador da Cultura estava muito ocupado e envolvido com os assuntos de sua coordenadoria, visivelmente incomodado com a situação de tensão que se estabeleceu. O responsável pelo evento fez uma longa fala política solicitando a intervenção direta do Coordenador da Cultura para resolver estes impasses.

Minutos depois, foi expedida uma carta de apoio da Secretaria de Cultura e a comunicação de que o responsável pela EMDEC iria liberar o alvará do evento, desde que a documentação solicitada fosse entregue na sede da empresa impreterivelmente até às 17h: 00min daquele dia.

Enquanto o membro do Grupo Aos Brados!! resolvia outras questões, acompanhei o Coordenador, enquanto este expedia uma carta de apoio de sua coordenadoria nos moldes que a Cultura produziu. Aguardei. Sua secretária entrou na sala e entregou um documento, o Coordenador passou os olhos e disse que não havia visto nada. Enquanto digitava, ele dizia que não daria tempo, era aproximadamente 16h: 15min. Neste momento decidi: iria me envolver com o processo de construção da Parada LGBT e dos eventos, senti que somente desta forma entenderia como funcionavam as questões políticas que envolviam o poder público e os movimentos sociais. Sugeri que entregasse o documento que o levaria até a EMDEC. O Coordenador pareceu não ter muita certeza se isto daria certo, mas me entregou os documentos. Passei os olhos no documento, o qual minutos antes o Coordenador dissera à secretária que não havia lido. O que chamou a atenção era que o documento, alvará da SEMURB, proibia a montagem de qualquer estrutura metálica no Largo do Rosário, local onde seria realizado a concentração e o encerramento do evento. O uso era permitido, no entanto o palco previsto no projeto não. Era isto. O Coordenador sabia que o Grupo Aos Brados!! ficaria insatisfeito. Depois de conversa com o membro do grupo, decidimos que os dois levariam a documentação na EMDEC e deixaríamos de retirar o último documento que faltava, no Parque Portugal, em função da falta de tempo.

Chegamos na EMDEC dez minutos antes do término do prazo e fomos direcionados a um funcionário, auxiliar do responsável pela emissão do documento. Este solicitou somente o alvará da SEMURB, deixando de lado as cartas de apoio da Coordenadoria de Cultura e Coordenadoria de Políticas para Diversidade Sexual (CPDS), e a liberação do uso de solo da SETEC. Poucos minutos depois o funcionário entregou o alvará para a realização do evento. O documento que faltou não fez a menor diferença para a liberação do alvará deste órgão para a realização do evento.

Desde estes momentos, ainda no início da pesquisa de campo, não consegui resistir à “tentação” da participação. Me envolvi intensamente com a organização da Parada LGBT, nas discussões das reuniões da Comissão e com o poder público. Além dos objetivos de aproximação com o campo e de facilitar o entendimento das questões que envolviam a organização da Parada LGBT, a vontade de contribuir para que o evento acontecesse, de militar por uma causa que me diz respeito, também foram muito decisivos, especialmente por nunca ter tido nenhum contato com a militância ou com os movimentos sociais.

A participação se confundiu com a observação durante o período da pesquisa empírica. Pensei que durante a pesquisa eu precisaria participar ao máximo e que a parte da observação se daria ao término da pesquisa, com a análise das atas.

Com o término da pesquisa de campo percebi que minha estratégia estava calcada não na observação participante, mas na “participação observante”, a qual Durham (1986) se refere em casos em que o objeto de pesquisa é familiar ao pesquisador. Segundo a autora, o pesquisador precisa conduzir a pesquisa, saber distinguir os momentos de aproximação e distanciamento com o campo, para que o trabalho científico não reproduza, simplesmente, o discurso dos sujeitos da pesquisa.

Durante a redação dos capítulos desta dissertação, isto foi levado em consideração e houve a tentativa de distanciamento físico e mental com o campo, com o fim em analisar os processos observados.

Outro recurso metodológico utilizado foi a busca de matérias veiculadas na mídia, especialmente no Jornal Correio Popular, sobre todas as edições do evento, com o objetivo de reconstituir o cenário das edições anteriores à realização da pesquisa de campo e criar um histórico sistematizado das Paradas.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

O primeiro capítulo aborda algumas re-significações dos espaços públicos centrais de Campinas, em períodos emblemáticos na história da cidade, com o objetivo de pensar que a cada momento de mudança social, os espaços públicos ganharam novo conteúdo na dinâmica urbana.

O segundo capítulo resgata o histórico das dez edições das Paradas de Campinas, por meio da pesquisa no arquivo do Jornal Correio Popular. Aborda o surgimento dos movimentos homossexuais em Campinas, com a caracterização dos grupos de militância e das ações desenvolvidas que ocasionaram conquistas em um período anterior à realização das primeiras Paradas. Estas conquistas fortaleceram o movimento na cidade e consolidaram uma base para a realização de um evento como a Parada, que já possuía grande expressão no Brasil, especialmente na cidade de São Paulo, e no mundo.

O terceiro capítulo aborda a pesquisa de campo realizada junto à Comissão Organizadora das 11^a e 12^a edições da Parada LGBT de Campinas. O período estudado foi dividido em três partes, que retrataram momentos distintos no contexto da Comissão e da construção da Parada.

O quarto capítulo reflete sobre as conquistas e permanências impulsionadas pela realização das Paradas em Campinas, que apontam para um contexto de afirmação da diversidade sexual no âmbito dos espaços públicos centrais.

Nesse sentido, o trajeto percorrido pela manifestação e os locais de concentração e encerramento do evento, ao longo dos anos, reforçam os espaços públicos como espaços simbólicos e de reconhecimento na cidade, especialmente

os Largos do Rosário, o Largo do Pará, a Praça Bento Quirino e as ruas e avenidas do entorno.

O Mês da Diversidade Sexual de Campinas, iniciado na 3ª edição da Parada, representa uma atividade que expressa a permanência da Comunidade LGBT local nos espaços públicos centrais.

A Praça Bento Quirino, no processo de re-significação contemporânea, se constitui como um marco na cidade de Campinas, pois é a primeira e única praça pública de convivência relativamente democrática entre homossexuais e heterossexuais.

Estes indicativos apontam para uma transformação nas concepções e usos dos espaços públicos centrais de Campinas. As Paradas contribuíram para estas re-significações e para a mudança de pensamento e atitudes de amplos segmentos sociais de Campinas em relação à Comunidade LGBT.

2 ESPAÇOS PÚBLICOS CENTRAIS EM CAMPINAS: RE-SIGNIFICAÇÕES NO PASSADO E NO PRESENTE

O presente capítulo reflete sobre a natureza dos espaços públicos urbanos e analisa algumas transformações sociais emblemáticas para o entendimento do papel que os espaços públicos da área central desempenham na estrutura espacial e simbólica da cidade de Campinas.

A percepção de que existe uma correlação entre as mudanças estruturais na sociedade e as mudanças observadas na vivência e usos dos espaços públicos urbanos, indica a existência de uma permanente interação entre espaço e dinâmica social e reitera a noção de constante re-significação conceitual e simbólica que os mesmos apresentam em períodos determinados.

As cidades sempre foram o lócus das ações política e social e cada vez mais predominam como espaços de organização social. O meio urbano é atualmente o local de vida da maior parte da população brasileira.

O tradicional binômio cidade e campo foi redefinido na contemporaneidade e apesar de haver diferenças entre as duas formas de ocupação do território, no sistema produtivo contemporâneo as atividades agrárias estão cada vez mais ligadas às tecnologias urbanas, com fortes impactos tanto nos modos de vida da população camponesa quanto nas formas de cultivo da terra ou criação de animais.

As cidades são constituídas do diálogo entre materialidades – edificações, vias, espaços livres e outras dimensões de um aparato concreto – e da ação material de sujeitos – com interesses, ideais, visões de mundo e vários tipos de organizações sociais específicas.

Em suma, os sujeitos sociais conferem vida aos lugares. Edifícios ou áreas desabilitadas perdem o sentido na dinâmica da cidade. Exemplo disso são as áreas ferroviárias abandonadas ou pouco utilizadas, como no caso de Campinas, onde uma imensa orla ferroviária remanesce praticamente inativa

desde quando o trem – um dos motores da modernidade – entrou em obsolescência e deixou de ser o foco dos investimentos público-privados e o transporte preferencial de passageiros e cargas. Ou seja, à medida que o transporte ferroviário foi perdendo o uso, este equipamento urbano começou a se esvaziar, de pessoas e significado. Este tipo de fenômeno urbano recorrente na segunda metade do século XX é denominado por autores como Mongin (2009) como baldios da sociedade industrial ou vazios urbanos e são vistos, frequentemente como locais potenciais locais para se operar requalificações urbanas com o objetivo de reintegrar (devolver) esses espaços à cidade.

Cada cidade é única, à medida que se localiza em um lugar específico, em um tempo social e histórico característicos (Villaça, 2001). Os processos de produção e reprodução do espaço urbano e a atuação das forças dinâmicas – econômicas, políticas, culturais e sociais – não são as mesmas, nem ocorrem ao mesmo tempo em todas as cidades.

A natureza da relação entre os conceitos e as práticas que se estabelecem nas esferas pública e privada é, também, um importante indicador que contribui para o entendimento da lógica de organização das cidades, no contexto em que estão inseridas. A singularidade das relações de cada cidade, poderão ser mais bem compreendidas em sua historicidade. Nesse sentido, os conceitos de espaços públicos e espaços privados não são dotados de um significado constante no tempo e no espaço.

Villaça (1997) trata das interações dialéticas entre o espaço e a sociedade, em “Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira”. Segundo o autor, tanto as transformações sociais interferem no meio urbano, como as transformações urbanas interferem na sociedade. O resultado dessas interações na cidade e da relação das cidades com o entorno – região metropolitana, região, estado, fronteiras, entre outras – contribui para o desenho do espaço urbano de cada cidade.

As formas de apropriação dos espaços da cidade são frutos das relações sociais, não são aleatórias, nem seguem lógicas racionais ou instituídas. Nesse sentido a esfera simbólica é emblemática para a compreensão de escolhas

no âmbito dos espaços da cidade, o que faz com que os sujeitos criem trajetos e elejam lugares para circulação e permanência. É esta dimensão simbólica que contribui para o entendimento da eleição de algumas ruas para serem percorridas em dia de procissão, paradas comemorativas ou manifestações políticas e sociais, por exemplo, ao invés de outras. O mesmo ocorre com o uso de praças, e outros espaços da cidade, sejam eles públicos ou privados. O uso que se faz dos espaços confere significados e os re-significam de acordo as mudanças sociais.

Graça (2006) faz uma observação interessante em relação à materialidade das cidades e dos espaços públicos. Segundo o autor, inversamente à cidade - que se apresentaria como uma realidade concreta, em função do conjunto de edifícios, equipamentos e infraestruturas - os espaços públicos se caracterizariam pela ausência de uma concretização física. Seriam espaços da cidade, como os que refletem mediações de várias esferas da sociedade. O diálogo com a cidade se constituiria, então, pela presença das pessoas que os ocupariam e que deles fariam uso.

Por ser um espaço eminentemente social, é também espaço de representação, na qual a sociedade se faz visível. Será assim possível ler e compreender no espaço público, a expressão do fervilhar de forças que habitam a cidade. (GRAÇA, 2006, p. 02)

Outra relação que expressa a lógica de organização material e social das cidades refere-se à contradição entre espaços públicos e privados. Ambos existem somente na relação um com o outro (SOLÀ-MORALES, 2001). Então se os espaços públicos possuem o potencial de materializar as forças que habitam e a lógica de organização das cidades, os espaços privados também o possuem.

Na contemporaneidade esta contraposição está sendo rediscutida, apesar das evidências reveladas pelo aumento de empreendimentos privados fechados, sobretudo a partir da década de 1970, quando emerge uma tendência mundial, atualmente em curso, com muitos reflexos no Brasil, de privatização da vida pública. Estes empreendimentos, condomínios fechados, *shopping centers*, centros comerciais e empresariais, geralmente são localizados afastados dos centros das cidades, e monitorados, com usos regulamentados.

Em Campinas o primeiro *Shopping Center*, aberto em 1980, foi o Iguatemi, de acordo com site próprio na internet. Em 2001 a cidade possuía cinco *Shoppings*, como apontou o estudo de Santos (1999). Atualmente são oito *Shoppings Centers*, de grande e médio porte, em funcionamento e algumas dezenas de galerias ou centros de compras e lazer menores, os *malls*.

A maioria dos grandes *shoppings centers* de Campinas estabeleceram uma nova relação com a cidade, tendo como característica comum o fato de que estão localizadas no entorno, nas periferias, às margens das rodovias, mesclando usuários locais e da Região Metropolitana de Campinas (RMC).

Os condomínios fechados, enquanto modalidades de moradia, verticais ou horizontais, também se encontram em crescente difusão, atingindo várias camadas de renda da população. Nesses locais, os espaços de sociabilidades são regulamentados, igualmente aos *shoppings centers*.

Luiz Eduardo W. Wanderley (1996) apresenta reflexões instigantes ao debate dos espaços públicos no contexto brasileiro. Segundo o autor, o conceito de espaço público – de maneira mais ampla, que compreende as relações entre o econômico e o político, o público e o privado, o público não estatal e o público no sentido universal – apresenta-se fragilizado na América Latina, e no Brasil especificamente, devido ao passado colonial, diferindo em relação à noção de público de alguns países europeus.

Nesse sentido, o Brasil sempre teria sido cenário de práticas clientelistas, políticas de favores e apropriação do público pelo privado. Esses fatores foram decisivos para a configuração do desenho urbano brasileiro, onde se destacam a segregação sócio espacial, pobreza, miséria, distribuição desigual de recursos e de infraestruturas urbanas para a população. Wanderley (1996) entende que no contexto atual esta lógica continua, mas de maneira mais sutil.

Manuel de Solà Morales (2001) apresentou uma alternativa à relação desigual que sobrepõe, na contemporaneidade, a noção de privado à de público. Ao refletir sobre os espaços públicos e espaços coletivos sugeriu que o papel dos espaços públicos seria o de urbanizar os espaços privados, ou seja, convertê-los em parte do público. Nesse sentido, a importância dos espaços recairia no fato

deles serem coletivos por que as categorias constituintes do público e do privado atualmente encontram-se diluídas. O autor ressaltou, no entanto, que não se trataria de uma defesa neoliberal da autonomia privada, mas, ao contrário, partiria da ideia da intervenção do poder público na qualificação dos espaços privados, com o fim de transformá-los em espaços coletivos.

A reflexão sobre a categoria “espaços coletivos” é importante para o entendimento de situações onde as noções de público e privado se confundem nos dias atuais, como apontou Morales (2001). As ruas e praças das cidades não são mais os únicos lugares de encontro e outros lugares, frutos do mesmo processo de desvalorização dos espaços públicos tradicionais, despontam como espaços da vida pública contemporânea, compondo o cotidiano da maioria das pessoas, em maior ou menor grau, como estações de metrô, aeroportos, terminais de ônibus, *shopping centers*, parques, supermercados, entre outros.

2.2 As transformações dos espaços públicos em Campinas no século XIX e XX

A primeira praça pública de Campinas¹ foi o Largo do Capim, local onde nasceu a cidade.

O Largo do Capim servia de pouso para os viajantes mineradores e para a alimentação dos animais e tornou-se a sede da Igreja da Matriz Provisória, que foi posteriormente substituída pela Matriz de Nossa Senhora do Carmo. A população da freguesia foi se instalando no entorno do Largo e crescendo até a mesma adquirir o status de vila.

No início do Século XIX, a praça já contava com o pelourinho quando foi decretada a construção da Casa de Câmara e Cadeia. Simbolicamente estava

¹ A atual cidade de Campinas foi assim denominada em 1842, porém o espaço físico foi ocupado desde 1722. Até ascender à condição de cidade, o núcleo estabelecido foi denominado de povoado, freguesia, bairro e vila, a mudança na nomenclatura se deu em função de mudanças sociais. Para entender como se deu esse processo, ver Badaró (1996).

se construindo ali, um espaço de interesse público. Da Casa de Câmara voltada para o espaço da praça foram lidos documentos importantes para a história nacional e da cidade, como a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República.

No decorrer da primeira metade do Século XIX, a atividade econômica da região, que caracterizou o tipo de urbanização de Campinas como o de uma vila açucareira, passou por várias transformações e a predominância do cultivo de outra iguaria valorizada no mercado externo, o café, marcou a constituição da cidade, em 1842.

A cidade continuou a crescer econômica e demograficamente em torno do Largo da Matriz Velha². Neste período, a cidade já contava com uma segunda praça, o Largo da Santa Cruz, onde, em 1835 foi construída a primeira força da cidade, destinada principalmente aos escravos.

A Igreja do Rosário, em função das decadentes instalações da Matriz Velha e da demora na construção da Matriz Nova, serviu de palco para importantes eventos tanto no período colonial como no Império, especialmente quando da visita do Imperador à cidade.

Estas primeiras praças, neste contexto, eram espaços que organizavam as relações religiosas, políticas e culturais em Campinas até mais da metade do século XIX. No final do século, quando a Modernidade que já se fazia presente em várias partes do mundo manifestou-se no Brasil, instalou-se, em Campinas, uma clara contradição causada pela coexistência da elite aristocrática de brancos da cidade imperial que aspiravam a Modernidade e as heranças da escravidão (mais da metade da população à época da promulgação da Lei Áurea era constituída de escravos).

As praças públicas centrais de Campinas foram os locais de maior percepção das contradições provenientes dos limites dos dois sistemas, o imperial, onde a escravidão, herdeira do período colonial, se fazia presente e o

² Esta denominação se deu com a transferência da Matriz para a atual Catedral.

moderno (em vias de implementação) pelo fato de abrigarem edifícios como a cadeia, o pelourinho e a forca e não serem de livre acesso aos escravos negros.

A centralidade da vida urbana no entorno das praças percorreu todo o Século XIX. Lima (2000) entendeu que a multiplicidade de usos e a espetacularidade das festas religiosas e profanas, conferia a elas, um caráter circense. Já no período do café, houve uma espécie de divisão de funções entre as principais praças, segundo a autora. O Largo da Matriz Velha se devotava ao comércio, às principais atividades religiosas, políticas e administrativas, ao passo que o Largo do Rosário nucleava a área residencial.

Além das funções descritas acima, no Largo da Matriz Velha era realizado o comércio de negros escravos e eram aplicados castigos exemplares àqueles escravos que descumpriam ordens. No entanto, caso a sentença do escravo fosse a morte, essa seria realizada no Largo Santa Cruz ou no Largo São Benedito. Essas atividades faziam parte da vida da cidade na primeira metade do Século XIX e coexistiam com as outras funções das praças.

A instância da justiça, na relação entre senhores e escravos, foi caracterizada com o chamado “espetáculo da punição”. Realizado nas ruas e praças públicas, a prática possuía o objetivo disciplinador dos escravos, servia como exemplo. O caráter espetacular se dava por que

O rito abrangia, além da praça da forca, outros pontos centrais da cidade e todo o percurso até o patíbulo, através de um cortejo que se iniciava no Largo da Cadeia, onde se encontrava o preso, prosseguia ao Largo da Matriz Velha, para que se realizasse uma missa pelo condenado, depois pelas ruas do Sacramento, do Picador (atual Marechal Deodoro), do Comércio (atual Dr. Quirino), rua da Ponte (atual Major Solon) até chegar ao Largo de Santa Cruz. (LIMA, 2000, p. 26)

As praças públicas eram, também, cenários para os batuques dos negros escravos e para o carnaval dos brancos. As festas que os negros faziam nas fazendas, os batuques e as congadas, apreciadas pelos fazendeiros, passaram a se realizar nas praças públicas. Porém, logo foram proibidas, especialmente pelas brigas entre os negros escravos, e pela presença do candomblé, que não era a religião oficial dos homens brancos. Os rituais africanos passaram a ser realizados, então, de maneira clandestina (LIMA, 2000).

Os carnavais agitaram as ruas e praças públicas de Campinas desde 1857. A concentração dos blocos, cordões e carros alegóricos se dava no Largo da Santa Cruz e percorria o centro da cidade. Era proibido às mulheres saírem fantasiadas em público durante o dia.

Estes tipos de acontecimentos nas praças públicas de Campinas – morte e punição aos escravos, festas de negros, e festas de brancos – denunciavam quão excludentes e desiguais eram as relações sociais que ali se estabeleciam. O espaço público despontava, sob estes aspectos, no período que compreende quase todo o Século XIX, como uma extensão dos direitos do fazendeiro, branco, de posses. O conflito que se dava no âmbito do espaço público não era somente proveniente do sistema escravista, mas, também, de gênero, no que se referia à participação da mulher.

O mesmo processo que levou ao fim da escravidão gerou novas formas de pensar e agir nos espaços públicos.

À diferenciação na forma de pensar os espaços públicos, correspondeu uma mudança arquitetônica e urbanística essencial na cidade de Campinas que marcou o fim da era colonial e o início da moderna: a passagem da ideologia da praça colonial e funcional para a do jardim monumental, belo e limpo.

Lima (2000) distingue a praça do jardim, como sendo uma a antítese do outro. Isto por que a praça, que veio antes, era caracterizada por um grande espaço vazio limitado por construções e, composto de atividades diversas e sobrepostas umas as outras.

A praça deve sua existência, sobretudo, aos adros das igrejas, ocupando um papel central na dinâmica da cidade colonial e compondo-se por edificações e atividades vitais à ordem social. Reunia em torno de si casas, vendas, o Paço, congregava os fiéis e atendia às atividades seculares como as de recreio, mercado, bem como as de caráter político e militar... Transformar a praça em jardim, modificar sua forma e função, significa interferir na estrutura mesma da cidade, alterando sua lógica de organização espacial, política e social (LIMA, 2000, p. 11).

Nesse sentido, o Código de Posturas de 1858 refletiu o momento de mudanças estruturais pelo qual a cidade passava e inaugurou uma nova forma de pensar a cidade e, em especial, os espaços públicos. O desenvolvimento da

cidade, em vários aspectos, refletiu a intenção da elite dominante de “aformosear”, termo utilizado à época, a cidade. Este documento instituiu uma série de normas e condutas em relação ao trato do espaço público, determinou conceitos de limpeza e conservação das ruas e praças públicas.

Posteriormente, o Código de Posturas de 1864 previu multa e prisão para aqueles que destruíssem as árvores plantadas nos espaços públicos. Neste momento se iniciou em Campinas uma preocupação com a construção de jardins, nas praças e nas ruas, como formas de embelezamento da cidade.

A primeira praça a sofrer esse tipo de intervenção foi o primeiro logradouro da cidade: o Largo da Matriz Velha, atual Praça Bento Quirino. Com forte influência europeia, outras praças foram sendo arborizadas a partir do terceiro quarto do Século XIX. Um importante equipamento moderno, o chafariz, foi instalado nas praças, primeiramente na Matriz Velha, com o duplo objetivo de embelezamento e captação de águas.

Outras diferenças essenciais entre a praça colonial e o jardim moderno remetem à arquitetura e função dos espaços públicos na relação com a cidade. Lima (2000) ilustrou como estes espaços estavam integrados ao tipo de urbanidade e sistema político e econômico correspondente:

A praça tem a característica importante de estar sempre ligada a um edifício, a um monumento, segundo uma expressão recorrente do século passado, o qual passa a ser valorizado por aquele grande espaço aberto à sua frente; já o jardim urbano é um elemento completamente autônomo, ele mesmo será o monumento (LIMA, 2000, p. 35).

Ainda no final do Século XIX, o crescimento da economia e da população de Campinas possibilitou a realização de melhoramentos e o alargamento dos limites urbanos. A monocultura da cana-de-açúcar e depois do café, a indústria e o comércio foram abrindo espaço para o desenvolvimento de símbolos burgueses. Alguns edifícios públicos como a Casa de Câmara e Cadeia, sediada no Largo da Matriz Velha, foram demolidos e posteriormente construídos em outro local; foi fundada a Igreja da Matriz Nova em 1883, que passou a receber a maior parte das atividades religiosas da cidade. No entanto, embora o Largo da Matriz Velha não tenha perdido naquele momento o papel de

centralidade em Campinas, surgiram outros pontos na cidade como consequência da divisão de funções que não poderiam mais ser realizadas no mesmo lugar. Desse alargamento da cidade surgiram jardins novos que valorizaram estas novas áreas.

Os espaços públicos centrais apresentaram, também, mudanças em suas funções urbanas. De praças cujas festividades evidenciavam a estratificação (hierarquia e lugares de cada um na ordem social), para praças (ajardinadas ou não) cujas festividades tinham o foco na própria praça, quer dizer, nas relações sociais que ali se estabeleciam, com princípios distintos daqueles do período anterior.

O Passeio Público, construído no antigo bairro do Cambuisal, representou em fins do Século XIX, uma mudança na maneira de viver na cidade. Um dos motivos para a construção, segundo Lima (2000), foi a demanda de famílias que esperavam os trens que chegavam de São Paulo na gare da estação ferroviária por não terem onde ficar para esperar. O espaço público, então, deixou de ser exclusivamente do domínio branco masculino, para ganhar a ocupação das famílias.

A construção do Passeio Público foi idealizada e realizada em grande parte pela iniciativa privada. As elites campineiras contribuíram com o serviço de seus escravos, terras, mudas de árvores. Este espaço que era usado principalmente por esta classe social representava a introdução de um novo tempo urbano, apresentando-se como o que de mais sofisticado a cidade possuía.

Depois da construção, o Passeio Público passou por constantes melhorias, o que incluiu a presença de um quiosque, um coreto, uma gruta de cimento, um lago artificial com uma pequena cascata que caía sobre a gruta e um chafariz. O Passeio Público, segundo Lima (2000), era noticiado no *Almanach* de Campinas (1879) de maneira positiva ao dizer que este novo espaço público preenchia uma lacuna na vida social da cidade e promovia seu aformoseamento, era palco das relações sociais e culturais de Campinas, com apresentação de banda de música no coreto aos domingos.

Os jardins tinham, também, uma função sanitaria de purificar o ar e eliminar a possibilidade dos miasmas. Despontava, assim, na virada do Século XIX para o XX, uma nova imagem da cidade, higiênica e bela. Neste período, "o jardim sanitaria, organicamente integrado à lógica e à estrutura da cidade, apresenta-se como uma espécie de urbanização do e pelo verde" (LIMA, 2000, p. 91). E esta tendência abre o Século XX, com o andamento intenso do processo de ajardinamento das praças já existentes, arborização de vias e construções de novos jardins.

2.3 A década de 1950: os centros cívicos

Outro período histórico de re-significação de espaços públicos em Campinas ocorreu nos anos 1950. Nesta década passou a ser difundido no mundo um novo tipo de espaço público de sociabilidade, os centros cívicos. Estes foram propostos no VI Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado na Inglaterra em 1947 e no VII encontro, realizado na Itália em 1949, onde foram apresentados projetos para cidades no Peru (Sert) e Colômbia (Wiener). Para Sert, segundo Abrahão (2008), o centro cívico monumental despontaria como o quinto elemento essencial para a cidade, em relação aos quatro propostos na Carta de Atenas, moradia, transporte, trabalho e lazer. O autor ainda cita Giedion, que entendia que o centro cívico tinha o objetivo de retomar a vida em comunidade e se contrapor ao isolamento gerado nas grandes cidades. Para tanto, deveria promover uma separação do uso do automóvel, pois este e a crescente suburbanização criavam barreiras que inviabilizavam as redes de sociabilidades tradicionais.

Para Abrahão (2008) a ideia de centros cívicos questionava a perspectiva funcionalista que concebia o homem ideal vivendo nos espaços racionalizados dos projetos de Le Corbusier. Ao sugerir espaços de sociabilidades como as ruas e praças das cidades tradicionais, a proposta visava humanizar o homem universal e materializar no urbano o espaço político das sociedades democráticas. Nesse sentido, a separação do automóvel seria essencial, para que

as ruas fossem o espaço do encontro e da descoberta, não somente da circulação.

Em Campinas o centro cívico foi construído no Largo do Rosário, identificado no trabalho de dissertação de mestrado de Santos (1999) como a “praça do povo”, em razão desta praça ter sido, em vários momentos, o local que sediou manifestações populares, constituindo-se como um espaço público de reconhecimento político na cidade.

O Centro Cívico de Campinas foi construído no início da década de 1950. Porém, o local escolhido já constava no Plano de Melhoramentos gestado por Prestes Maia. Para implementar o Plano, a Igreja do Rosário foi demolida, com isso houve o prolongamento da Praça do Fórum e o alargamento das ruas Francisco Glicério e Doutor Campos Salles. Estas intervenções arquitetônicas faziam parte de um projeto urbanístico que tinha o objetivo de organizar o eixo viário na cidade, para tanto seria necessário a ampliação de algumas ruas e avenidas centrais.

Esta intervenção no Largo do Rosário gerou revoltas e protestos populares, especialmente pelo reconhecimento de que a Igreja do Rosário era a igreja dos negros. Alguns setores da mídia local também foram contrários às obras, argumentavam principalmente que o novo tipo de espaço público que se pretendia criar seria distinto da arquitetura dos espaços tradicionais, praças e jardins. Em toda sua história, o Largo do Rosário passou por várias modificações arquitetônicas³, sem, contudo, perder o caráter de espaço público de grande importância política e social na cidade, a serviço, especialmente, das classes populares.

Santos (1999) apontou alguns eventos históricos ocorridos no Largo do Rosário, que contribuíram para a constituição de um espaço público referencial para a população de Campinas, ou seja, um espaço público de reconhecimento e visibilidade no âmbito da cidade. Em 1846 foi o local em que o imperador Dom Pedro II esteve na primeira visita à Campinas. Em 1854 o Largo do Rosário

³ Ver Santos (1999). A autora descreve as intervenções mais significativas realizadas no Largo do Rosário. O presente trabalho reflete sobre os usos deste espaço público que o tornaram uma referência para as manifestações populares e/ ou institucionais.

passou a sediar a realização de feiras livres. Antes da chamada “Revolução de 1930” teve um papel importante, de ponto de encontro dos grupos que se opunham aos governantes. Na mesma década o Largo se consolidava como local de disputa político ideológica, expresso nesta passagem do texto da autora:

Em 1932 o Largo foi o centro das atividades relacionadas ao movimento da Revolução Constitucionalista e, com a derrota paulista e vitória de Vargas, o Largo também foi palco da violência entre a população e a polícia. Em Agosto de 1933 [...] as árvores do Largo do Rosário foram cortadas, causando indignação da população no dia seguinte e muita revolta contra o ‘*prefeito mata-pau*’ que, segundo sua própria declaração, tinha a intenção de modernizar a praça (SANTOS, 1999, 53).

Outros eventos e acontecimentos significativos que ressaltaram o caráter popular do Largo do Rosário foram a instalação da Feira *Hippie*, em 1977; as comemorações das vitórias do Brasil na Copa do Mundo de futebol, em 1982; e o uso do local como ponto de encontro e local de partida de ônibus de excursões para a Parada LGBT de São Paulo, desde 1997.

Atualmente o Largo do Rosário recebe, esporadicamente, feiras de entidades filantrópicas, campanhas da área da saúde, como doação de sangue, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis - Aids (DST-Aids). Foi cenário recentemente de uma campanha de popularização da lei estadual que proibia fumar em locais fechados e de uso coletivo, entre outras. Funciona, cotidianamente, como local de passagem, por estar no coração do Centro, entre as movimentadas Avenidas Francisco Glicério e Doutor Campos Salles, próximo à chamada “rua do comércio”, a 13 de Maio, além da proximidade com edifícios públicos como o Fórum, a Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) e outras praças centrais. Outros usos observados no Largo do Rosário são a permanência como descanso ou contemplação, especialmente por senhoras e senhores, durante o dia e moradores de rua, principalmente a noite, inclusive em volta do Fórum.

A Comissão Organizadora da Parada LGBT de Campinas adotou este espaço como centralidade política e reivindicatória na cidade. Durante o Mês da Diversidade Sexual, em Junho, desde 2003, alguns eventos são realizados no

Largo, principalmente o encerramento da Parada, momento apoteótico, com a realização de apresentações artísticas e musicais por cerca de cinco horas.

Santos (1999) considerou que, apesar do valor histórico do Largo do Rosário para a cidade, o mesmo encontrava-se descaracterizado arquitetonicamente, o que desestimularia um uso mais intenso e constante. No entanto, mesmo levando em consideração estes aspectos de desqualificação física e social, apontados pela autora, o Largo do Rosário não deixou de representar um ícone para a sociedade civil em Campinas. Ainda que “adormecido”, o Largo do Rosário é um espaço simbólico de reconhecimento político e social de Campinas.

2.4 A cidade no contexto da metrópole contemporânea

As metrópoles brasileiras vêm se tornando cada vez mais o lócus da urbanização e da produção nacional, sobretudo nos últimos trinta anos. As metrópoles também são geradoras de centralidades, identificadas como os principais locais em que se encontram os setores de tomada de decisão da economia e do poder estatal.

Campinas, cidade do interior paulista, pólo da Região Metropolitana de Campinas, instituída em 2001, com 19 municípios, possui pouco mais de um milhão de habitantes e está localizada a cerca de 100 km da capital do Estado.

A metrópole, como outras no contexto estadual e federal, enfrenta alguns dos problemas urbanos contemporâneos mais frequentes, como trânsito caótico nas principais vias de acesso e no interior da cidade, segregação sócio-espacial, sistema de transporte público precário e ineficiente, inclusive o transporte que atende a região metropolitana.

Estes problemas urbanos são frutos não de falta de planejamento, mas constituem o subproduto do planejamento da cidade e região que se constituiu ao longo dos anos. Na contemporaneidade, a metrópole de Campinas caracteriza-se

como polinucleada, com fluxos intensos que não se dão apenas entre o centro da cidade pólo e a periferia, mas, também, na conexão entre pontos de centralidade que extrapolam esta relação.

Os vetores de crescimento de Campinas apontam para as grandes rodovias estaduais – Anhanguera, Bandeirantes e Dom Pedro – que ligam a cidade à região metropolitana e outras cidades e regiões. Nos últimos anos têm se multiplicado o número de empreendimentos nessas perimetrais, com a presença de *shopping centers*, condomínios fechados, hotéis, hipermercados, entre outros, criando novas centralidades e redefinindo o tipo de relação que se estabelece com o interior e o exterior da cidade.

O “circuito” *Shopping Iguatemi, Leroy Merlin* (grande loja de materiais de construção, decoração e jardinagem), *Decatlon* (loja de artigos esportivos), *Shopping Galeria, Hipermercado Carrefour* e *Shopping Dom Pedro* – que se estende ao longo da Rodovia Dom Pedro com outros empreendimentos – representa um tipo de urbanização voltada para o exterior, para a metrópole. Neste caso, tal eixo contribui para a segregação sócio-espacial na cidade, uma vez que o acesso a esses locais é possível basicamente por via do automóvel, por se encontrarem bastante afastados, nos limites da cidade.

Este formato de urbanização, iniciado nas últimas décadas do século passado, radicalizou a lógica então predominante da construção e crescimento das cidades.

No modelo mais tradicional, herdado do período colonial e remanescente até muito depois da dissolução deste sistema, as cidades se constituíam, cresciam e se organizavam em torno de um centro político e econômico. As classes dominantes residiam nas áreas centrais, locais de maior prestígio, ao passo que as classes populares ocupavam locais mais afastados, com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana. Neste sistema urbano os espaços públicos centrais possuíam grande importância na vida pública, eram espaços valorizados de sociabilidade e de lazer.

As múltiplas transformações sociais – provenientes dos mais variados campos, especialmente dos transportes, comunicação, tecnologias de

informação, sistemas de produção e distribuição –, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, propiciaram a saída das elites dos centros das cidades, que a esta altura já se encontravam bastante congestionados pelos fluxos financeiros e de pessoas.

As elites passaram a se afastar dos centros em busca de outros valores, opostos à agitação urbana veiculados pela publicidade imobiliária, como tranquilidade, conforto e segurança, nas periferias das cidades, disputando-as com a atividade industrial e os moradores marginalizados.

Com a saída das elites das áreas centrais⁴, os investimentos públicos e privados tomaram o mesmo rumo deixando os centros, se deslocando em sua direção.

Em Campinas as atividades comerciais e de serviços iniciaram esse processo na década de 1970 e tiveram como marco a inauguração do primeiro grande *shopping center* da cidade, em 1980, localizado às margens da Rodovia Dom Pedro. Recentemente as atividades político administrativas confirmaram esta tendência, com o deslocamento da Câmara dos Vereadores para a Avenida da Saudade, no tradicional bairro Vila Marieta; e a construção da Cidade Judiciária, em uma das saídas da cidade, às margens da Rodovia Dom Pedro, um complexo de edifícios do poder judiciário, muito mais amplo que o Fórum tradicional, que continua em atividade.

Esta nova forma urbana contribuiu para a perda do prestígio urbano atribuído ao Centro e aos espaços públicos centrais, que se expressou inclusive na falta de investimentos em melhorias e requalificações. Porém, o abandono do centro pelas elites econômicas e pelas instâncias do poder público municipal não foi acompanhado pelas classes populares.

A progressiva identificação do Centro como um lugar de todos e não mais como um território das elites vem sendo, no presente, re-significado pelo uso das camadas populares como os principais espaços públicos nele localizados. Os espaços públicos centrais mais emblemáticos deste processo assumiram um

⁴ Sobre o processo de saída das elites dos centros das cidades e o deslocamento dos centros urbanos em sua direção, ver o livro Espaço Intra-urbano no Brasil, de Flávio Villaça (2001).

papel simbólico de conteúdo popular consolidando o Centro de Campinas, local da maioria dos destinos de passageiros do transporte coletivo municipal e metropolitano, como o espaço mais democrático da cidade e região metropolitana.

Este Centro atual é um ícone reconhecido pela cidade, local mais legítimo de elementos da memória coletiva da cidade – aberto, democrático, com acesso espontâneo, livre e ilimitado – contrapondo-se aos espaços contemporâneos – complexos que artificializam a vida pública, fechados, monitorados e regulamentados.

Enquanto espaço simbólico de legitimação e representação o Centro permanece como o local preferencial para a realização dos principais eventos da cidade, tanto os de caráter institucional, como o desfile comemorativo de 7 de Setembro, quanto os religiosos como as tradicionais procissões em dias santos, as manifestações políticas e reivindicativas bem como os vinculados aos movimentos sociais como a Parada LGBT de Campinas que o vem percorrendo com mais de 100 mil participantes em suas últimas edições.

3 OS MOVIMENTOS HOMOSSEXUAIS E AS PARADAS EM CAMPINAS

Ao reconstruirmos os caminhos da Parada de São Paulo, sem perdermos de vista as experiências de Madri e Lisboa, percebemos tratar-se de um fenômeno que promove a construção da cidadania, pois em muitos casos é participando da manifestação que muitos que decidem ir pela festa se descobrem cidadãos; descobrem que sua atuação pode ser ativa, contribuir para a mudança e para o coletivo (SILVA, 2006)

O presente capítulo busca inicialmente a delimitação do objeto de pesquisa, a reflexão e a explanação de conceitos específicos que serão trabalhados nos capítulos seguintes. Visa situar as Paradas no Brasil e em Campinas enquanto um forte elemento de afirmação e visibilização do movimentos homossexuais brasileiros que se fortaleceram no contexto das lutas políticas e sociais por liberdades democráticas que marcaram o enfrentamento com o regime militar a partir dos anos 1970.

As Paradas de Campinas, diferentemente das realizadas em São Paulo, não foram alvos de grandes estudos acadêmicos, apesar do, relativamente, longo período de existência. Selecionamos três estudos relevantes, originados de dissertações e teses sobre as Paradas de São Paulo, para estabelecer parâmetros e construir referenciais para refletir teoricamente sobre o objeto de estudos deste trabalho, as Paradas de Campinas. “*Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*” de Regina Facchini (2005); “*Sobressaltos: caminhando, cantando e dançando na f(r)esta da Parada do Orgulho Gay de São Paulo*” de Moacir Lopes de Camargos (2007); e, “*Marchando pelo Arco-Íris da Política: A Parada Orgulho LGBT na construção da consciência coletiva dos Movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal*, de Alessandro Soares da Silva (2006).

Este capítulo pretende também reconstituir o histórico das dez primeiras edições das Paradas de Campinas, a partir de matérias jornalísticas veiculadas em mídia impressa e virtual. Esta escolha metodológica foi motivada pela

existência de registros de alguns aspectos do evento – tais como data; identificação dos organizadores; locais de concentração, trajeto e encerramento; atividades desenvolvidas; contexto da realização da manifestação; expectativa da organização do evento, do poder público e dos participantes; entre outros. Outra razão para a recorrência à pesquisa jornalística foi verificar o tratamento dado pelos mais importantes veículos de imprensa ao evento ao longo das diversas edições.

O componente da memória, a ser trabalhada neste capítulo, é reforçado também pela documentação em várias mídias, jornais, rádio, televisão, internet, o que para Camargos (2007), caracterizaria as Paradas enquanto acontecimentos memorizados. Segundo o autor, apesar das Paradas serem eventos anuais, o intervalo de um ano entre elas geraria expectativas quanto às próximas edições e contribuiria para a inserção do evento na memória social. Nos próximos capítulos a dissertação irá abordar a memória social, construída por meio dos trajetos e das conquistas dos movimentos homossexuais em Campinas.

O quadro que segue foi elaborado visando facilitar a visualização da sequência das Paradas de Campinas. A partir da leitura das matérias jornalísticas, sistematiza algumas informações relevantes sobre as edições do evento, como denominação da Parada, data de realização, grupos organizadores, tema e estimativa de participantes.

Quadro 1 - Quadro informativo das 10 edições das Paradas realizadas em Campinas

Edição e denominação do evento	Data	Tema do evento	Grupos Organizadores	Estimativa de participantes
1ª Parada Gay de Campinas	28/06/2001	NH	RNE	300 participantes
2ª Parada do Orgulho Gay e Lésbico	28/06/2002	Educando para a diversidade	RNE	500 participantes
3ª Parada do Orgulho Homossexual	28/06/2003	RNE	Identidade, Moleca, Diversidade Sexual da Unicamp, e Aos Brados!!	3000 participantes
4ª Parada do Orgulho GLTTB	27/06/2004	Tradição, Família e Diversidade	Identidade, Moleca, Diversidade Sexual da Unicamp e E-Jovem	4.000 participantes
5ª Parada do Orgulho LGTTB	26/06/2005	União Civil Já!	RNE	6.000 participantes
6ª Parada do Orgulho GLTTB	25/06/2006	Homofobia é Crime	RNE	20.000 participantes
7ª Parada do Orgulho LGTTB	24/06/2007	Juntos na Luta Contra o Racismo, o Sexismo e a Homofobia	Fórum LGTTB (Identidade, Moleca, NuDu e militantes independentes)	20.000 participantes
8ª Parada do Orgulho LGTTB	29/06/2008	Homofobia Mata. Você Também é Alvo Dessa Violência.	Fórum LGTTB	80.000 participantes
9ª Parada do Orgulho LGBT	28/06/2009	Direitos não tem Idade nem Sexualidade	RNE	50.000 participantes (Polícia Militar) e 80.000 participantes (Organização do Evento)
10ª Parada do Orgulho LGBT	27/06/2010	10 Anos de Luta – Todos Juntos Pela Igualdade Social	RNE	100.000 participantes

LEGENDA:

NH – Não houve

RNE – Registro não encontrado

Durante os doze anos de existência das Paradas em Campinas houve alternância de atores na organização do evento, bem como mudanças na

estrutura da manifestação e na escolha dos trajetos. Nas sedes dos grupos e nos arquivos de alguns participantes mais frequentes foi encontrado pouco material que documentasse as edições da Parada, na maioria registro fotográfico e recortes de jornal. Muitos documentos sumiram ou encontravam-se espalhados nos grupos ou com militantes que participaram da organização, de acordo com os próprios militantes. Ademais, somente no grupo Identidade houve maior facilidade de acesso aos arquivos.

A dificuldade em acessar a documentação esparsa pertencente aos grupos ou aos militantes, que pudessem documentar a ação dos grupos no âmbito das Paradas, e a perspectiva de organização desse material pareceu que levaria muito tempo, o que dificultaria a realização da observação participante. Entendemos que o contato com o campo, com o processo de construção dos eventos favoreceria, com mais eficácia, a compreensão dos processos em questão.

Desta forma, o resgate histórico das dez primeiras edições da Parada, realizado por busca no arquivo do Jornal Correio Popular, pretendeu consolidar algumas bases para pensar a manifestação, que as matérias jornalísticas poderiam oferecer. As diferenças entre as coberturas da Parada LGBT na mídia, sem considerar aspectos qualitativos de qualquer ordem, das primeiras às últimas edições revelaram uma inegável importância que o evento adquiriu na cidade, ao longo dos anos. O aumento no número de participantes, por exemplo, é um indicativo deste fato.

Porém, a participação na organização das 11^a e 12^a edições da Parada LGBT possibilitou o entendimento de que o noticiado na mídia pouco refletiu dos processos, atores e embates que ocorreram na organização do evento. Tal ressalva se justifica, pois a reconstituição do evento por meio das matérias de jornal possui particularidades que, nesse sentido, cumpriram o objetivo de documentação dos eventos. Na reflexão sobre o período da pesquisa de campo esta questão apareceu e ficaram mais evidentes as diferenças de perspectivas entre o que foi noticiado com outras dimensões percebidas do evento. Nas edições anteriores, que são tratadas neste capítulo, isso não foi possível.

Para as duas edições realizadas no período da pesquisa, além do Jornal Correio Popular outros jornais da cidade foram incorporados, em função da facilidade de acesso, da possibilidade de comprá-los nas bancas. Houve, também, busca em mídia eletrônica, *sites*, *blogs* e portais que noticiaram o evento em todas as suas edições. Ademais, nestas edições, outros elementos contribuíram para reconstituição dos processos e construção de reflexões sobre a Parada LGBT: a observação participante nas reuniões, articulações e atividades da Comissão Organizadora do evento nos anos de 2011 e 2012.

3.1 Explorando o campo de pesquisa: a articulação dos movimentos homossexuais na construção das Paradas em Campinas

Os movimentos homossexuais brasileiros percorreram um longo caminho até a realização da primeira Parada, no Rio de Janeiro, em 1995.

MacRae (1990) em “A Construção da Igualdade – Identidade Sexual e Política no Brasil da ‘Abertura’” aborda o contexto do surgimento dos movimentos homossexuais brasileiros, por meio de pesquisa de campo com aquele que foi considerado o primeiro grupo organizado, o Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, fundado em 1978.

Segundo o autor,

No final da década de 70 o Brasil começava a respirar ares mais otimistas. Para muitos, estávamos no limiar de novos tempos, mais justos e mais humanos. Grandes transformações se anunciavam como a indicação do encerramento da vigência de uma ditadura férrea e sanguinária, e a sociedade civil ressurgia politicamente com as importantes manifestações de protestos de trabalhadores, empresários, intelectuais e estudantes (MACRAE, 2005, p. 19).

Durante este período – denominado de abertura política no Brasil – no final da década de 1970, a sociedade civil ressurgiu no cenário político nacional, especialmente nas esferas da esquerda, no âmbito dos sindicatos e partidos políticos. A chamada “luta geral” – de classes, no sentido marxista – predominava sobre todas as outras. No interior destes grupos de militância algumas questões

raciais e de gênero passaram a ser discutidas por militantes identificados com estas demandas, o que gerou desavenças entre os que acreditavam que o conflito baseado nas noções de burguesia e proletariado eram mais importantes e os outros eram secundários, e os que se sentiam oprimidos também por questões étnicas e de gênero.

A partir destes conflitos e do crescimento dos movimentos homossexuais no mundo, surgiram vários grupos com demandas próprias, desvinculados de partidos políticos ou sindicatos, como foi o caso do grupo Somos em São Paulo e outros grupos em outras partes do país.

A mistura de protesto e celebração que caracteriza a manifestação, atualmente chamada de Parada LGBT, foi iniciada no Brasil em 1995 em Copacabana no Rio de Janeiro, ao término da 17ª Conferência Internacional da *International Lesbian and Gay Association (ILGA)*. Este foi o primeiro evento do gênero realizado no Brasil e na época foi chamado de Marcha pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Travestis. Em 1997 a cidade de São Paulo realizou a 1ª Parada de Gays, Lésbicas e Travestis (GLT), que em poucos anos se tornou a maior do mundo, com estimativa de público crescente no decorrer dos anos, atingindo na edição de 2011, segundo a imprensa, quatro milhões de participantes.

Esta forma de manifestação celebra no Brasil o episódio acontecido em 28 de Junho de 1969, quando uma batida policial, no bar *Stonewall Inn* em Nova Iorque, gerou um conflito entre os frequentadores gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros e a polícia. Este conflito durou alguns dias e foi reconhecido como um marco mundial para as lutas LGBT mundiais.

No ano seguinte, houve uma passeata pelas ruas de Nova Iorque para lembrar o enfrentamento e resistência nos eventos do ano anterior. A manifestação foi chamada de *Gay Pride March*, e se tornou referência para a realização de manifestações do gênero em vários países.

Assim como os movimentos homossexuais no Brasil, que se fortaleceram no interior dos partidos políticos de esquerda, as Paradas também estabeleceram, desde o início, relações com outras instâncias institucionais de legitimação política, como os sindicatos. Instituições como a APEOESP e CUT participaram das Paradas LGBTs de São Paulo e de Campinas, especialmente,

desde as primeiras edições. Este é um indicativo da articulação das lutas setoriais, de gênero, de grupos sociais específicos com o movimento político geral que possibilitou a conquista de liberdades individuais e coletivas e a reconstrução de forma independente das entidades dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

O surgimento da Parada em Campinas, no ano de 2001, foi possível pela existência de movimentos sociais recente, atuantes e em crescimento na cidade.

No artigo intitulado “Tensões e desafios: LGBTs e o poder público?”, Paulo Reis dos Santos (2010) discute a ação dos movimentos homossexuais em Campinas junto ao poder público e à sociedade, que geraram embates e conquistas para a Comunidade LGBT.

O grupo mais antigo da cidade em atividade, o Identidade, integrou a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Campinas e a partir desta inserção, contribuiu para a criação da primeira Lei Municipal Antidiscriminatória do Estado de São Paulo, a lei nº9809 de 1998, segundo Santos (2010).

As ações reivindicatórias do grupo foram crescendo e consolidando o movimento social homossexual em Campinas.

Em 1999, durante os dias 5 e 6 de Maio, o grupo Organizou o Primeiro Encontro Paulista de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, reunindo cerca de 80 ativistas por Direitos Humanos da causa homossexual do Estado, quando se deu a proposta de criação do Fórum Estadual GLTTB. Em Junho do mesmo ano o IDENTIDADE promoveu um debate na Câmara Municipal, contribuindo, assim, para a aprovação da Lei 10.182 que colocou o dia 28 de junho como o Dia Municipal do Orgulho Homossexual, no calendário oficial da cidade de Campinas. (SANTOS, 2010, 149-150).

No início dos anos 2000, a implantação do Orçamento Participativo (OP), pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT), permitiu ao movimento ocupar com as demandas da Comunidade LGBT mais um espaço importante. Santos (2010) relatou que apesar de o movimento social homossexual não ter

sido chamado, um pequeno grupo esteve presente nas primeiras reuniões, o qual conseguiu que o movimento fosse contemplado na temática da cidadania.

Nos anos de 2001 e 2002 os representantes do movimento homossexual apresentaram 10 projetos no OP, como a criação de um serviço telefônico de atendimento e denúncias de discriminação, o Dique-Defesa-Homossexual, conseguido no final de 2002; e a implantação de um Centro de Referência (CR) de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais (GLTTB), voltado ao atendimento e assistência social, jurídica e psicológica, inaugurado no ano seguinte. Segundo Santos (2010, p.151) “[...] este foi o primeiro serviço público voltado às questões de direito e cidadania para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais do Brasil”.

Inicialmente o CR GLTTB fazia parte da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos e da Cidadania. Com a mudança de governo, em 2005 o Partido Democrático Trabalhista (PDT) assumiu a prefeitura, o CR GLTTB foi transferido para a Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social.

Em 2007 outras mudanças foram processadas no âmbito do CR GLTTB.

[...] o PDT se reelege e, em sua reforma administrativa, o trabalho ganha *status* de secretaria, ficando as questões sociais e de cidadania com a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social. Nesse momento, também, vem sendo desencadeado em todo o país o processo de implantação do SUAS – Sistema único de Assistência Social. Nesse sentido, o CRGLTTB está se readequando como o CREAS – LGBT, ou seja, Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (SANTOS, 2010, p. 159).

O crescimento das Paradas contribuiu para a consolidação e visibilidade destes movimentos sociais na cidade, e está diretamente relacionado com outras conquistas no âmbito da afirmação da diversidade sexual. Estas conquistas, como a criação do Mês da Diversidade Sexual, a requalificação da Praça Bento Quirino e a ocupação no trajeto da Parada de espaços livres públicos urbanos centrais, simbólicos e históricos de busca por legitimação política e social em Campinas, serão abordadas no último capítulo desta dissertação.

Outra conquista recente foi a criação da CPDS, vinculada à Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social (SMCAIS) em Janeiro de 2010. A Coordenadoria foi criada para difundir a temática LGBT nas secretarias da PMC com o fim de difundir a conscientização dos funcionários públicos e integrar a Comunidade LGBT nas políticas públicas municipais. Porém a coordenadoria existe de fato, não de direito, já que não possui dotação orçamentária e pode ser desativada em caso de mudança administrativa. O coordenador escolhido para a Coordenadoria, quando de sua implementação, foi o Coordenador do CREAS LGBT, e permaneceu o mesmo até o final da pesquisa de campo.

Campinas teve a primeira manifestação, intitulada Parada Gay, em 2001 e, como em outras Paradas no Brasil e no mundo, contou com um público pequeno comparado ao que adquiriu com o passar dos anos. A cidade instituiu o dia 28 de junho como o Dia Municipal do Orgulho Homossexual.

A Parada LGBT de Campinas é uma das mais antigas do Brasil, em 2012 realizou a 12^a edição. Não foram encontrados levantamentos sobre a quantidade de Paradas realizadas atualmente no Brasil, porém, em pesquisa realizada na internet foi percebido grande número de Paradas com menos de dez edições, mesmo em algumas capitais, até 2012.

Além de ser uma das Paradas de maior tradição no Brasil, a Parada LGBT de Campinas também mobiliza expressivo número de participantes, em se tratando de uma cidade do interior paulista, com estimativa de público de cerca de 120 mil pessoas nas duas últimas edições.

O grupo Expressão foi indicado, por alguns militantes mais experientes, como o primeiro do gênero homossexual na cidade e existiu de 1995 a 1998, aproximadamente. Os grupos provenientes da Unicamp, o “Diversidade Sexual” e o “Núcleo de Diversidade Sexual da Unicamp” (NuDu) apareceram na mídia como organizadores em algumas edições da Parada, porém nas últimas edições nenhum grupo da Unicamp compôs a organização do evento.

São quatro os outros grupos de reivindicação de demandas LGBTs em Campinas, que participaram da organização das edições das Paradas e

permanecem em atividade: Aos Brados!! – A Vivência Digna da Homossexualidade, E-Jovem – De Adolescentes Gays, Lésbicas e Aliados; Identidade – Grupo de Luta pela Diversidade Sexual; e Moleca – Movimento Lésbico de Campinas. Nas edições 11ª e 12ª os grupos Aos Brados!! e E-Jovem participaram da Comissão como grupos. Membros ou ex-membros dos grupos Moleca e Identidade participaram, porém sem a vinculação do grupo enquanto componente da Comissão.

A descrição dos grupos, a seguir, foi elaborada com base em relatos de membros dos grupos e de informações obtidas nos respectivos sites das organizações. Depois de elaborado, o texto informativo de cada grupo foi apresentado para os membros que deram depoimento, para confirmação das informações.

O grupo Aos Brados!! é uma Organização Não Governamental (ONG), fundada em 1998. Tem por objetivo lutar pela redução dos preconceitos e da discriminação relacionados à expressão da sexualidade e os conflitos raciais, étnicos e de classes sociais. Desenvolve atividades lúdicas, esportivas e culturais nos bairros, em favelas, em escolas, no centro da cidade e promove excursões para eventos como as Paradas e outras manifestações LGBT não somente no Estado de São Paulo. Realiza reuniões semanais, geralmente aos Domingos, na sede do grupo, na sub-sede da Central Única dos Trabalhadores (CUT), bairro Botafogo em Campinas.

O grupo E-Jovem é uma ONG, fundado em 2001, voltado ao público jovem, especialmente LGBT. O grupo E-Jovem possui articulação em várias cidades do país, por meio dos E-grupos, como em Piracicaba, o E-Pira, em Belo Horizonte, o E-BH, em Campinas, o E-Camp e vários outros em outras cidades, estados e no distrito federal. O grupo atua na internet e em sua sede, no bairro Nova Europa em Campinas, onde desenvolve atividades da Escola Jovem, geralmente aos finais de semana. Ponto de Cultura, desde 2010, oferece vários cursos para a juventude LGBT, como teatro, música, dança, entre outros.

O grupo Identidade é uma ONG, fundado em 1998, surgiu a partir do grupo Expressão. Apesar de juridicamente o Identidade ser uma ONG, nos

últimos anos, tem atuado especialmente como movimento social, contrário a atuação exclusiva por meio de projetos financiados pelos governos que, segundo o grupo, oneram e prejudicam as organizações. Ou seja, optou em atuar de forma desvinculada do poder público, financeiramente, e garantir autonomia nas ações junto à sociedade, contrariando prática que se tornou frequente entre as ONGs. Ademais, o Identidade entende que é papel do Estado a realização de ações que são habitualmente entregue às organizações não governamentais, de acordo com o site da entidade. Os membros do grupo também atuam em espaços de organização e deliberação política, tanto estadual como nacional. O Identidade é um grupo misto, composto por travestis, bissexuais, transexuais e outros, não somente gays ou lésbicas. O grupo, que no início da pesquisa realizava reuniões semanais, em sede própria no Centro de Campinas, geralmente aos domingos, atualmente encontra-se sem sede, realiza reuniões sem periodicidade prévia e sem local específico, participa de manifestações políticas e organiza eventos voltados à Comunidade LGBT.

O grupo Movimento Lésbico de Campinas (MOLECA), fundado em 2000, é uma ONG, dirigido somente por mulheres, realiza atividades voltadas ao público lésbico e bissexual da região. De acordo com o grupo, sua orientação baseia-se em princípios feministas e seus objetivos são os de promover visibilidade às mulheres homossexuais, fortalecer e empoderar, social, educacional e politicamente as lésbicas e bissexuais do país, dando maior ênfase à região de Campinas, incentivar a autoestima das mulheres lésbicas e bissexuais, através da realização de atividades artístico-culturais e de ajuda mútua entre as mulheres, reivindicar políticas públicas convenientes à afirmação política e social dos homossexuais e das mulheres, entre outros. O grupo, que no início da pesquisa, em 2011, dividia a sede com o Identidade, no Centro de Campinas, atualmente encontra-se, como o Identidade, sem sede.

Outros grupos que compuseram a Comissão organizadora do Mês da Diversidade Sexual e da Parada LGBT de Campinas nas edições de 2011 e 2012 foram: Promotoras Legais Populares (PLP), que fazem capacitação de mulheres em direitos humanos; Comunidade da Vila Padre Anchieta, organização de bairro com o mesmo nome, representado pelo núcleo que realiza o evento Concurso de Novos Talentos da Vila Padre Anchieta; Sindicato dos Professores do Ensino

Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP); e Comunidade de Jongo Dito Ribeiro, que participou apenas no primeiro ciclo da pesquisa, correspondente ao período até a 11ª edição da Parada LGBT de Campinas.

3.2 A nomenclatura LGBT: uma questão conceitual

A sigla utilizada para nomear a Parada foi e é objeto de discussão dentro dos movimentos homossexuais nacionais. As primeiras edições da Parada em cidades no Brasil, ainda na década de 1990 e início da década de 2000, como é o caso de Campinas, levaram o nome de Parada Gay. O nome mudou no decorrer das edições, em vários lugares, por reivindicação de sujeitos sociais que não se sentiam representados pela palavra *gay*, fortemente relacionada aos homossexuais masculinos.

No estudo de Regina Facchini (2005), intitulado “Sopa de Letrinhas? – Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90”, a autora reflete sobre a adoção de siglas para nomear os sujeitos sociais representantes e representados nas bandeiras dos movimentos sociais, no contexto da pesquisa de campo realizada com o grupo Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor (CORSA) de São Paulo, na segunda metade dos anos 1990.

As bandeiras que seriam associadas à representação social que o grupo teria, segundo a autora, geraram discussões desde o início, no período da constituição do estatuto, quando a expressão “minorias sexuais” era utilizada. Alguns questionamentos a esta expressão foram realizados no sentido de que os homossexuais não eram minorias, mas “camuflados” ou “enrustidos”. A defesa da expressão remetia ao fato de que a comunidade de homossexuais era minoria politicamente. Posteriormente a expressão continuou a causar desconforto a alguns militantes pela potencialidade de abarcar outras representações sexuais, como pederastia, ninfomania, entre outras com as quais o grupo não objetivava vinculação.

Inspirado na *ILGA* o grupo CORSA definiu quais seriam os sujeitos sociais que a expressão “minorias sexuais” abarcaria: *gay*, lésbica, travesti, transexual e bissexual. Mas, em função do grupo ter sido constituído no início totalmente por homens *gays* e por bastante tempo estes serem maioria, em vários momentos houve a defesa do CORSA atuar apenas na frente *gay*, representando os homossexuais masculinos.

Facchini (2005), por meio do relato de militantes que fundaram o grupo, apontou que na época não havia muita articulação dos sujeitos sociais das chamadas “minorias sexuais” nem no âmbito de movimentos sociais, nem no chamado mercado de *Gays*, Lésbicas e Simpatizantes (GLS), onde haveria segmentação de bares e boates para *gays*, lésbicas ou travestis. No início, nas reuniões causava estranheza a proposta de integração de demandas.

Porém a postura adotada pelo grupo foi a integracionista e inclusiva, expressa na seguinte passagem de Facchini (2005, p. 257):

Nenhum dos três fundadores do grupo tinha uma experiência de vivência homossexual restrita ao “gueto gay”, e o próprio discurso que construíam no interior do grupo se contrapunha a uma idéia de “guetização” ou segmentação de identidades entre os próprios *gays*, valorizando a idéia de diversidade. [*sic*]

Na pesquisa de campo não foi possível verificar em que circunstâncias se deram as mudanças na utilização das siglas que identificavam os movimentos homossexuais nas edições das Paradas LGBT de Campinas, apesar do conhecimento de tais mudanças por meio das notícias veiculadas na mídia.

A sigla utilizada atualmente para identificar os movimentos homossexuais, LGBT, foi adotada em 2008, durante a primeira Conferência Nacional LGBT, onde se reuniram várias redes nacionais, que entenderam a importância da unificação da sigla em nível nacional. A sigla LGBT vem sendo empregada na identificação da Parada de Campinas desde então. Em vários momentos, na bibliografia pesquisada aparecem siglas como GLTTB, GLBT, Parada Gay e Lésbico, entre outras. A mudança do uso de sigla no tempo se deu em função do que os grupos queriam enfatizar, no início as siglas traziam o G na frente e algumas não tinham o T de travestis e transexuais. A sigla LGBT tem o L na frente como demanda das lésbicas, no contexto nacional e internacional.

Em relação ao que apontou o trabalho de Facchini (2005), no caso desta pesquisa, sobre a Parada LGBT de Campinas, não foram encontrados elementos, nas matérias de jornal, que remetessem a questão da sigla, também não houve discussões na organização do evento, durante o período da pesquisa de campo, no sentido de qual sigla seria utilizada, nem embates de integração ou não de determinados sujeitos sociais. O que pôde ser percebido em campo foi uma naturalização ou consolidação da sigla LGBT, adotada em 2008.

Porém, a perspectiva de disputa entre os sujeitos sociais, no interior da organização, também apontada no estudo de Facchini (2005), pôde ser observada na pesquisa empírica⁵. Ainda que de forma velada, foi perceptível a afirmação das identidades e um clima de disputa durante o processo de construção das 11^a e 12^a Paradas LGBT.

O caráter velado se deu em várias situações, como em uma conversa informal com uma militante lésbica no dia do evento de mulheres “Manifestação Sáfica”, em que a militante solicitou o registro fotográfico do evento, que pela primeira vez teria a apresentação de um artista *gay*. Em um primeiro momento a militante, quando questionada sobre a participação de homens no evento, respondeu que pela experiência na militância, quando havia um homem entre as mulheres, este sempre tentava se sobressair, se destacar, como que reproduzindo a tradicional hierarquia de dominação entre homens e mulheres. Em outro momento, ao explicar como queria as fotos, a militante solicitou que destacasse mais as artistas lésbicas e que tirasse poucas fotos do artista *gay*, somente para registro.

Outra situação em que o embate entre os sujeitos sociais esteve presente foi quando um jornalista do Jornal Correio Popular, que à essa altura fazia parte do grupo da Comissão em uma rede social da internet, perguntou, pela rede social, quais membros poderiam conceder entrevista que seria veiculada na matéria sobre a Parada LGBT de 2012. Nesta ocasião dois membros *gays* se dispuseram a conceder a entrevista e um terceiro membro comentou que estes

⁵ A exposição da pesquisa de campo será feita no próximo capítulo. Porém, como neste capítulo há a proposta de discussão dos conceitos, haverá, à seguir, relato e reflexões sobre a temática da sigla no contexto da pesquisa empírica.

deveriam, mesmo, serem os representantes da Comissão na mídia. Uma militante lésbica publicou na rede social um texto relativamente grande com a defesa de que outra militante, em função de sua trajetória no movimento, e por ser representante das lésbicas, também deveria representar a Comissão.

Apenas em uma das reuniões a questão da sigla foi apontada. Na ocasião, demonstrando incômodo por membros *gays* referirem à Parada como Parada Gay, uma militante lésbica solicitou que todos os membros deveriam respeitar os outros, utilizando a sigla LGBT, que representaria a todos do coletivo. Este assunto foi longamente discutido e houve consenso da pertinência do pedido da militante lésbica.

Os três casos ilustraram que apesar da existência e aceitação de uma sigla para denominar os movimentos homossexuais em Campinas, no contexto da Comissão Organizadora da Parada LGBT, a diversidade que a sigla explicita apontou para uma convivência relativamente conflituosa entre os “diferentes”.

A maioria dos membros da Comissão era constituída por *gays*. Entre os membros mais frequentes e influentes havia cerca de doze *gays*, quatro lésbicas e apenas uma travesti. Talvez a superioridade numérica de *gays* tenha justificado a necessidade das mulheres lésbicas se mostrarem presentes no coletivo, talvez tenha revelado, também, maior destaque conferido a estes sujeitos nas decisões da Comissão – ainda que votações não fossem frequentes, já que as decisões davam-se mais por consensos. Nos eventos do Mês da Diversidade Sexual os *gays* da Comissão tinham maior visibilidade, era a linha de frente, na Parada isto também ocorreu, no trajeto quatro *gays* que também eram *drag queens* animaram os participantes durante o trajeto e os mesmos apresentaram as atividades de encerramento no palco⁶. Na Parada apenas uma militante lésbica da Comissão tinha destaque, na concentração, conduzindo as falas políticas, antes do trajeto e no encerramento, na abertura do palco. Nas últimas quatro edições da Parada, ao término das apresentações das *drag queens*, havia a apresentação de uma banda de mulheres lésbicas.

⁶ Em 2011 foram 4 *gays* e em 2012 foram 3 *gays* e 1 travesti.

Metodologicamente, com o objetivo de facilitar a compreensão, uma vez que a sigla aparece constantemente, sempre que o trabalho se referir ao evento Parada, esta será denominada no plural, ou seja, as Paradas, sem a identificação das siglas correspondentes. Esta observação é importante, pois no caso de Campinas, por exemplo, cada edição da Parada foi denominado de forma diferente, então, a utilização do termo Paradas se torna mais apropriado, como identificação de uma manifestação plural, que se renova a cada edição. A sigla LGBT será utilizada quando a referência for o período da pesquisa de campo, ou seja, nas 11^a e 11^a edições, quando estas Paradas foram denominadas LGBT. Somente na descrição de cada edição do evento foi utilizada a sigla original dos respectivos períodos.

Da mesma forma, para enfatizar a diversidade dos grupos que compõem os movimentos homossexuais e pela impossibilidade de tratá-los no singular, estes serão apresentados desta forma, no plural (Silva, 2006).

Cabe a ressalva de que a utilização da sigla LGBT não vem acontecendo em todas as paradas no Brasil. Durante a realização da pesquisa, foi verificada em listas de e-mail e redes sociais, a realização de paradas em que o uso da denominação Parada Gay continua a ser empregada. Tanto em cidades pequenas do interior paulista, como Salto, que teve a primeira edição da Parada em 2012, quanto em capitais, como Salvador, que em 2011 realizou a 10^a edição.

É importante ressaltar que a escolha de uma ou outra sigla para nomear a Parada ou mesmo o movimento homossexual não rompe com a lógica de julgamento e identificação das pessoas por meio das práticas sexuais. Não é ignorado, com essa afirmação, que haja diferenças traduzidas em discriminação na sociedade motivadas pela orientação sexual, tampouco desmerece o empenho do movimento homossexual na luta por equidade entre as diferentes orientações sexuais.

A discussão e a adoção das siglas implicam, no entanto, em marcar a diferença. A partir deste ponto ela, a diferença, passa a existir. Os movimentos homossexuais perdem a oportunidade de questionar a gênese do problema – baseada na categorização das pessoas – jogando com as mesmas armas da

normatização. Por isso não rompe com as estruturas hierarquizadas segundo o gênero e a sexualidade, as mesmas questionadas em manifestações da Comunidade LGBT, que tem nas Paradas as maiores oportunidades de visibilidade, em âmbito local e global.

Talvez por isso a Parada de Salvador, um dos berços dos Movimentos Homossexuais Brasileiros (MHB), de onde surgiu o Grupo Gay da Bahia (GGB) no início da década de 1980, ainda se chame “Parada Gay”.

Entendemos que uma alternativa às siglas poderia ser a utilização do termo “Parada da Diversidade”, onde a celebração e o protesto, inerentes às Paradas, teriam o foco na diversidade, não na diferença. Esta distinção transitaria entre os limiares de limites (diferença, fechamento) e possibilidades (diversidade, abertura). Nesse sentido, haveria uma proposta de mudança com a recusa, por parte dos militantes e participantes, da incorporação dos tradicionais rótulos baseados nas práticas sexuais.

3.3 De 2001 a 2010: 10 anos de Paradas em Campinas

Não foi encontrado material, nas mídias pesquisadas, que tratasse especificamente da 1ª edição da Parada Gay de Campinas. Foi noticiada, no entanto, no Jornal Correio Popular, uma matéria sobre a 5ª Parada Gay de São Paulo. De acordo com a matéria, o evento reuniu cerca de duzentas mil pessoas, número que representou a maior manifestação do gênero na América Latina e a quinta do mundo, segundo Zanchetta (2001).

Houve, no mesmo jornal, uma nota intitulada “Seis ônibus levam campineiros a São Paulo”, em que se noticiou a organização de seis ônibus, liderados pelo movimento de gays e lésbicas Identidade e Moleca, para participação na 5ª Parada Gay de São Paulo. Segundo a nota, no ano 2000 foram quatro ônibus. Outra informação interessante extraída da notícia foi a noção de que em Campinas havia um certo conservadorismo e preconceito exacerbado,

realidade diferente da que São Paulo propiciava. Duas passagens apontaram esta percepção:

A maioria dos homossexuais de Campinas que lotaram os seis ônibus para ir à 5ª Parada Gay, em São Paulo, comemoraram o encontro como uma oportunidade de manifestar a conduta sem o conhecimento dos familiares e conhecidos da cidade. [...] O balconista Valter Cunha, de 17 anos, por exemplo, chegou deslumbrado ao encontro. Mal desceu do ônibus e já começou a dançar e a trocar telefones entre colegas de outras cidades. “Em Campinas eu sou conhecido como Mano Valter. Aqui sou a bela Inaiê”, revelou (ZANCHETTA, 2001).

A nota apresentou, ainda, a reflexão de um membro do grupo Identidade, o publicitário Henrique Cerula, que versou sobre as questões de visibilidade e preconceitos apontadas nas duas passagens citadas.

[...] apesar dos paulistanos aceitarem melhor a postura dos homossexuais, em Campinas a compreensão das pessoas vem aumentando. “Nosso grupo vem promovendo diversas campanhas de apoio aos homossexuais e sinto que a nossa cidade vai derrotar o preconceito em pouco tempo”, afirmou Cerula. (ZANCHETTA, 2001)

Intitulada “Homossexuais fazem festa na ‘II Parada do Orgulho Gay’”, a matéria do Jornal Correio Popular noticiou a segunda edição do evento em Campinas. Segundo a matéria, o trajeto iniciou às 18h: 20min do Largo do Pará pela Rua Barão de Jaguará até o Largo do Rosário. No encerramento do trajeto os participantes, cerca de 500, ficaram duas horas no Largo do Rosário, onde foram realizadas apresentações de *drag queens*, transformistas e um trio elétrico. O evento contou ainda com a presença das assistentes de palco “Ratitas”, personagens famosas do programa de TV de Carlos Massa, o Ratinho.

Na 2ª edição da Parada iniciaram-se os temas, “*Educando para a Diversidade*” foi o escolhido desta edição. Como na edição anterior, a baixa participação da população de homossexuais no evento foi notada pelos participantes.

Já passamos por diversas capitais e percebemos que o que falta em Campinas é uma união maior dos gays, pois pela quantidade de homossexuais que há na cidade é perceptível que a grande maioria não participa de um evento como este. Aqui ainda existe um preconceito moralista, disse Robson Munhoz (SILVA, 2002).

Outro assunto ilustrado pela matéria foi o da discriminação e violência, aos quais a comunidade homossexual estava submetida. Na ocasião, fazia pouco mais de um mês do assassinato da *drag queen* Nikita, no bairro Vida Nova. Paulo Mariante, advogado, diretor de Direitos Humanos do grupo Identidade comentou o assunto:

Não temos um dado preciso da violência contra os homossexuais. Mas ao longo de um ano, a entidade Identidade recebe em média 20 denúncias referente à violência. Isso já mostra a ponta de um iceberg (SILVA, 2002).

O Jornal Correio Popular noticiou a 3ª Parada do Orgulho Homossexual de Campinas no interior da matéria sobre a 7ª Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT) de São Paulo. Intitulada “Campineiros fazem excursão com seis ônibus”, a nota indicou que no Sábado seguinte aconteceria o evento em Campinas, organizado pelos quatro grupos ligados aos movimentos homossexuais da cidade. Nesta edição a expectativa de público, segundo o jornal, era de duas mil pessoas e havia sido contratado o cantor Edson Cordeiro para o show de encerramento.

Nesta edição da Parada foi realizado o 1º Mês da Diversidade Sexual de Campinas, com a realização de eventos e seminários voltados à Comunidade LGBT e à sociedade. A referência ao mês de Junho reforça o Dia Municipal e Internacional do Orgulho LGBT. Desde então a Parada passou a encerrar o “Mês” como o ápice das manifestações. Outra novidade foi a alteração do trajeto, concentração e encerramento do evento em relação às duas edições anteriores. Na 3ª edição a concentração foi no Largo do Rosário, o trajeto percorreu as ruas Barão de Jaguara, Benjamim Constant e um pequeno trecho da Rua Andrade Neves até a Estação Cultura, no espaço da Ferrovia Paulista S. A. (FEPASA), onde se deu o encerramento.

Sobre esta edição da Parada foram encontradas matérias em dois sites da internet, no Portal da PMC e na seção Folha de São Paulo do Portal UOL.

O Portal da PMC apresentou a programação do Mês da Diversidade em comemoração ao Dia Internacional e Municipal do Orgulho Homossexual. De acordo com a matéria as atividades foram organizadas pelos grupos Identidade, Moleca, Grupo Diversidade Sexual da Unicamp, e Aos Brados!! .

Na seção “Folha de São Paulo” do Portal “UOL” foi estimado um público de três mil pessoas. A matéria noticiou que, segundo a organização do evento, alguns vereadores e a Prefeita Izalene Tiene haviam confirmado presença. Outro ponto importante foi a realização da 1ª Conferência de Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Bissexuais (LGTTB) que aconteceu nos dias 6, 7 e 8 de Junho, no Salão Vermelho da PMC. Quanto aos organizadores, a seção apresentou o Grupo Diversidade Sexual da Unicamp, o grupo Identidade e o Moleca como os realizadores dos eventos, outros grupos não foram citados.

As questões relacionadas à visibilidade e discriminações apareceram nesta matéria, ainda relacionando a Parada de Campinas com a de São Paulo.

Segundo o organizador, a nova estrutura da passeata tem como intuito dar mais visibilidade ao movimento. A primeira manifestação dos grupos aconteceu há três anos em Campinas e começou com a participação de 300 homossexuais. “Estamos no interior. Os homossexuais saem daqui para desfilarem na parada de São Paulo porque têm medo de ‘aparecer’ em Campinas. Queremos que eles participem do movimento aqui também”, afirma o jornalista. [Marcelo Oliveira, citado anteriormente, em outra parte da notícia] (PARADA LGTB, 2003).

Nas três primeiras edições das Paradas de Campinas foi possível perceber um atrelamento destas Paradas com as Paradas de São Paulo no mesmo período, do ponto de vista de notícias veiculadas na mídia. A Parada de Campinas teve pouca repercussão na mídia local, noticiada, na maioria das vezes atrelada às matérias da Parada de São Paulo, que no período realizou as 6ª, 7ª e 8ª edições do evento, já com número expressivo de participantes em nível mundial.

Na 3ª edição da Parada foi realizado o 1º Mês da Diversidade Sexual de Campinas, em 2003. Este foi um indicativo de interação dos movimentos homossexuais com a cidade. Durante o mês de Junho a organização da Parada passou a realizar eventos, seminários, festas pré-Paradas, para comemorar o mês do Dia Municipal e Mundial do Orgulho Homossexual, no dia 28. A partir de então a Parada passou a ser o clímax do Mês da Diversidade Sexual, fechando-o.

A 4ª edição do evento foi noticiada no Jornal Correio Popular duas vezes, uma matéria na manhã de realização do evento e outra no dia seguinte à realização.

Na matéria do dia 27/06/2004 foi apresentada a expectativa de público de três mil pessoas, o tema da Parada “*Tradição, Família e Diversidade*” e o local de concentração do evento, no Largo do Pará. De acordo com o jornal os organizadores do evento foram os grupos Identidade, Moleca, Diversidade Sexual da Unicamp e E-Jovem, com parceria do CR de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais (GLTTB) de Campinas. Outra informação foi a verba conquistada, no ano anterior, no OP, dentro dos projetos da SMC, que deveria ser destinada aos eventos comemorativos da comunidade homossexual. Foi organizada uma Comissão, formada pelos grupos que organizaram a Parada, para distribuir esta verba na organização dos eventos do Mês da Diversidade Sexual em Junho e da Semana da Visibilidade Lésbica em Agosto.

No dia seguinte ao evento, a matéria intitulada “Parada gay reúne 4 mil pessoas no Centro” fez um balanço da manifestação. Destaque para a diversidade dos participantes, adultos e crianças, homossexuais ou não. O aumento de participantes em relação aos anos anteriores parece ter motivado práticas que se tornaram comuns nos anos seguintes, como os homossexuais caminharem de mãos dadas e o beijo em público.

Gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais não se intimidaram em andar de mãos dadas e beijar seus companheiros. “Eu não sinto preconceito aqui. Trouxe meu namorado e acho importante mostrar para a sociedade que a gente existe”, disse a travesti Gigi (GREGORI, 2004).

A mesma matéria relatou o envolvimento de setores do poder público na relação com a organização do evento: o Programa Nacional contra as DSTs participou com um trio elétrico e a distribuição de cartilhas e preservativos aos participantes; a PMC cedeu palco e banheiros químicos; a EMDEC e a SETEC organizaram o trânsito na área central da cidade; a Guarda Municipal (GM) esteve presente para garantir a segurança dos participantes, de acordo com a matéria nenhuma ocorrência foi registrada até o fechamento da edição.

A partir desta edição, a manifestação ganhou maior notoriedade na cidade e se descolou da Parada de São Paulo, sendo noticiada, no Jornal Correio Popular, quase sempre, duas vezes por edição, antes e pós-evento. Da 1ª à 4ª edição das Paradas de Campinas houve aumento de público de cerca de trezentos participantes na primeira à quatro mil na quarta, fator que poderia se constituir como indicativo da “emancipação”, em relação a São Paulo, e consolidação do evento na cidade, portanto justificando maior destaque na mídia. O fenômeno do aumento do número de participantes teve continuidade com o passar das edições do evento.

Sobre esta edição da Parada o Portal da PMC apresentou toda a programação do II Mês da Diversidade Sexual, com destaque para a II Conferência Municipal GLTTB. Além disso, a nota citou os grupos organizadores dos eventos, os mesmos veiculados no Jornal Correio Popular.

Como na Parada anterior, a 5ª Parada LGTTB de Campinas foi noticiada no Jornal Correio Popular no dia do evento e no dia seguinte.

No dia do evento a manchete foi: “Parada do Orgulho Gay espera reunir 10 mil”. Além da expectativa de público da organização, a matéria informou a programação e o trajeto do evento. O Programa Municipal de DST – Aids além de realizar as atividades de prevenção levou um trio elétrico, totalizando quatro trios elétricos nesta edição. O Jornal citou também a participação da EMDEC e da SETEC, como no ano anterior.

O tema desta edição foi “*União Civil Já*”, com o objetivo do reconhecimento jurídico de uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo, mesma temática da 9ª Parada GLBT de São Paulo. Segundo a matéria,

O tema tem como objetivo a aprovação na Assembléia Nacional do Projeto de Parceria Civil, redigido em 1995 pela ex-deputada federal Marta Suplicy (PT-SP). Durante a passeata, voluntários irão colher assinaturas para o abaixo-assinado da Parceria Civil que será levado à Brasília como forma de pressionar o governo para aprovar o projeto. “A aprovação do Projeto de Parceria Civil é importante não só pelo reconhecimento civil das uniões homossexuais, mas também pelo reconhecimento de nossa existência enquanto cidadãos”, afirma Marcelo Oliveira, membro da Comissão Organizadora da 5ª Parada LGTTB de Campinas. (GREGORI, 2005b).

Em seguida a matéria apontou, segundo organizadores do evento, algumas dificuldades para aprovação do Projeto, especialmente a oposição das bancadas católica e evangélica, na Câmara e no Senado.

Em outra seção, intitulada “Contrato reforça prova de união”, a nota apresentou opiniões de advogados que discutiram os limites de contratos, projetos e casamentos.

O contrato de parceria civil e sociedade de fato são um meio que serve como prova de união. [Leandro Pereira da Silva, advogado, especialista em direitos homossexuais]. [...] O contrato é um tapa-buraco da Constituição que deve ser usado por quem precisa. [Paulo Mariante, advogado, coordenador de Direitos Humanos do grupo Identidade]. [...] Este tipo de contrato leva cinco dias para ficar pronto e é uma escritura pública, reconhecida por lei... os homossexuais querem uma certidão de casamento e uma lei que garanta isso ainda vai demorar muito [...] convidei advogados para explorar este mercado, mas muitos disseram que não trabalham para viados [...] este é um mercado altamente rentável. [Volnei Pires de Matos Todt, advogado, de Indaiatuba] (GREGORI, 2005b).

No jornal Correio Popular do dia seguinte ao evento, a matéria dizia “Parada Gay leva 6 mil às ruas de Campinas”. Durante a manifestação, que não atingiu as expectativas de público da organização, foram coletadas assinaturas para o abaixo-assinado do Projeto de Parceria Civil, da ex-deputada federal Marta Suplicy (PT-SP). A nota apresentou, ainda, opiniões de participantes sobre o Projeto.

Dentro da matéria sobre a Parada pela primeira vez foi aberto espaço no jornal para um evento do Mês da Diversidade Sexual, a “Manifestação Sáfica”, organizado por mulheres lésbicas e bissexuais da Comissão Organizadora. Intitulada “Lésbicas fazem ato na Bento Quirino” a nota descreveu o evento realizado na véspera da Parada.

“As lésbicas ainda vivem sob as regras da sociedade machista, na qual a mulher foi feita para ficar dentro de casa. Queremos trazer as mulheres para a rua para celebrar o orgulho que é ser mulher e lésbica”, disse Maria Amélia Moreno, da comissão organizadora do 3º Mês da Diversidade Sexual de Campinas (GREGORI, 2005c).

Em mídia eletrônica foi encontrada uma nota no site Athos GLS, com informações sobre a Parada. O autor desta nota foi o mesmo responsável pelas

matérias no Jornal Correio Popular referentes à 5ª Parada LGTTB de Campinas, algumas citações foram as mesmas, portanto, sem novidades do que foi publicado pela outra fonte.

“Parada gay reúne movimentos sociais” foi a manchete veiculada na manhã em que foi realizada a 6ª Parada GLTTB. O evento apresentou algumas novidades na organização da manifestação, como a participação da Frente de Luta Popular (FLP)

[...] responsável por aglutinar movimentos sociais como o do Trabalhador Desempregado (MTD), do Negro e Sem Terra (MST). “É uma união inédita, nenhuma parada ainda fez isso no Brasil”, diz Juliano Silveira, membro da organização (GREGORI, 2006c).

Com o tema “*Homofobia é Crime*”, mais uma vez um dos objetivos da manifestação foi pressionar o governo para a aprovação de uma lei, desta vez a 5003/01 que criminaliza a homofobia, da deputada Iara Bernardi (PT-SP). A nota apresentou o trajeto da manifestação, enfatizou a atratividade do evento para pessoas de outras cidades e deu grande destaque às personagens que comandaram a parte festiva do evento, especialmente as *drag queens*, as travestis, os *disc jockeys (DJs)* e os empresários, porém sem identificá-los.

No dia seguinte o jornal veiculou a seguinte manchete: “Festa da parada gay atrai 20 mil às ruas de Campinas”. Fora o número de participantes que aumentou em relação aos anos anteriores, em outros aspectos a matéria da 6ª edição não apresentou novidades. Houve destaque para a diversidade do público, incluindo heterossexuais e crianças, e para a participação do Programa Municipal de DST-Aids, também presente em outras edições.

Outras duas reportagens foram encontradas nos sites Centro de Mídia Independente (CMI) e Instituto Beneficente Viva a Vida. “Parada GLTTB de Campinas espera 20 mil pessoas no Domingo” e “Parada gay reúne movimentos sociais” foram os títulos das matérias, respectivamente, ambas veiculadas anteriormente ao evento. A matéria do site Instituto Beneficente Viva a Vida foi a mesma veiculada no jornal Correio Popular e a publicada no site CMI Brasil foi praticamente um resumo.

EM 2007 o Jornal Correio Popular noticiou a 7ª edição da Parada no dia anterior ao evento e o Jornal Diário do Povo publicou uma matéria no dia seguinte à manifestação.

“Evento gay anima as ruas do Centro” foi a chamada da manchete do jornal Correio Popular. Nesta edição da Parada apareceu pela 1ª vez na mídia a menção ao Fórum LGTTB como organizador da Parada e dos eventos, formados pelos grupos Identidade, Moleca, NuDu e militantes independentes, segundo o jornal. Houve destaque para o tema daquele ano “*Juntos na luta contra o racismo, o sexismo e a homofobia*”, de acordo com a matéria, seguindo outras cidades como São Paulo e Brasília. Como em anos anteriores a matéria informou sobre a programação, trajeto do evento, atrações e serviços públicos com ênfase na participação do Programa Municipal de DST-Aids. No final da matéria houve mais uma menção ao evento “Manifestação Sáfica”, organizado por mulheres lésbicas e bissexuais com o mesmo público alvo, realizado na noite do dia em que foi veiculada a matéria.

O jornal Diário do Povo registrou na matéria “Parada de Sucesso”, a estimativa de público da Polícia Militar de vinte mil pessoas, mesmo número do ano anterior. Com muitas fotos de participantes fantasiados, a nota enfatizou o caráter político do evento, inclusive destacando depoimentos dos participantes.

A alegria se misturou com a luta pelo fim do preconceito e levou consigo outras tantas bandeiras: acabar com as diferenças raciais, a igualdade de oportunidades para um emprego, dizer não à corrupção e até a fundação de uma igreja, em que gays possam expressar sua espiritualidade. [...] “Queremos mostrar que estamos desarmados, exigimos o fim da violência. Além disso, pretendemos mostrar que os gays são muito mais do que apenas sexo. Nós também estamos envolvidos com as melhorias que queremos para o mundo”, ressaltou. [Derli Carvalho, empresário]. [...] “A melhor coisa é se sentir livre, sem se preocupar se você é gay ou não. Trabalhamos como qualquer pessoa e temos o direito de ser feliz”, enfatizou. [Lucas Dias, analista]. [...] “Acho que a grande importância da parada é acabar com os estereótipos. Não vim fantasiado justamente por isso. As pessoas precisam saber que ser gay não é uma opção. Não escolhemos nossa condição e temos diferenças como todos os outros seres humanos”, enfatizou. [Gustavo Alves, participante vindo de Santos] (ORMANEZE, 2007).

Com destaque para a participação de heterossexuais no evento a matéria seguiu na mesma linha de politização do evento.

A encarregada de higiene hospitalar Rita de Cássia Lourenço Santiago acompanhou o filho Rafael. “Vim para acompanhá-lo, mas já percebi que a parada gay é muito melhor que o carnaval de Campinas. Amo meu filho e quero demonstrar isso. Por isso estou aqui”, disse. [...] A educadora Gladis Aparecida Sena foi para a parada e levou os três filhos, todos com menos de 10 anos. “Quero que aprendam a conviver com todos os seres humanos, independente da orientação sexual”, afirmou (ORMANEZE, 2007).

Datada de Março de 2007, três meses antes dos eventos, foi encontrada uma comunicação na internet, intitulada “Calendário da parada da diversidade GLTTB” no Yahoo Grupos. O material enfatizou o caráter político do evento. Aparentemente sem pretensões jornalísticas, o texto, que pareceu ser um esboço de artigo apresentou algumas falas de membros do Fórum organizador, entre aspas, porém sem identificação dos autores. No entanto, tais falas carregavam pesado componente político-ideológico, provavelmente de autoria de militantes experientes.

[...] mas depois de ser a última cidade a abolir a escravidão, Campinas vem mantendo uma tradição de ser vanguarda na defesa dos direitos GLTTB. É bom lembrar que foi aqui que surgiu o primeiro Centro de Referência GLTTB do Brasil (CALENDÁRIO..., 2007).

E reforçaram o papel aglutinador de outros movimentos do Fórum GLTTB,

Segundo eles, o que o Fórum está fazendo é abrir espaço dentro da Parada para que cada um desses movimentos dê o seu recado, aliando sua própria bandeira à causa GLTTB. “As mulheres, por exemplo, podem ressaltar a caráter machista da homofobia. Ou os negros mostrarem que a homofobia, assim como o racismo, é uma forma de opressão”, explicam (CALENDÁRIO..., 2007).

O material descreveu todos os eventos do Mês da Diversidade Sexual, fez um breve histórico do caso inaugural das paradas, ocorrido em Nova Iorque, no bairro *Greenwich Village* e citou a instituição, através da Lei nº 10.182/99, 28 de Junho como o Dia Municipal do Orgulho Homossexual. O Fórum, segundo o texto, era constituído somente pelos grupos Identidade e Moleca.

Com o título “Parada gay espera 100 mil amanhã”, a manchete do Correio Popular veiculada no dia anterior à 8ª edição do evento citou o Fórum LGTTB de Campinas como organizador do evento, informações sobre horário e local da manifestação e o tema da edição, *“Homofobia mata. Você também é alvo desta violência”*. As novidades desta edição ficaram por conta da homenagem ao cinema, na caracterização de cerca de vinte pessoas, no bloco do Fórum LGTTB, de ícones como Marilyn Monroe, Cleópatra e Betty Boop, com o objetivo de utilizar o lúdico em prol da conscientização. Nesta edição da Parada voltou a ser enfatizada a participação de outros grupos organizados.

“Esperamos mobilizar todas as frentes de combate à qualquer tipo de crime contra as chamadas minorias, pois não dá para pensar em militância de forma compartimentada. É preciso aproximar todos os movimentos sociais, sejam quais forem os grupos que defendem”, afirma Edna Pereira, uma das integrantes do Fórum GLTTB (NUNES, 2008).

A expectativa de público da organização não foi atingida, a notícia do dia seguinte dizia “Parada gay leva 80 mil pessoas às ruas”, com seis trios elétricos. Sobre o número de participantes e a representatividade deste indicador, a matéria apresentou falas de um dos organizadores do evento, Rodrigo Rosa:

“Já passamos da fase da visibilidade e agora buscamos os direitos iguais”, afirma Rosa. Segundo ele, o objetivo da festa de ontem também era incentivar as pessoas a pressionarem os congressistas a aprovarem o projeto de lei que equipara a homofobia ao racismo, tornando crime o preconceito contra homossexuais (MENEZES, 2008).

Como nas edições anteriores da Parada, a matéria conteve depoimentos de participantes sobre as motivações e aspirações com a participação no evento.

“Achei legal, parece um carnaval fora de época, onde não sai tapa nem nada. Acho que é um sinal de que o Brasil está melhorando”, afirmou. [Jorge, engenheiro elétrico]. [...] “As pessoas ainda se chocam, mas não beijamos para chocar, apenas para aproveitar a oportunidade de fazer isso com liberdade”, diz Gomes, que é assistente comercial em Sorocaba. [Mauro Gomes, 22 anos]. [...] “É legal esse clima festivo, mas o evento deveria aproveitar para protestar contra a homofobia também”, diz Silvia. [Silvia Renata, 24 anos, estudante de educação física]. [...] “É um direito deles se manifestarem. Cada um tem sua opção sem discriminação.” [Paulo Bueno de Oliveira, marceneiro] (MENEZES, 2008).

No fim da matéria houve, pela primeira vez, uma nota sobre os vendedores ambulantes que viam no evento uma oportunidade de faturar economicamente. Intitulada “Faturando”, a nota citou uma pessoa oriunda de Suzano (SP) vendedor de artigos temáticos, que ficou sabendo do evento pela imprensa.

“Campinas tem 8ª edição de Parada Gay” foi o título da única matéria encontrada sobre o evento na internet. Veiculada no site “GP1” na madrugada do evento, a notícia apresentou expectativa de público entre 100 e 120 mil participantes, informou sobre horários e locais das atividades programadas para o dia e enfatizou a participação do poder público – EMDEC, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), SETEC e SMC – inclusive com expectativa de gastos da prefeitura com palco, som, luz e banheiros químicos, num total de cerca de 150 mil reais, porém não divulgou quem forneceu este dado.

Em matéria única veiculada no dia seguinte à 9ª edição do evento, intitulada “Parada gay leva multidão ao Centro de Campinas”, o Jornal Correio Popular noticiou que aproximadamente cinquenta mil pessoas participaram do evento, estimados pela Polícia Militar (PM). Houve uma discrepância entre o número da PM e o dos organizadores do evento, para quem a percepção de participantes foi superior ao ano anterior, em que se acreditou que 80 mil pessoas ocuparam as ruas centrais da cidade. A matéria, no entanto ressaltou que o número informado pela Polícia Militar (PM) referiu-se apenas aos que participaram do trajeto, portanto não foram contabilizados os participantes que estiveram no encerramento, no Largo do Rosário.

Este foi o primeiro ano da utilização da sigla LGBT, a mesma utilizada nas três paradas posteriores. Foi o ano, também, da dissolução do Fórum que organizava os Meses da Diversidade Sexual e as Paradas de Campinas. A matéria do jornal não citou quais foram os organizadores do evento.

Nesta edição da Parada a matéria não apresentou uma relação amistosa entre a organização do evento e o poder público municipal, como em edições anteriores. O foco das reclamações dos organizadores dos eventos, Parada e Concurso de *Drag Queens* da Vila Padre Anchieta, recaiu sobre as promessas que não foram cumpridas – como a instalação de 12 banheiros

químicos ao invés de 35 – e a baixa qualidade dos equipamentos oferecidos – como tamanho do palco e equipamentos de som e iluminação. De acordo com a matéria, algumas despesas foram custeadas inclusive pelos organizadores do evento.

“O palco é pequeno e a estrutura de som só foi instalada graças aos empresários GLS da cidade, que emprestaram equipamentos. Para o teatro foram prometidos 20 holofotes e só foram instalados seis, cerca de uma hora antes de o evento começar. O resto da iluminação foi pago pelo bolso dos participantes”, reclamou a militante [Maria Amélia Manarini, do Moleca] (GREGORI, 2009).

A organização elogiou apenas o Programa Municipal de DST-Aids, que há anos participava do evento. Segundo a matéria, a assessoria de imprensa da Prefeitura de Campinas garantiu que foram instalados cinquenta banheiros químicos no local do evento.

Nesta edição foram tratados no jornal, também, problemas causados durante a Parada, como a utilização, por parte dos participantes do evento, de garagens de prédios e árvores como “banheiros a céu aberto” e filas em postos de combustíveis por quem optou por não se expor. Outro destaque foi o atendimento pelo SAMU a uma pessoa que consumiu bebida alcoólica em excesso. A PM, de acordo com a matéria, entendeu que a Parada ocorreu de forma tranquila e sem ocorrências.

O final da reportagem destacou as tradicionais participações de moradores do entorno que prestigiaram o evento:

“Eu apoio. Acho que a parada serve para que a sociedade veja que o preconceito existe e que deve ser combatido”, opinou. [Ana Carolina Maluf, advogada, moradora do Centro]. [...] “Desde a antiguidade, a rua é o lugar para o povo se manifestar. Isso anda esquecido e a parada tem resgatado este espaço.” [Gustavo Bolliger, advogado, morador do Centro] (GREGORI, 2009).

Não foi encontrado, na internet, material sobre esta edição da Parada LGBT de Campinas.

Na 10ª edição da manifestação a matéria do dia do evento noticiou, desde o início, os problemas, relatados pelos organizadores, com o poder público.

Intitulada “Gays fazem 10ª parada em Campinas”, a matéria iniciou com uma breve descrição do evento e seguiu com grande destaque às denúncias da organização do evento.

“Tivemos um evento no Dia dos Namorados e o secretário nos prometeu abrir o coreto da Praça Carlos Gomes, além de enviar mesas e cadeiras e a aparelhagem de som. Nada foi entregue e comemoramos a data no relento, com um aparelho de som emprestado”, afirmou. (...) “O secretário nos disse que este ano a Secretaria de Cultura estará pagando contas e que não poderia arcar com gastos. Mas e a festa junina do Taquaral?”, questionou o militante. [Gustavo Tonini, membro da comissão organizadora] (GREGORI, 2010).

Outra reclamação da organização foi a negação, por parte da prefeitura, do pedido de um trio elétrico para comunicação da militância com os participantes. Nesta edição do jornal o então Secretário de Cultura, Arthur Achilles, comentou os questionamentos da comissão organizadora do evento.

“A secretaria apoia a manifestação. Vamos instalar gradil no Largo do Rosário, palco com som e iluminação”, garantiu o secretário. [...] “Infelizmente muitas pessoas acreditam que somos responsáveis por tudo. Na prática, não é assim. Estamos ajudando a parada com o que nos é possível” (GREGORI, 2010).

Além do destaque aos embates entre organizadores do evento e o poder público municipal, a matéria apresentou uma tabela com o esquema de organização do trânsito e das linhas de ônibus durante a manifestação e finalizou com uma nota, intitulada “Tema”. “*10 Anos de Luta – Todos Juntos Pela Igualdade Social*” foi o tema desta edição, que inovou solicitando aos participantes um quilo de alimento não perecível, com estimativa de cem mil pessoas, segundo o Jornal.

“Parada Gay colore ruas do Centro de Campinas” foi o título da manchete veiculada pelo Jornal Correio Popular do dia seguinte ao evento. A matéria foi bastante diferente da veiculada no dia anterior, quanto aos embates entre organização e poder público. Com notas intituladas “A igualdade social para foi o tema da 10ª edição do evento” [sic] e “Festa foi animada com trios elétricos, shows e participação popular”, a matéria apresentou apenas as tradicionais informações sobre o desenho do evento e relatos de participantes, enfatizando a diversidade, não somente LGBT.

O Portal Terra noticiou o evento no canal de jornalismo participativo. “Parada Gay diz ter reunido 100 mil nas ruas de Campinas” foi a matéria publicada, no início da noite do evento, com relatos de militantes e participantes do evento, sem novidades quanto ao noticiado nas duas matérias do Jornal Correio Popular.

Com o objetivo de reconstituir a trajetória da Parada LGBT de Campinas, a leitura das matérias veiculadas na mídia sobre as edições do evento propiciou, também, elementos para vários questionamentos e reflexões.

A utilização do nome Parada Gay na quase totalidade das manchetes é um elemento que revela a tensão existente acerca da denominação da Parada. Com o passar dos anos ainda que os movimentos homossexuais mudassem o nome ou sigla que nomeavam as Paradas, as manchetes dos jornais e sites quase sempre se referiram aos eventos como Paradas Gay, identificando a sigla correspondente apenas no início da matéria. O nome Parada Gay foi a expressão com maior resistência.

Quanto à forma e conteúdo das matérias sobre as Paradas, as mídias que a noticiaram sempre tiveram um enfoque positivo do evento. Em nenhum dos materiais consultados houve qualquer crítica à manifestação ou aos organizadores. No geral, as matérias veiculadas antes das Paradas tiveram caráter informativo, de comunicação da realização dos eventos e apresentavam as expectativas da organização. As matérias que circularam depois apresentavam os balanços dos eventos, com comentários da organização e de participantes.

As dinâmicas das relações entre a organização e o poder público, por meio da leitura das matérias veiculadas na mídia, até a oitava edição das Paradas, foi pouco explorada. O Programa Municipal de DST-Aids foi especial e positivamente abordado em várias matérias sobre as Paradas. A GM, EMDEC e SETEC também tiveram espaço nas matérias como instituições participantes das edições do evento. Até a 8ª edição não houve distinção de apoio de secretarias, as matérias geralmente diziam que a prefeitura cedeu determinados equipamentos para a realização das Paradas. Somente a partir do ano de 2009 houve menção a conflitos na relação entre a organização e o poder público

municipal, quando militantes denunciaram falta de apoio e promessas não cumpridas da SMC. Neste caso o próprio Secretário Municipal de Cultura respondeu às críticas, no Jornal Correio Popular. No tocante às críticas da organização ao apoio oferecido pelo poder público na 9ª edição da Parada, noticiada pelo Jornal Correio Popular, muito se assemelhou às 11ª e 12ª edições da Parada LGBT, período da pesquisa de campo, trabalhadas no próximo capítulo.

Por meio das notícias veiculadas nas mídias não foi possível perceber conflitos entre a organização e o poder público, especialmente até a 8ª edição do evento. No entanto, a partir desta pesquisa e da pesquisa de campo, o que foi percebido de mudança das edições de 2008 para 2009 foi a dissolução do Fórum GLTTB e a saída do grupo Identidade da organização da Parada. Porém não temos dados para avaliar este fato qualitativamente.

Nas matérias de jornal ou nas mídias virtuais, as ruas e praças públicas foram retratadas como locais que fariam parte do trajeto ou de permanência no caso de concentração ou encerramento do evento. A palavra “rua”, entretanto, a partir da 5ª edição do evento, apareceu muitas vezes nos títulos das matérias veiculadas pelo Jornal Correio Popular, não somente no texto. “Parada Gay leva 6 mil às ruas de Campinas”, em 2005; “Festa da parada gay atrai 20 mil a ruas de Campinas”, em 2006; “Evento gay anima as ruas do Centro”, em 2007; “Parada gay leva 80 mil pessoas às ruas”, em 2008; e, “Parada Gay colore ruas do Centro de Campinas”, em 2010.

Esta observação vai de encontro com o pensamento sobre o qual esta dissertação está estruturada, de que as ruas e praças públicas centrais são espaços da cidade importantes e referenciais, por exemplo, aos movimentos homossexuais, neste caso.

As Paradas LGBT são eventos que atualmente dura cerca de 10 horas, nas duas primeiras horas são realizadas as atividades da concentração, o trajeto é realizado em cerca de três a quatro horas, e as atividades de encerramento são realizadas em cerca de quatro horas. As Paradas LGBT passam mais tempo nos locais de concentração e encerramento, que em movimento, no trajeto pelas ruas

centrais. Ainda assim, quando a realização do evento passou a se legitimar na cidade, por volta da 5ª edição, em seis edições do evento, as “ruas” apareceram nas manchetes de cinco edições.

Embora o trajeto das Paradas ocupe um período de tempo menor relação ao evento como um todo, por se constituir na parte mais importante da manifestação os jornais continuaram dando destaque às ocupações simbólicas das “ruas” por onde passa. O que denota o lugar especial dos espaços públicos no contexto urbano sintetizados pelas ruas, os principais espaços públicos de legitimação política e de uso coletivo das cidades brasileiras. É nas ruas que a sociedade brasileira colonial realizava o cortejo dos negros escravos “infratores”, num ritual cuja sentença era a morte dos mesmos, que os antigos carnavais se constituíam em tempo-espaço de questionamento social, que a nação festeja as datas comemorativas nacionais como a Independência no mês de Setembro, que os grevistas reivindicam seus direitos, que os religiosos realizam procissões em dias santos e onde as vigorosas manifestações coletivas atuais acontecem.

No próximo capítulo a importância das ruas para as Paradas se mostrará ainda mais evidente, no relato das pressões que a Comissão sofreu para deslocar a realização dos eventos dos espaços públicos centrais para espaços afastados e possivelmente fechados.

4 PARADA LGBT DE CAMPINAS: AS 11ª E 12ª EDIÇÕES (2011 E 2012)

Ao se destacar o elemento festa em detrimento do elemento político, ao se dissociar e mesmo opor festa e política, se está caindo em uma cilada que só serve a quem detém o poder (SILVA, 2006)

O presente capítulo analisa a organização e a realização das 11ª e 12ª edições das Paradas LGBT de Campinas utilizando como referência os dados da pesquisa de campo, que se apoiou metodologicamente na observação participante ao longo do processo de preparação e realização destas duas edições das Paradas. Neste período participei das reuniões e atividades internas e externas da Comissão Organizadora. Os dados foram obtidos a partir de anotações em caderno de campo e de conversas com os atores envolvidos no processo.

O capítulo irá abordar o contexto da manifestação sob os seguintes aspectos: (1) a construção da Parada LGBT e dos eventos do Mês da Diversidade Sexual de Campinas e uma reflexão de como a Comissão Organizadora pensava o papel das manifestações; (2) as condições de institucionalização da Comissão Organizadora junto ao poder público; (3) manutenção da Comissão Organizadora ou criação de uma associação como formato de institucionalização das Paradas, proposta de mudança nas formas do reconhecimento da natureza da organização que movimentou as reuniões do período estudado.

A inserção ao campo se deu com uma visita, em 30/04/2011, a um dos quatro grupos LGBTs da cidade de Campinas, o E-Jovem. Nesta visita, um dos membros do grupo informou que existia uma comissão organizadora da Parada LGBT. Esta comissão, a essa altura, se reunia semanalmente, alternando dois locais de realização, a sede do grupo Aos Brados!!, na subsede da CUT de Campinas, e a APEOESP.

A pesquisa de campo foi iniciada no primeiro dia de participação em reuniões da Comissão Organizadora da Parada LGBT de Campinas, em

03/05/2011, na sede da APEOESP, terminou no dia 05/07/2012, data em que a Comissão realizou a avaliação da 12ª Parada.

A exposição dos resultados da pesquisa de campo no trabalho foi organizada em três ciclos: o 1º ciclo compreendeu a inserção ao campo até as reuniões de avaliação da 11ª Parada LGBT de Campinas; o 2º ciclo correspondeu ao período anterior ao início da preparação da 12ª Parada, de Agosto de 2011 até Janeiro de 2012, quando a Comissão produziu um projeto para as atividades do 10º Mês da Diversidade Sexual e da 12ª Parada, com o objetivo de facilitar o diálogo com o poder público e viabilizar as demandas da Comissão; e o 3º ciclo foi de Fevereiro à Julho de 2012, período de preparação da 12ª edição da manifestação até as reuniões de avaliação dos eventos.

4.1 1º Ciclo – Preparação da 11ª Parada LGBT de Campinas

A participação nas reuniões da Comissão Organizadora começou quando faltavam três meses para a realização da 11ª Parada⁷. Neste período foram realizadas nove reuniões de preparação⁸ e duas de avaliação⁹, uma interna e a outra com o poder público.

As reuniões sempre começavam com a apresentação de todos os membros presentes, inclusive por que nesta edição existia uma regra de que quem fosse *drag queen* e quisesse fazer uma apresentação no palco ao final da Parada LGBT teria que participar de todas as reuniões, ou seja, compor a Comissão.

Na primeira reunião estavam presentes 34 pessoas, entre *drag queens*, membros de movimentos sociais, militantes sem filiação institucional, e outros interessados ou acompanhantes. As reuniões eram abertas, não existia restrição

⁷No entanto a Comissão já se reunia desde Fevereiro de 2011 para a organização desta edição da Parada.

⁸Realizadas nos dias 03/05, 09/05, 16/05, 23/05, 31/05, 06/06, 14/06, 20/06 e 27/06/2011.

⁹Reunião de avaliação da Comissão realizada no dia 11/07 e reunião de avaliação com o poder público, realizada na Prefeitura Municipal de Campinas, no dia 12/07/2011.

para participação. Na rodada de apresentações, ao relatar o objetivo da participação, em função da pesquisa, uma militante corrigiu um termo, utilizado desde a elaboração do primeiro projeto de pesquisa, de "Parada Gay" para "Parada LGBT", importante correção de nomenclatura do ponto de vista da dimensão política do evento, foi o primeiro contato com a questão das siglas que nomeiam os movimentos homossexuais ou as Paradas, conforme discussão realizada no capítulo anterior.

Durante este ciclo foram realizadas nove reuniões de organização da Parada LGBT, com média de 25 participantes por encontro. As reuniões raramente possuíam pauta definida previamente, na maioria das vezes alguns membros resgatavam as pendências e o grupo as trabalhava. O relato a seguir, realizado a partir das reuniões deste ciclo, buscou refletir sobre três pontos focais: o processo de construção e como a Comissão Organizadora concebia o atual papel da Parada, as condições de institucionalização junto ao poder público e o formato institucional da organização em associação ou comissão. Outros assuntos tratados nas reuniões do período, que caracterizaram a organização e ilustraram formas de pensar e agir no interior do coletivo, referentes a este ciclo, encontram-se no Apêndice A.

Em uma das primeiras reuniões deste ciclo, no início de Maio, o Coordenador de Políticas para a Diversidade Sexual de Campinas, coordenadoria vinculada à SMCAIS, esteve presente. O Coordenador fez algumas solicitações de documentos que deveriam ser protocolados na prefeitura para que os eventos acontecessem. Na ocasião, uma militante questionou o papel do Coordenador, que chegara ao cargo vindo de movimentos sociais e, mesmo assim, agia de modo a dificultar o trabalho da Comissão. O Coordenador respondeu que naquele momento estaria na reunião enquanto poder público, não como movimento social.

Em outras reuniões a Comissão avaliou que o Coordenador não representava, no âmbito do poder público, as demandas dos movimentos sociais. Os questionamentos sobre a figura do Coordenador recaíam na falta de diálogo com as outras secretarias, especialmente a SMC, de onde saía a maior parte do apoio financeiro às atividades comemorativas do Mês do Orgulho LGBT. A Comissão entendia que o Coordenador deveria fazer o diálogo entre o movimento

social e as secretarias, função esta definida e explicitada pela então Secretária de Cidadania, Assistência e Inclusão Social, em reunião de avaliação, posterior.

Houve, em uma das reuniões deste ciclo, a discussão sobre a pertinência de a Comissão denunciar o descontentamento com o Coordenador à SMCAIS, ao término da 11ª Parada.

Depois da realização de alguns eventos do Mês da Diversidade Sexual, em que, segundo a Comissão, houve problemas com os materiais e equipamentos cedidos pela prefeitura, foi aventada a possibilidade de realizar um protesto em frente à prefeitura, caso não houvesse mudanças para os eventos seguintes.

Em função dos problemas enfrentados na interlocução com o poder público e em virtude da situação política municipal – quando estouraram as denúncias contra o então Prefeito Hélio de Oliveira Santos – a Comissão avaliou que não cederia espaço no trio elétrico, para as tradicionais falas políticas, fosse a “políticos” ou possíveis candidatos ou a ex-candidatos e militantes ou pessoas que quisessem falar sobre a atual situação política da cidade. Construiu-se um consenso de não transformar o evento em palanque ou descaracterizar a manifestação, deixando em segundo plano as questões relacionadas aos objetivos da Parada, de visibilidade e luta contra o preconceito e discriminação aos LGBTs.

Em algumas reuniões foi possível identificar elementos que caracterizaram a concepção que a maioria dos militantes tinha sobre a Comissão. Quando surgiram discussões sobre a possibilidade de comercialização da Parada, por meio da permissão de anúncios de empresas no palco ou no trio elétrico, esta possibilidade logo foi afastada, especialmente por militantes de grupos ou aqueles que já haviam atuado em movimentos sociais, com a justificativa de preservar a autonomia e a especificidade da manifestação.

Outro fator que possibilitou a construção de uma caracterização da Comissão, que constatei a partir da pesquisa de campo, foi de que no processo de construção da Parada não haviam grupos formados com opiniões rígidas. Apesar da origem heterogênea dos membros da Comissão (representantes de

segmentos do mercado, militantes com ou sem filiação institucional, voluntários, entre outros), os grupos de opiniões se formavam de acordo com as discussões. Cumpre esclarecer que mesmo que alguns membros privilegiassem em alguns momentos objetivos pessoais nos processos, não agiam com intenção de prejudicar os eventos. A abordagem do trabalho não teve a intenção de caracterizar “heróis” e “vilões”, mas apresentar situações relevantes para o entendimento do processo de construção da Parada LGBT de Campinas.

Depois do evento “Concurso de Novos talentos da Vila Padre Anchieta”¹⁰ houve uma situação de tensão entre dois membros da Comissão. Um deles, que representava a Comunidade da Vila Padre Anchieta, fez o registro de desaprovação sobre a postura de outro membro da Comissão que não tinha relação com a Comunidade. Segundo o reclamante, o membro da Comissão repreendido havia dificultado a entrada, no evento, do Diretor de Cultura, da SMC. O membro que participava da Comunidade da Vila Padre Anchieta justificou que a Comunidade possuía outras articulações com o poder público, independente de compor a organização da Parada, e uma situação destas poderia inviabilizar estas articulações, por isso a advertência. O membro reclamado aceitou a crítica e o fato não teve maiores repercussões.

Este foi um caso que, apesar de não ter gerado tensão e comoção, ilustrou algo sobre a Comissão. O Mês da Diversidade Sexual de Campinas era composto de algumas atividades realizadas pela Comissão e outras realizadas pelos grupos com o apoio da Comissão. Em muitos casos o que acontecia era que o grupo organizador construía muito do evento dentro da Comissão, mas nos dias de realização dos eventos era possível identificar quem tinha o “poder” dentro das atividades, inclusive no momento dos créditos aos realizadores, raramente a Comissão era citada e sim os grupos que haviam idealizado os eventos.

Neste ciclo, a organização e produção de documentos para a realização dos eventos e da Parada foi um tema constante. Quando do início da pesquisa de

¹⁰ O evento consistia em um concurso de performances e dublagem de *drag queens* e travestis, era realizado em um teatro, com um bom nível de organização. O concurso possuía um júri variado para escolher as melhores apresentações, que eram premiadas em dinheiro.

campo já haviam sido protocolados algumas dezenas de ofícios na prefeitura, com solicitações de recursos e autorizações. No período de participação nas reuniões o maior problema relacionado a esta questão foi a necessidade de contratação de um engenheiro civil para a elaboração de um laudo que possuía um custo muito elevado para a Comissão, porém obrigatório para instalação e uso de palco ou qualquer estrutura metálica.

Às vésperas e durante a realização de alguns eventos era confuso, para a Comissão, saber se toda a documentação para a realização do evento estava completa. Havia, também, insegurança nos membros da Comissão quanto à cessão ou não de determinadas estruturas solicitadas ao poder público. Muitos destes problemas foram ocasionados pelo atraso no protocolo ou na falta de esclarecimento e diálogo sobre as demandas, entre a Comissão e os representantes do poder público.

A Comissão era uma agremiação, não formalizada juridicamente, aberta à Comunidade LGBT, sem estatuto, constituída por membros de grupos organizados da sociedade civil e pessoas sem filiação institucional com objetivos pessoais diversos dentro da organização. Não possuía hierarquia oficial entre os membros, porém havia alguns membros com maior liderança ou influência que outros. E não possuía agenda de atividades ou qualquer tipo de roteiro de organização das ações, estas eram realizadas automaticamente norteadas pelos membros mais antigos na organização, de forma espontânea.

Os problemas relatados possibilitaram o entendimento de que para as próximas edições da Parada e do “Mês”, deveriam ser criados, na Comissão, mecanismos para institucionalizar as ações voltadas à construção dos eventos. Nos ciclos seguintes houve a discussão de duas ações que modificariam o formato organizacional da Comissão: a elaboração de um projeto para as atividades do Mês da Diversidade Sexual, com o objetivo de substituir os documentos protocolados na prefeitura por um documento único com todas as solicitações e, a retomada da constituição jurídica da Associação da Parada do Orgulho LGBT (APOLGBT) de Campinas¹¹, com o objetivo de facilitar o diálogo

¹¹ Discutida em 2010, mas não formalizada juridicamente, nem colocada em prática como um mecanismo de gestão da construção dos eventos pela Comissão.

com o poder público e viabilizar recursos financeiros para a organização realizar as atividades.

4.2 A 11ª Parada LGBT de Campinas: o trajeto, a repercussão na mídia e a avaliação do evento

A concentração do evento estava marcada para 12h: 00 do dia três de Julho, porém alguns membros da Comissão resolveram as últimas pendências para a realização do evento na manhã da manifestação, especialmente a obtenção do alvará, junto à PM e ao Corpo de Bombeiros que o entregavam somente no dia do evento depois de conferência da documentação e das estruturas.

Até cerca de 10h: 00 o Largo do Pará, local de concentração, estava sendo usado pelo público habitual, famílias e pais com crianças. Os participantes foram chegando aos poucos.



Figura 1. Largo do Pará na manhã da Parada LGBT.
Fonte: Arquivo pessoal.

Até cerca de 11h: 30, horário em que chegaram os dois trios elétricos havia poucos participantes da Parada, cenário que mudou pouco tempo depois.

Vendedores ambulantes haviam se espalhado entre os locais de concentração, trajeto e encerramento desde muito cedo.



Figura 2. Largo do Pará durante a concentração da manifestação.
Fonte: arquivo pessoal.

A Avenida Francisco Glicério foi fechada por volta de 13h: 30min, quando a praça não comportava mais o número de participantes. Os banheiros químicos localizados no largo, liberados na manhã do evento, não foram suficientes para atender os participantes, que formavam muitas filas. Na praça havia grupos, sindicatos e partidos políticos, os alvos preferenciais das reivindicações e protestos foram o pedido de *impeachment* do prefeito, envolvido nas últimas semanas em uma série de escândalos; e a presidenta da república que recentemente havia vetado o “kit anti-homofobia” para as escolas e desagradado os movimentos homossexuais.

Depois que o trio elétrico estava montado e membros da Comissão se preparavam para as tradicionais falas políticas, antes do trajeto, vários sujeitos solicitaram participação nesta atividade, que foi liberada apenas para participantes que se enquadravam no perfil estipulado nas reuniões.

Quando a Parada iniciou o trajeto, a maior dificuldade foi o desvio dos fios dos postes de energia, muito baixos. O carro possuía quatro cordeiros para

levantar os fios quando o trio elétrico passava, os participantes abaixavam neste momento. No percurso não foram verificadas confusão, briga ou qualquer ocorrência, era visível a grande quantidade de policiais militares que acompanhavam o trajeto. Durante todo o percurso havia um membro da Comissão agitando os participantes com falas políticas. Em vários momentos quando o trio elétrico passava por prédios com janelas e varandas ocupadas por famílias inteiras observando, o trio parava e estas pessoas eram homenageadas.



Figura 3. Início do trajeto, Avenida Francisco Glicério.
Fonte: arquivo pessoal.



Figura 4. Rua Irmã Serafina durante o trajeto.
Fonte: arquivo pessoal.

Quase no fim do trajeto, quando o trio passou pelo Largo do Carmo e pela Praça Bento Quirino, a *drag queen* responsável pelo microfone fez uma fala de protesto sobre um bar onde havia ocorrido um caso de homofobia.



Figura 5. Avenida Benjamim Constant durante o trajeto.
Fonte: arquivo pessoal.

Por volta das 17h: 30min, no encerramento do trajeto, os participantes se amontoavam no Largo do Rosário, no palco já havia música e *drag queens* dançando para animar os participantes.



Figura 6. Final do trajeto Avenida Francisco Glicério, encerramento Largo do Rosário.
Fonte: arquivo pessoal.

Logo depois iniciou a apresentação das *drag queens*. Houve próximo ao palco três focos de confusão não simultâneos, rapidamente percebidos pelos

membros da Comissão que resolveram o problema, parando a apresentação do show. A polícia logo chegava também para controlar os ânimos. Às 20h: 30min terminou a apresentação das *drag queens* e iniciou a apresentação de uma banda de mulheres lésbicas. Às 22h: 00 terminou o evento.

Todos os jornais impressos da cidade noticiaram o evento. A Parada LGBT de Campinas foi capa na segunda-feira 04/07/2011 dos jornais “Notícia Já”, “Correio Popular”, “Diário do Povo” e “Metro”. De maneira geral a repercussão na mídia foi positiva, o único ponto divergente foi o número de participantes do evento, o “Correio Popular” e o “Notícia Já” indicaram que havia cinquenta mil pessoas, o “Diário do Povo” indicou cem mil pessoas, mas a Comissão estimou que foram cerca de cento e vinte mil pessoas. A PM que geralmente fazia a estimativa de público não divulgou a estimativa de participantes. A Parada foi noticiada, também, nos seguintes sites: Espaço GLS, EPTV.com, Diário do Grande ABC e no portal da PMC, neste foi indicado o esquema de organização do trânsito no dia do evento (notícia veiculada antes da realização da Parada).

No dia seguinte ao evento, a Comissão recebeu uma mensagem eletrônica identificada de um militante LGBT, filiado a um partido político, registrando ter havido intolerância e falta de democracia por parte da Comissão em relação às falas políticas. Vários membros da Comissão responderam ao e-mail se posicionando contrariamente às acusações. Alguns argumentaram que nos eventos menores não apareceram interessados em falas política, por não atraírem tanto público, quanto a Parada. Ademais, a Comissão que se reunia desde o início do ano não havia sido procurada pelo reclamante, nem para estabelecer diálogo, ou sugerir a abordagem de outras demandas, nem para oferecer ajuda. Reiteraram que havia sido determinado em reunião que a Parada iria somente reivindicar direitos para a comunidade LGBT, seria apartidária e não serviria de palanque político para movimentos como, no caso, o que pedia o *impeachment* do prefeito. A Comissão sugeriu ainda que fosse feita uma reunião com as instituições que se sentiram cerceadas para esclarecimentos. No entanto isso não aconteceu.

Este fato ilustrou a força política que a Parada LGBT consolidou na cidade. Com o grande número de participantes que as Paradas mobilizam e a

notoriedade na mídia, característica comum no Brasil e no mundo, outros movimentos sociais, organizações e, mesmo, o mercado segmentado acabam participando da manifestação para dar visibilidade às suas demandas, o que, por sua vez, contribui para a legitimação das Paradas como manifestações políticas.

A Comissão Organizadora da Parada elegeu quais manifestações respaldaria, mas ainda que tenha limitado as falas políticas no trio elétrico, na concentração, não teve este controle no solo. Durante a concentração, o trajeto e o encerramento, um grande número de manifestantes de causas diversas levantaram bandeiras para chamar a atenção dos participantes da Parada às suas demandas.



Figura 7. Manifestação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) no Largo do Pará, concentração do evento.
Fonte: arquivo pessoal.



Figura 8. Manifestação política de participantes durante o evento.
Fonte: arquivo pessoal.

Foram realizadas duas reuniões de avaliação da Parada e do Mês da Diversidade Sexual pela Comissão, uma interna e outra com o poder público.

A reunião interna foi realizada no dia 11/07/2011 em local e horário em que eram realizadas as reuniões de preparação. Cada membro fez considerações sobre a Parada, destaques sobre o processo de construção da mesma e o coletivo avaliou como deveria ser a postura da Comissão na reunião de avaliação com o poder público, que seria realizada no dia seguinte.

Nesta reunião estiveram presentes 35 pessoas. Todos os grupos que compuseram a Comissão estavam representados, porém em menor quantidade, apenas um quarto do público total (nove pessoas).

No geral houve manifestações positivas em relação à Parada LGBT e demais eventos. Um indicativo apresentado por de muitos membros da Comissão foi a necessidade de não encerrar as atividades da Comissão naquele ano e iniciá-las somente no ano seguinte, como geralmente ocorria. Foi consenso que a Comissão deveria se reunir para definir os objetivos e encaminhar os documentos para a edição seguinte da Parada o quanto antes ao poder público.

Outra solicitação de alguns membros da Comissão foi a de cobrar seriedade e compromisso do poder público com o que fosse proposto, para evitar problemas que teriam ocorrido em vários eventos do Mês da Diversidade Sexual e, mesmo, na Parada.

A reunião de avaliação com o poder público foi realizada na PMC, com participação de quatro membros da Comissão Organizadora da Parada LGBT, um representante da PM, um representante da SETEC, um representante do SAMU, um representante do Programa Municipal de DST-AIDS, um representante da SEMURB, um representante da SMC, três representantes da SMCAIS, sendo uma a Secretária, outro o Coordenador de Políticas para a Diversidade Sexual de Campinas e o terceiro, um funcionário da Secretaria.

Nesta reunião não estiveram presentes representantes de outras instituições do poder público, que de alguma forma participaram da Parada, como GM, Corpo de Bombeiros e EMDEC.

O Corpo de Bombeiros, apesar de não estar presente, se manifestou para o Coordenador de Políticas para Diversidade Sexual no sentido de que houve demora na entrega da documentação na véspera do evento, segundo o Coordenador e solicitou que para a próxima edição houvesse maior organização nesse sentido. Esta foi uma solicitação realizada por outras instituições e setores da prefeitura presentes na reunião, como PM, SEMURB e CPDS de Campinas.

O representante da PM registrou falha da GM, que não colocou a quantidade prometida de guardas no evento, o que sobrecarregou a PM, e da SETEC que não chegou no horário, nem procedeu à coibição da presença de ambulantes, ocasionando alguns problemas durante o evento, principalmente ocasionados por bebidas alcoólicas destiladas, produto de grande oferta pelos ambulantes.

O representante da SETEC ressaltou como ponto negativo, para o cumprimento das ações, a quantidade baixa de funcionários deslocada para o evento tendo em vista a dimensão da Parada. Houve registro também, por parte dos representantes do SAMU e do Programa Municipal de DST-Aids sobre a dificuldade no desenvolvimento das ações em eventos deste porte e

apresentaram, junto com representantes da SETEC, algumas sugestões para amenizar estes problemas, como a mudança do local da Parada, do Centro para um bairro ou o fechamento do local de concentração e encerramento.

O representante da SMC criticou os eventos organizados pela Comissão (com exceção ao Concurso de Novos Talentos da Vila Padre Anchieta), especialmente por se constituírem de eventos semelhantes, com baixa atração de público e mobilização das mesmas pessoas. Outro argumento apresentado na crítica foi que com a falta de recursos da Secretaria o apoio a quase todos os eventos do Mês da Diversidade Sexual onerou a Secretaria de tal forma que não foi possível a realização de eventos para outros públicos na cidade. Em relação ao evento da Vila Padre Anchieta, declarou que admirava o alcance do evento, em função do potencial de acolher pessoas em condição de risco (prostitutas, travestis, etc.) e colocá-las em um local com outras representações do bairro, em uma demonstração de respeito à diferença, criando um envolvimento que nenhum outro evento conseguira atingir, com exceção da Parada.

Na linha da crítica realizada pelo representante da SMC, a representante do Programa Municipal de DST-Aids ressaltou que para as próximas edições seria necessário definir melhor os papéis do governo e do movimento social, pois ainda não estavam claros. Entendeu que a primeira reunião acontecida em Abril¹² entre Comissão e poder público aconteceu muito tarde e que as solicitações feitas ao poder público deveriam ser bem explicadas e em tempo hábil para que não houvesse, por exemplo, compra ou locação de equipamento errado ou insuficiente. Solicitou a programação do próximo Mês da Diversidade com antecedência para escolher qual evento iria escolher para apoiar e, por fim, sugeriu que os eventos tivessem um caráter mais político.

O representante do SAMU também sugeriu que a Parada tivesse uma relação diferente com o público, que não fosse somente uma caminhada, mas que a comissão desenvolvesse atividades educativas, mostras, comercialização de produtos, para fugir do estereótipo de festa.

¹² A primeira reunião da Comissão com o poder público para a 11ª Parada LGBT foi em 07/04/2011, menos de três meses antes da realização do evento.

Estes posicionamentos por parte de representantes do poder público demonstraram mais a seriedade com que as Paradas são tratadas nesta esfera que uma desqualificação do trabalho realizado pela Comissão Organizadora. Mesmo as reuniões com o poder público, de preparação e avaliação, muitas vezes chamadas por secretários ou coordenadores, indicaram esta importância.

A Comissão Organizadora da Parada, por meio de um porta-voz, relatou que chegara cedo ao local onde seria realizada a dispersão e que já havia um grande número de ambulantes, inclusive no local onde seria instalada a tenda do SAMU e no espaço reservado para transitar os carros de polícia e ambulância, áreas que deveriam ficar livres, prejudicando a realização do evento. Cobrou o responsável pelos fiscais no sentido de que não houve fiscalização junto aos vendedores ambulantes que não possuíam autorização para comercialização de produtos nos espaços da Parada.

O representante da Comissão relatou ainda que a criação de uma Associação para organizar a Parada do Orgulho LGBT de Campinas estava próxima. Sobre os eventos do Mês da Diversidade Sexual de Campinas, criticou a estrutura precária dos equipamentos disponibilizados pela SMC. Registrou agradecimentos à PM e à EMDEC. Informou que a Comissão não iria parar as atividades naquele ano e retomar apenas no ano seguinte e continuaria com reuniões pontuais, com o objetivo de estar com a documentação da 12ª Parada LGBT pronta para encaminhar ao poder público em Outubro. No meio da fala da Comissão foi sugerido, pelo poder público, pensar no deslocamento da Parada para a Praça Arautos da Paz ou para a região do Bairro Campo Grande, mas o representante da Comissão justificou que o espaço ideal para o movimento dialogar com a sociedade seria o Centro da cidade, local de reconhecimento político e social e que historicamente serviu de cenário para manifestações populares diversas.

A Secretária de Cidadania, Assistência e Inclusão Social fez uma avaliação positiva em relação ao ano anterior. Entendeu que houve problemas, mas menores que nas edições anteriores, recebeu vários depoimentos positivos de servidores. Enfatizou a necessidade de entender que movimento social e poder público deveriam manter uma relação de parceria, e solicitou, por fim, que quando a Comissão realizasse algum pedido ao poder público, deveria contatar o

Coordenador de Políticas para Diversidade Sexual, pois este teria a função de transitar em todas as secretarias em busca de apoio para a Comunidade LGBT.

4.3 2º Ciclo: Construção do Projeto das atividades do Mês da Diversidade Sexual e da 12ª Parada LGBT de Campinas

O período identificado como 2º ciclo da pesquisa de campo compreendeu do final de Julho ao início de Dezembro de 2011. Foram realizadas onze reuniões¹³ para criação de projeto único com o objetivo de substituir as dezenas de ofícios protocolados na prefeitura e em outras instâncias do poder público e viabilizar o processo de construção dos eventos. Esta foi a tentativa de solução encontrada pela Comissão a partir de avaliação própria e do poder público, em razão dos problemas ocorridos na 11ª edição da Parada LGBT no tocante à documentação necessária.

A Comissão esperava produzir o documento, apresentá-lo e discuti-lo até o mês de Outubro, período de elaboração da dotação orçamentária do ano seguinte porque caso a Comissão conseguisse cumprir estes prazos, seria mais fácil viabilizar as demandas de estruturas e equipamentos solicitadas ao poder público.

Nas reuniões deste ciclo quase todas as discussões tematizaram a construção dos eventos e da Parada LGBT. Nesta linha foi possível compreender a forma como os membros da Comissão concebiam a Parada. Este processo foi iniciado principalmente com o debate sobre a avaliação do poder público sobre a edição anterior dos eventos e as sugestões de reduzir e diversificar o Mês da Diversidade Sexual de Campinas. Chamou atenção a importância que a Comissão deu para as apresentações no encerramento da Parada. Um assunto frequente nas reuniões especialmente nas discussões sobre manter ou renovar o formato das edições anteriores bem como os critérios para seleção das *drag*

¹³ Realizadas nos dias 26/07, 01/08, 09/08, 23/08, 05/09, 20/09, 04/10, 17/10, 02/11, 08/11 e 06/12/2011.

queens que se apresentariam. Neste ciclo estas discussões não se encerraram e foram tirados apenas alguns indicativos para o próximo período.

A única proposta para realização de novo evento discutida e aprovada foi a Feira da Diversidade, também sugerida pela avaliação do poder público. O evento consistia em uma exposição dos trabalhos realizados pelos grupos dos movimentos homossexuais da cidade e comercialização de produtos que fossem atrativos à Comunidade LGBT. O objetivo para a realização deste evento foi criar mais um espaço de diálogo dos movimentos homossexuais com a sociedade. Além dos movimentos homossexuais, a Comissão também pensou em abrir espaço para a prestação de serviços voltados, também, à Comunidade LGBT oferecidos pelo poder público, com a provisão de tendas para o Programa Municipal de DST-Aids e para o CR LGBT.

A escolha do trajeto da 12ª edição da Parada LGBT foi decidida neste ciclo de reuniões. A discussão concentrou-se em três propostas: um grupo defendeu que se mantivesse o trajeto mais utilizado nas edições da manifestação, para facilitar o diálogo com o poder público; outro grupo sugeriu a tradicional caminhada pelas ruas centrais e dispersão na Estação Cultura, próxima ao Viaduto Miguel Vicente Cury; e o terceiro grupo, defendeu a ideia do que foi chamado de “Trajeto Raquete”, em referência a uma raquete de tênis. Este trajeto, que acabou vencendo a disputa, se iniciava no alto da Avenida Dr. Campos Salles, percorria toda a avenida, virava à direita na Avenida Francisco Glicério, percorria a Avenida e virava a esquerda, pista interna da Avenida Dr. Moraes Sales, daquele ponto seguia o trajeto mais realizado nas edições anteriores, nas ruas Irmã Serafina, Anchieta, Benjamim Constant e Avenida Francisco Glicério até o Largo do Rosário.

As tentativas de institucionalização da Comissão, apontadas no ciclo anterior, se constituíram em duas ações desenvolvidas nesse ciclo: a construção do projeto das atividades do Mês da Diversidade Sexual de Campinas e a refundação da APOLGBT de Campinas.

A Comissão iniciou a elaboração do Projeto com a expectativa que este se constituísse em um instrumento que substituísse os protocolos necessários à

realização das atividades e para utilizá-lo para o diálogo com todos os setores envolvidos na realização dos eventos, já que o projeto apresentaria ao poder público a ideia dos eventos como um todo, não apenas das partes que caberia à cada setor ou departamento. Desde o início houve dificuldades para redigir o projeto. Era claro que as discussões seriam realizadas por todo o coletivo, porém colocar as ideias no papel estaria a cargo de poucos membros. Depois de algumas reuniões deste ciclo um membro apresentou um esboço para algumas partes do projeto e a partir daí este foi sendo construído. Houve um decréscimo de participantes nas reuniões. Era frequente a justificativa de ausência de membros pelo entendimento de que não poderiam colaborar com a construção do projeto, por não se sentirem capazes.

A Comissão avaliou que o espaço das reuniões deveria ser usado para a construção coletiva do projeto. No final de Outubro, mês previsto para apresentação na prefeitura, o projeto ainda não havia sido concluído, sendo construída uma força-tarefa no início de Novembro, com este objetivo. Foram realizadas três reuniões neste mês, com poucos membros e a Comissão não conseguiu atingir os objetivos. Em Dezembro foi realizada outra reunião, onde os membros presentes resolveram não abrir mão do projeto e finalizá-lo enquanto instrumento de ação em Janeiro.

Neste ciclo, então, não foi possível concluir o projeto. Vários fatores como a ausência de membros nas reuniões, divergência de opiniões sobre o projeto e dificuldades para redigi-lo, atrasaram para Janeiro o cumprimento desta ação. O processo de finalização do projeto será abordado no 3º ciclo deste capítulo.

A discussão sobre institucionalizar a organização da Parada constituindo uma Associação, uma entidade de caráter permanente, causou muita polêmica. Os argumentos dos que eram a favor da Associação afirmavam que a partir desta, a organização passaria a existir enquanto pessoa jurídica, o que poderia facilitar as arrecadações e tiraria a responsabilidade de pessoas físicas ou dos grupos que compunham a Comissão, caso houvesse algum problema na Parada ou nos eventos. Os membros contrários argumentavam não querer burocratizar os processos e que não temiam assumir as responsabilidades sobre

possíveis ocorrências. Ademais, nas reuniões deste e do ciclo anterior não foi decidido se seria constituída ou não a Associação, pois esta já havia sido criada simbolicamente em 2010, antes do início da pesquisa de campo, porém não fora registrada. As discussões ressurgiram especialmente no momento de construção do Projeto do Mês da Diversidade Sexual, em que se discutiu quem iria assiná-lo, a Comissão, constituída por grupos organizados e militantes independentes, ou a Associação, entidade jurídica. Porém, neste ciclo, como outros assuntos, este não foi resolvido.

Em relação ao formato de institucionalização da Comissão com o poder público, as reuniões deste ciclo debateram as avaliações interna e do poder público sobre a edição anterior da Parada e dos eventos do Mês. Um dos pontos que gerou grande discussão foi a sugestão de setores do poder público de diminuir e diversificar o Mês da Diversidade Sexual de Campinas, com a justificativa de que um mês de programação oneraria a prefeitura. Além disto, os setores da prefeitura que se manifestaram neste sentido, deixaram claro que gostariam que houvesse mudanças na estrutura dos eventos, para continuar colaborando com a realização dos mesmos. As opiniões dentro da Comissão divergiram entre os que concordaram com os argumentos dos interlocutores do poder público e aqueles que entenderam como preconceituosos os argumentos apresentados, que as atividades desenvolvidas eram diversificadas e que a prefeitura teria o dever de prover o que o movimento social solicitasse.

Durante o processo não houve diminuição da quantidade de eventos, mas o projeto para as atividades do Mês da Diversidade Sexual de Campinas foi compactado para cerca de quinze dias.

Foi realizada a audiência com a então Secretária Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social para discutir a avaliação da Comissão de que o Coordenador de Políticas para a Diversidade Sexual de Campinas não dialogaria com o movimento social. No entanto, o Coordenador resistiu no cargo inclusive à troca de secretários, que acompanhou o período de troca de prefeitos à que Campinas foi submetida, do segundo semestre de 2011 até o início de 2012.

Durante este ciclo houve mudança de secretário na SMC, um dos órgãos de maior contato da Comissão para a realização das atividades. Porém, neste ciclo, como não houve interlocução com o poder público, como estava previsto, isto não causou problemas. Houve apenas uma tentativa de reunião com o Secretário de Cultura, mas a Comissão entendeu que teria que esperar a normalização das atividades no gabinete e nas secretarias porque o clima na prefeitura, naquele momento, era de instabilidade política e incerteza. No início do terceiro ciclo, quando iniciaram as conversas com o poder público, a SMC já era chefiada por outro Secretário e a questão da troca de secretários e funcionários dos setores que dialogariam com a Comissão interferiu mais no processo de construção da Parada LGBT e do Mês da Diversidade Sexual.

4.4 3º Ciclo: Preparação da 12ª edição da Parada LGBT

Neste ciclo foram realizadas 15 reuniões¹⁴ de preparação da Parada LGBT pela Comissão, algumas reuniões e encontros de preparação com setores do poder público e duas reuniões de avaliação¹⁵, uma interna e outra com o poder público.

Como nos relatos anteriores, a exposição deste ciclo será norteadada por três fatores: o processo de construção da Parada LGBT e dos eventos do Mês da Diversidade Sexual e reflexão da Comissão Organizadora sobre o atual papel das manifestações, as condições de institucionalização da Comissão Organizadora junto ao poder público e o formato de organização institucional, na tentativa de criação de uma associação. Outros assuntos tratados neste ciclo encontram-se no Apêndice B.

Durante todo este ciclo a Comissão enfrentou dificuldades para a construção dos eventos e da Parada, principalmente motivadas por brigas internas e questões políticas entre os membros, pela relação com o poder público

¹⁴ Uma realizada no mês de Janeiro e as demais nos dias 07/02, 06/03, 13/03, 20/03, 29/03, 03/04, 17/04, 23/04, 03/05, 10/05, 22/05, 14/06, 21/06 e 28/06/2012.

¹⁵ Realizadas nos dias 03/07 e 05/07/2012.

e por dificuldades financeiras. A leitura destes fatores, por meio da pesquisa de campo, auxiliou a compreensão de como o coletivo organizador da Parada e dos eventos pensou as atividades.

As apresentações de *drag queens* no encerramento da Parada estiveram em foco durante quase todo o ciclo. Os membros da Comissão davam muita importância para este assunto. Uma novidade desta discussão foi o questionamento se em função de possível candidatura às eleições municipais de uma das *drag queens* apresentadoras da Parada, a mesma poderia ou não proceder à apresentação do evento. O argumento do questionamento era o de não vincular a Comissão à candidata ou ao partido político e gerou um mal estar entre os membros envolvidos. Não houve posicionamento do coletivo, que, frágil, não se contrapôs às pressões da *drag queen* questionada e permitiu que ela apresentasse as atividades como fizera em anos anteriores.

Ainda sobre o tema das candidaturas de membros da Comissão, era especulado que cerca de cinco membros se candidatariam, dos quais três efetivaram as candidaturas. Alguns membros da Comissão entendiam que este era um assunto importante e defenderam que a Parada teria o objetivo distinto de luta por demandas da Comunidade LGBT, não para servir de palanque. A proposta desta ala foi de suspender as atividades de fala dos possíveis candidatos na Parada e nos eventos, com o argumento de preservar e desvincular as imagens dos mesmos e da Comissão. Nesse sentido, no momento das falas políticas e de apresentação das atividades, o grupo organizado que tivesse algum possível candidato deveria eleger outro membro como porta-voz. Esta proposta não foi aceita e pouco debatida. Alguns membros entre os possíveis candidatos pressionaram a Comissão e sem que houvesse discussão ou que se chegasse a um consenso o assunto foi encerrado.

A fragilidade do coletivo que compunha a Comissão pôde ser verificada constantemente neste ciclo. A escolha do tema desta edição da Parada, por exemplo, foi sugerido por dois membros e, mesmo com algumas objeções, foi aprovado, pois os membros que discordaram do tema não sugeriram outro. O tema, então, ficou “Querem acabar com as Paradas? Aprovelem nossas leis!”. O objetivo dos proponentes era fazer uma provocação à sociedade, ao poder

público e aos próprios movimentos, uma vez que levaria à reflexão da pertinência das Paradas e da noção de igualdade.

A Comissão possuía um grupo fechado em uma rede social da internet que deveria servir como um instrumento de comunicação entre os membros e viabilizar a construção dos eventos e da Parada, para não depender somente das reuniões presenciais. Porém neste ciclo o uso do grupo como local para a realização de disputas e desavenças pessoais prevaleceu ao uso que se pretendia quando da criação do instrumento. As discussões realizadas no grupo da rede social repercutiram na Comissão e interferiram no processo de construção da Parada e demais eventos com a formação de dois grupos irreconciliáveis e um terceiro que não tomava muito partido das discussões.

Outra dificuldade para a organização durante este ciclo foi a instabilidade gerada pelas mudanças constantes ocorridas na administração municipal. A troca de secretários e funcionários da prefeitura que dialogavam com o movimento criava um clima de desconfiança e incerteza, pois cada vez que isso acontecia a Comissão tinha que, praticamente, iniciar o diálogo novamente. Durante o processo, alguns interlocutores do poder público garantiram que cederiam as estruturas solicitadas, outros foram mais cautelosos e sinalizaram que não poderiam ceder tudo o que havia sido solicitado. Muitas das estruturas solicitadas foram confirmadas a poucos dias dos eventos e da Parada.

As propostas de institucionalização da Comissão, surgidas nos períodos anteriores, permaneceram neste ciclo. O Projeto das atividades do Mês da Diversidade Sexual de Campinas com informações e o desenho da constituição de todos os eventos e da Parada foi finalizado no mês de Janeiro e protocolado na prefeitura e outras instâncias do poder público em Fevereiro. O Projeto não substituiu completamente os ofícios que eram protocolados na prefeitura, no entanto a Comissão entendeu como um grande avanço da organização contar com um instrumento para dialogar com as instâncias do poder público e até para facilitar, aos membros, o entendimento de conjunto que o Projeto propiciou.

Os assuntos referentes à refundação da Associação agitaram a Comissão no começo deste ciclo e se encerrou no início de Abril. A Comissão precisaria fazer uma reunião ampliada com todos os que haviam sido eleitos a cargos na Associação em 2010 ou fazer nova eleição, visto que em alguns cargos criara-se vacância de membros que não compareciam mais às reuniões da Comissão. A partir daí a tramitação da documentação não demoraria, pois o texto já estaria pronto, seria necessário apenas levar a documentação ao cartório, aguardar os prazos e dar entrada na Justiça Federal para solicitação do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), com o qual a Associação passaria a existir juridicamente.

Mesmo com membros contrários à Associação não houve interrupção nas discussões, que foram direcionadas para a constituição. Alguns membros solicitaram preencher as vacâncias dos membros ausentes. Em um dos encontros foi realizada a leitura do estatuto da Associação, que se organizaria horizontalmente, em coordenadorias.

Próximo da constituição da Associação houve um embate entre dois membros, os mesmos envolvidos na discussão se possíveis candidatos poderiam ter fala na Parada. Nesse caso, o questionamento foi se possíveis candidatos às eleições municipais poderiam ocupar cargos em associações. Mais uma vez o coletivo se mostrou frágil e não suportou a pressão realizada pelo possível candidato.

A reunião foi tensa e definitiva para o destino da Associação. Na reunião seguinte houve a “refundação”¹⁶ da Associação, porém alguns membros que teriam cargo e não concordaram com a forma que as questões se encaminharam desistiram. Outros membros da Comissão preencheram os cargos e simbolicamente foi refundada a Associação da Parada do Orgulho LGBT de Campinas. Simbolicamente, ao menos, por que até o final da pesquisa de campo, com o término da 12ª Parada, a Associação ainda não existia juridicamente. De Abril até a realização da Parada, em Julho, não se falou mais em Associação nas

¹⁶ Refundação, pois simbolicamente a Associação já havia sido constituída e votada em 2010, porém não formalizada. A ação realizada neste ano tinha o objetivo de resgatar o processo e construir a Associação também juridicamente.

reuniões. O desgaste oriundo das discussões deste assunto entre os membros, no entanto, aumentou à medida que novas questões eram colocadas no processo de construção da Parada e dos eventos.

Um jornalista do Jornal Correio Popular, que há anos noticiava as atividades dos movimentos homossexuais de Campinas, estava presente na reunião de refundação da Associação e publicou no dia seguinte o “dia histórico” para o grupo que organizava a Parada.

Neste ciclo a relação da organização da Parada com o poder público, municipal principalmente, foi conturbada especialmente pelo momento de instabilidade política na cidade. O que acentuou a noção de instabilidade, percebida pela Comissão, foi o clima de incerteza instalado em cada troca de prefeito, pois isto inviabilizava o diálogo com os interlocutores do poder público municipal. Somente com a eleição indireta no município, realizada em Abril, cessou a troca de prefeitos, não cessando, porém, deste período até a realização da Parada, a troca de secretários e diretores que dialogavam com o movimento.

No final do ciclo havia, na Comissão, uma polêmica declarada entre dois grupos, liderada por dois membros, um dos quais passou a defender, nas reuniões, o Coordenador de Políticas para a Diversidade Sexual de Campinas, com os argumentos de que este dialogava com o movimento e cumpria o papel em prol da Comunidade LGBT na prefeitura, contrariando o consenso anterior na Comissão, de dificuldade de diálogo com o mesmo. Este fato ilustrou que a relação entre o poder público e o movimento social não se apresentava, necessariamente, como oposição e que o movimento social, por mais que representasse uma demanda específica, não era um todo coeso, assunto tratado no próximo capítulo.

No início do processo de preparação da 12ª Parada LGBT de Campinas, a Comissão protocolou uma cópia do Projeto das Atividades do Mês da Diversidade Sexual de Campinas no gabinete do prefeito e em outras instâncias do poder público, envolvidos na realização dos eventos e entregou cópias nas secretarias. A perspectiva era de conseguir uma carta de adesão do prefeito para viabilizar o diálogo e suprimento das demandas junto às secretarias,

especialmente a SMC e a SMCAIS. Foram realizadas várias tentativas de reuniões com o prefeito ou com o chefe de gabinete, porém, sem sucesso. A Comissão acabou desistindo da estratégia e dialogou com os atores políticos sem a carta de adesão do prefeito.

Outra dificuldade observada devia-se à inexperiência de muitos membros da Comissão em dialogar com o poder público enquanto movimentos sociais. Houve poucos membros que se interessaram em participar das reuniões, a maioria deixava claro que não tinha interesse em agir nesta esfera. Portanto, restou para alguns poucos membros da Comissão a interlocução com o poder público, na maioria, participantes de grupos organizados e militantes mais experientes sem vínculo institucional.

4.5 12ª Parada LGBT de Campinas, repercussão na mídia e avaliação do evento

A 12ª Parada LGBT de Campinas ocorreu no dia 01/07/2012, um domingo ensolarado. Alguns membros da Comissão receberam o alvará para a realização do evento, com a vistoria das estruturas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros na parte da manhã. O número de participantes na concentração aumentou depois das 12h: 00. Os horários previstos para início das falas políticas e do cortejo foram seguidos.



Figura 9. Concentração do evento, Largo dos Expedicionários.
Fonte: arquivo pessoal.



Figura 10. Início do trajeto, Avenida Dr. Campos Salles.
Fonte: arquivo pessoal.

O trajeto foi percorrido de acordo com a programação, o único problema de evolução foi no cruzamento da Avenida Moraes Sales com a Rua Irmã Serafina, causado pelas grandes dimensões do segundo trio elétrico da Parada.

Houve suspensão da caminhada por cerca de vinte minutos até a regularização da permanência dos participantes na faixa destinada ao evento.



Figura 11. Rua Irmã Serafina no momento em que o trajeto foi paralisado por que alguns participantes invadiram a pista externa, impedindo a circulação de veículos.
Fonte: arquivo pessoal.

Como registrado na edição anterior, havia grande presença de manifestantes de várias causas, com bandeiras, camisetas e cartazes. Alguns partidos políticos também estiveram representados. A Comissão cumpriu o que havia estabelecido de não dar fala àqueles que possivelmente tivessem alguma pretensão nas eleições municipais. Um partido político que na edição anterior da Parada repudiou esta iniciativa da Comissão esteve na concentração com um microfone e realizou falas políticas por conta própria.

Outra curiosidade foi a presença de ônibus de excursões de outras cidades e Estados. Apesar de não ter sido realizada e publicada a contagem criteriosa do número de participantes por nenhum instituto de pesquisa ou instituição pública ou privada, a percepção da Comissão foi a de que houve um aumento no número de participantes. O próprio trajeto possibilitou esta análise, mais extenso, menos concentrado que o das edições anteriores.



Figura 12. Avenida Francisco Glicério durante o trajeto.
Fonte: arquivo pessoal.

Durante o trajeto aconteceram as tradicionais manifestações das *drag queens* no carro da militância, saudando e brincando com os participantes e espectadores do evento e proferindo falas contra o preconceito e a discriminação. Para garantir a especificidade do evento e para que a Comissão tivesse o controle do conteúdo das falas políticas, as manifestações eram permitidas somente no carro da militância, por isso, o outro carro não possuía microfone, somente som para aproximar e entreter os participantes.

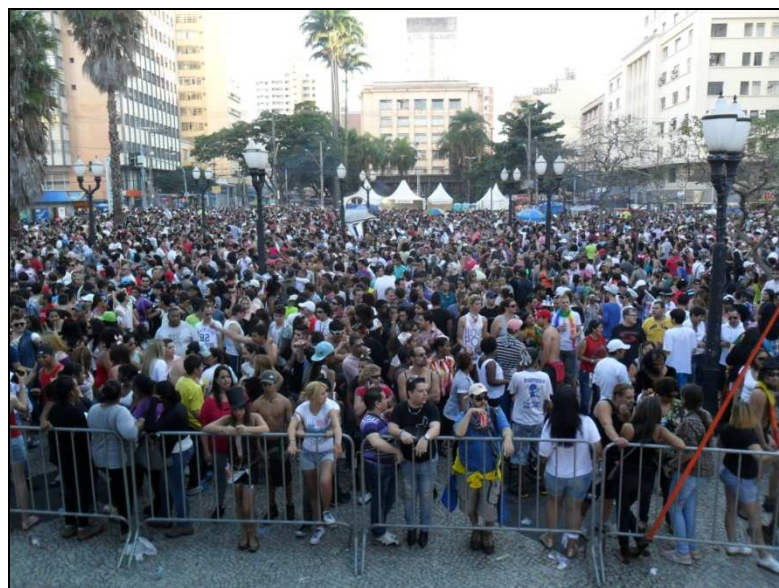


Figura 13. Largo do Rosário durante as atividades de encerramento.
Fonte: arquivo pessoal.

Com o fim da caminhada o público se instalou no Largo do Rosário para as apresentações de *DJs*, *drag queens* e banda e as atividades foram encerradas às 22h: 00, dentro do limite de tempo previsto e autorizado.

A 12ª edição da Parada LGBT de Campinas foi amplamente divulgada no Jornal Correio Popular, com matérias publicadas no dia do evento, no dia seguinte e na revista semanal “Metrópole”, veiculada aos domingos. Também foi noticiada nos jornais Diário do Povo e TodoDia, ambos no dia seguinte ao evento.

Logo no início, na seção “Página dupla”, a revista *Metrópole* apresentou uma matéria realizada a partir de entrevista com uma militante lésbica de renome na cidade, Maria Amélia Moreno. Algumas perguntas foram interessantes por remeter a questões intrínsecas ao evento, respondidas por um membro da organização, ou seja, se constituiu em oportunidade de os movimentos sociais responderem à sociedade como concebiam a manifestação.

Quando perguntada se concordava que as Paradas haviam se transformado em festa e deixado de lado questões políticas e sociais, Moreno respondeu:

Não. A organização da parada, em si, é política. Mas se for para as ruas apenas a turma que tem política na veia, teríamos no máximo 100 participantes. Também não quer dizer que as pessoas não se aglomeram em torno do núcleo político e que vão ao encontro para se divertir e transformam em balada. (GREGORI, 2012).

Sobre as mudanças na organização e os onze anos de existência do mesmo, pois até o fechamento da edição e veiculação da revista ainda não havia sido realizada a 12ª da Parada, a entrevistada afirmou que

Acredito que está havendo uma maior entendimento, e não apenas entre militantes do movimento LGBT que são ligados a grupos organizados. Com a criação da Associação, muitas pessoas que nunca integraram grupos descobriram que estar na organização de uma parada é importante. Elas gostam do que fazem e estão dispostas a ajudar em tudo. É uma atitude bacana e importante, por que estes cidadãos não saíram dos nichos da militância (GREGORI, 2012).

O trajeto também teve destaque na entrevista, especialmente em função das alterações ocorridas em relação às últimas edições do evento. Moreno considerou que

Descer a Avenida Francisco Glicério na contramão criava problemas no trânsito do Centro. E mudamos também por que naquela parte do percurso até a Avenida Moraes Salles há trechos ruins de passar, por causa da altura dos trilhos elétricos. A mudança esticou a caminhada. Sem falar que a Avenida Campos Salles é comprida e mais larga. Não sabemos como a comunidade LGBT vai reagir, mas esperamos que haja mais conforto e segurança (GREGORI, 2012).

O metropolitano Jornal TodoDia publicou pequena nota com o tema, expectativa de público e trajeto. O jornal Diário do Povo apresentou também outras situações ocorridas no evento, como as informações da PM de que não havia registrado nenhuma ocorrência e da SETEC de que foram feitas apreensões de bebidas destiladas; e a presença de representante do movimento nacional Mães Pela Igualdade, formado por mães de homossexuais que lutam contra a homofobia.

O Jornal Correio Popular do dia do evento destacou a mudança no trajeto da Parada, as atividades que a Comissão realizou durante o Mês da Diversidade Sexual de Campinas e a constituição da Associação, com depoimentos de membros da Comissão a respeito. O “Diário do Povo” também fez referência à Associação como se esta existisse juridicamente, porém, como ressaltado em passagem anterior, até a realização da 12ª Parada LGBT, a Associação não havia sido formalizada.

No dia seguinte ao evento, a matéria de página inteira do “Correio Popular” não apresentou novidades em relação aos outros jornais e à matéria veiculada no dia anterior, mas apresentou muitas fotos do evento e entrevistas de participantes, inclusive ressaltando a diversidade de público como famílias, jovens, crianças e pessoas mais experientes.

Foram encontradas matérias sobre a Parada LGBT em sites com informações semelhantes às veiculadas na mídia impressa consultada. Como em outras edições do evento, o balanço do evento feito pelas matérias veiculadas na mídia foi positivo.

Como no 1º ciclo, neste foram realizadas duas reuniões de avaliação da Parada e dos eventos, uma interna e outra com o poder público.

A reunião com o poder público foi realizada no dia 03/07/2012, no 8º Batalhão da Polícia Militar, com a participação de membros da Comissão, da PM, GM, SETEC, EMDEC e Corpo de Bombeiros. Foram convidados e não participaram, o SAMU, a Vara da Infância e da Juventude, o Conselho Tutelar e o Coordenador de Políticas para a Diversidade Sexual de Campinas, segundo o capitão que conduziu a reunião.

O clima da reunião foi tranquilo, houve cobranças de atores que não cumpriram o que haviam prometido, porém no sentido de contribuir para melhorar as próximas edições das Paradas.

A avaliação do percurso, concentração e encerramento, que mudaram em relação às últimas edições do evento, foi positiva. A PM, GM e EMDEC relataram problemas apenas no cruzamento da Avenida Moraes Salles com a Rua Irmã Serafina, ocasionados principalmente pelo tamanho do segundo trio elétrico que percorreu o trajeto.

Outros registros de problemas, relatados pela PM, foram a presença de bebidas no trajeto, especialmente destiladas, insuficiência de banheiros químicos e insuficiência de equipe médica no local.

Como no ano anterior, mais uma vez houve registro do descumprimento das ações da SETEC, no sentido de inibir os vendedores ambulantes que se instalaram na concentração, encerramento e, mesmo no trajeto. O representante da instituição respondeu que foram feitas algumas apreensões, porém que a equipe de trabalho seria pequena para as dimensões do evento.

Quanto aos banheiros químicos, a Comissão relatou que na solicitação original a quantidade era de 334, porém em função de problemas de licitação a SMCAIS informou que seriam instalados apenas 109 banheiros. No ano anterior, na reunião de avaliação, a mesma Secretaria havia sinalizado que a Comissão poderia solicitar quantidade superior do que havia sido solicitado àquela edição, para evitar os problemas de grandes filas nos banheiros químicos e utilização de

praças e vias públicas como banheiro, ocorridos também nesta edição. Porém, neste ano o cargo de Secretário era ocupado por outra pessoa.

Houve elogios mútuos entre a Comissão, EMDEC e PM pelo trabalho realizado, especialmente pelo cumprimento do que foi acordado em reuniões de preparação.

A reunião de avaliação da Comissão, da 12ª Parada LGBT de Campinas ocorreu dia 05/07/2012, na APEOESP, porém o clima foi bem menos amistoso que a realizada dois dias antes com o poder público. Inicialmente a Comissão discutiu a avaliação realizada pelo poder público e algumas avaliações referentes aos problemas com trios elétricos e apresentações no palco da Parada. Logo depois a reunião mudou o rumo e até o final se constituiu quase na totalidade de acusações de um grupo ao outro. Naquele momento os participantes que não haviam tomado partido de nenhum grupo, até então, se posicionaram e foi perceptível o entendimento de que na Comissão havia dois grupos distintos que disputavam o “poder” dentro da organização.

4.6 Sobre a Comissão Organizadora da Parada LGBT de Campinas

O coletivo organizador das 11ª e 12ª Paradas LGBT de Campinas, nas edições acompanhadas na pesquisa de campo, era constituído em uma Comissão Organizadora não formalizada juridicamente, composta pelos grupos Aos Brados!!, E-Jovem, Comunidade da Vila Padre Anchieta, militantes sem vínculos institucionais, representantes do mercado GLS, voluntários ou interessados e teve participação de outros movimentos sociais e o apoio da APEOESP.

Durante a pesquisa de campo pôde-se perceber que a organização da Parada LGBT se constituiu em um processo de construção, não apenas preparação ou realização do evento. Este processo é marcado por uma complexa rede de relações entre os atores dos movimentos homossexuais, de outros movimentos sociais, do poder público, da Comunidade LGBT e da sociedade;

estava conectado com o que acontecia na cidade, na região, no Brasil e no mundo; contribuiu para as mudanças no pensamento coletivo, que culminou na afirmação do conceito e possibilidade de vivência pública da diversidade sexual; e, dependeu de um coletivo instituinte disposto a organizá-la. Portanto o evento constrói relações e conquistas e é construído, em cada edição, a partir destas relações, conquistas e novos objetivos a serem alcançados com a manifestação. Nesse sentido, cada Parada é única, à medida que se insere em um contexto social, político e cultural específicos.

Nas reuniões da Comissão ocorridas em todos os ciclos da pesquisa de campo, participaram como membros *drag queens* e militantes de grupos organizados ou não, em todos os ciclos da pesquisa de campo. Entre as *drag queens*, pôde-se observar uma divisão, em duas categorias, caracterizadas pelo papel desempenhado nas Paradas LGBT. Uma delas era constituída pelas *drag queens* com maior comando e visibilidade, as mesmas que realizavam as manifestações no trajeto e as apresentações no palco. A outra era composta na maior parte por *drag queens* iniciantes que, especialmente no primeiro ciclo, participavam das reuniões para garantir espaço no show de encerramento da Parada.

Como na Comissão as apresentações no palco das Paradas LGBT tinham bastante destaque nas reuniões, estas eram constantemente objeto de discussão e disputa entre os membros, *drag queens* ou não. As iniciantes, predominantemente, não possuíam experiência em movimentos sociais e na organização das Paradas e foram marginalizadas dentro da Comissão em várias situações. Geralmente quando era discutida a pertinência da obrigatoriedade das *drag queens* nas reuniões, a referência era sempre às iniciantes.

Quando havia alguma discussão acerca das *drag queens*, estas eram assim identificadas, no sentido depreciativo. Ou seja, não eram tratadas como membros, mas como *drag queens*. A outra categoria de *drag queens* não era tratada desta forma, mas como membros. Nesse sentido, no jogo de poder estabelecido na Comissão acerca das funções no dia da Parada, estas eram

soberanas e em momentos em que sua soberania era ameaçada, respondiam com autoritarismo para manter os “privilégios”¹⁷.

A regra da obrigatoriedade da presença das *drag queens* nas reuniões, direcionada evidentemente às iniciantes, então, serviu efetivamente mais para mantê-las em uma categoria à parte, *drag queens*, que não tivesse privilégios, do que para integrá-las como membros da Comissão. Com o fim desta regra, a maioria das *drag queens* iniciantes deixaram de participar das reuniões.

Em 2010, anteriormente ao período da pesquisa de campo, surgiu a ideia de formalização jurídica da organização da Parada com a criação de uma associação, a APOLGBT de Campinas. No entanto, apesar de ter se criado um estatuto e realizadas as eleições para cargos em coordenadorias da Associação, esta não foi registrada e, efetivamente, não assumiu um papel diretivo na organização da Parada e dos eventos.

No 1º ciclo da pesquisa de campo, especialmente nas avaliações da 11ª edição da Parada, foi discutida a necessidade da retomada da criação da APOLGBT de Campinas e se tornou um tema frequente nos dois ciclos seguintes.

Mesmo após a constituição da Associação continuou a discussão a respeito. Na Comissão Organizadora da Parada em 2011 e 2012 os membros dividiam-se entre contrários e favoráveis à criação da Associação, os argumentos dos primeiros apontavam no sentido de não “burocratizar” a organização e não criar instâncias de poder que restringissem a participação democrática e propunham manter o formato atual onde todos os membros decidiam sobre todos os assuntos. Os argumentos favoráveis eram norteados pelas possibilidades de fortalecimento que uma institucionalização jurídica poderia oferecer para a organização das Paradas que uma institucionalização jurídica poderia oferecer, facilitando o apoio financeiro governamental ou privado e a isenção da responsabilização de pessoas físicas por quaisquer problemas advindos da realização da Parada e dos eventos, pois no contexto da Comissão, duas ou três

¹⁷ Neste caso, apresentar as manifestações no trajeto e as atividades no palco e conceder entrevistas eram funções valorizadas pelas *drag queens* que o faziam. Durante a pesquisa de campo pôde ser percebido que estas não abririam mão de realizar tais atividades, este foi um dos motivos que gerou várias tensões e brigas no interior da Comissão.

pessoas assinavam e se comprometiam, respondendo individualmente por um evento que levava mais de cem mil pessoas às ruas.

Por um lado, os eventos organizados pela Comissão ganharam, com o passar dos anos, proporções grandes demais para aquele formato de organização, fato percebido também por representantes do poder público, expresso nas avaliações de vários departamentos e secretarias. Havia, então, o consenso da necessidade do aprimoramento da organização. A comparação com a organização da Parada de São Paulo, uma das pioneiras no Brasil, guardadas as proporções e diferentes contextos de realização apontava para isto já que em São Paulo havia sido criada uma associação já na 3ª edição do evento.

Por outro lado, não se consolidou até o momento da pesquisa, um coletivo coeso capaz de realizar a passagem para um novo formato institucional. A heterogeneidade da origem dos atores que compunham a Comissão refletia em diversidade de opiniões e objetivos de cada membro ou grupo dentro da organização. Um fator crucial para que a consolidação da Associação não tenha sido bem sucedida foi a disputa de poder no interior da Comissão, tão acirrada que foi capaz de protelar por mais tempo a criação da Associação.

A APOLGBT de Campinas havia sido criada politicamente em 2010. Em 2012, aproveitando o mesmo estatuto e preenchendo as vacâncias criadas, a Associação foi recriada, contudo, simbolicamente, como dois anos antes.

Até a realização da 12ª edição da Parada LGBT, a Associação não existia juridicamente, nem operacionalmente, mesmo tendo sido noticiada sua criação na mídia. Com a refundação política e simbólica, poucos meses antes da Parada, a organização continuou, de fato, com o mesmo formato de antes. Ou seja, além de não formalizada juridicamente, a Associação não se constituiu em uma ferramenta de gestão da Parada e dos eventos.

O formato pretendido com a criação da Associação era positivo em vários aspectos: organizado em coordenadorias horizontais, onde os coordenadores e outros associados teriam igual poder de decisão no contexto das reuniões, que continuariam sendo o espaço de organização da Parada e dos eventos. Ademais, a institucionalização poderia favorecer maior organização das

atividades do coletivo, como a consolidação de agendas, pautas e objetivos, que no contexto da Comissão acabavam ficando soltos.

Porém, desde as primeiras discussões já havia uma perspectiva de relativização do papel da Associação, no sentido de que esta não inibisse as ações habituais de alguns membros¹⁸. Portanto, para que estes membros, que possuíam forte influência na organização, concordassem com a criação da Associação, esta não poderia limitar as ações deles. Apesar deste fato não ter sido exposto diretamente nas reuniões, assim era percebido pelos membros. Nesse sentido, para aquele tipo de organização, a Associação não poderia ser maior que os membros.

A disputa de poder no interior da Comissão Organizadora da Parada, em função disto, era constante. Nas reuniões era difundida a ideia de se criar um instrumento que fosse um braço formal do movimento para responder pela organização dos eventos, dialogar com o poder público e conseguir financiamento público ou privado, sem modificar o formato de organização e realização da Parada nem os papéis de cada membro neste processo.

A falta de êxito na constituição da Associação foi motivada pelas bases em que esta foi pensada e discutida no interior da Comissão. O acontecimento ilustrou a ausência de um coletivo integrado e envolvido com o aperfeiçoamento institucional da organização das Paradas, em que, no processo de construção da Associação algumas brechas foram abertas para que com a mudança institucional, nada mudasse operacionalmente.

4.7 Considerações sobre a pesquisa de campo

O 1º ciclo, período inicial da pesquisa empírica, foi um momento de aproximação com o campo, a menos de três meses para a realização da 11ª

¹⁸ No decorrer das edições do evento se consolidou, na Comissão, a percepção, de alguns membros, de papéis e funções de prestígio na Parada, especialmente os membros que seriam da linha de frente do evento, que concederiam entrevistas e conduziriam as manifestações políticas no trajeto e a apresentação do show de encerramento, atividades que capitalizavam visibilidade.

Parada LGBT. Esta etapa da pesquisa foi importante para a compreensão de como o coletivo organizador da Parada se estruturava, em Comissão, e do esforço que demandava a organização das atividades comemorativas do Mês da Diversidade Sexual de Campinas.

No tocante ao trabalho, foi um período exploratório, quando as preocupações eram basicamente o contato com o campo e com os atores envolvidos, tanto dos movimentos sociais, como do poder público.

No entanto, quando do fim da pesquisa de campo e início do tratamento do material obtido, foi possível perceber que várias das questões colocadas à Comissão e à organização da Parada, nos ciclos seguintes, já existiam desde o início do trabalho de campo. Questões importantes, tais como a dificuldade de diálogo com o poder público, os problemas em se criar consensos internos, em função da heterogeneidade dos atores que compunham a Comissão e as limitações geradas pelo tipo de organização, acabaram por demandar que aquele coletivo repensasse os mecanismos de ação e organização.

O 2º ciclo foi bastante diferente do anterior em vários aspectos. Houve a superação da questão sobre a participação obrigatória das *drag queens* nas reuniões. Algumas até foram às primeiras reuniões, mas aos poucos deixaram de ir definitivamente. Foi perceptível o declínio do número de participantes, da média de 25 participantes no primeiro ciclo para 12 no segundo, passando a Comissão a contar, com a ausência das *drag queens*, com um maior número de representantes de grupos ou integrantes não identificados em grupos, porém militantes ou com atividade política.

Outro motivo atribuído ao declínio da presença, segundo os próprios membros que deixaram de participar das reuniões deste segundo ciclo foi o grande número de reuniões que trataram demasiadamente do projeto a ser encaminhado ao poder público. A Comissão praticamente se arrastou neste segundo ciclo para a construção do projeto, fator que incomodou vários integrantes que não estavam acostumados a lidar com questões administrativas e burocráticas e linguagem política.

Realidade semelhante a esta foi percebida e relatada por Silva (2006) na pesquisa sobre as Paradas de São Paulo, na ocasião da constituição da associação que passaria a organizar as estas Paradas. Segundo o autor,

Neste processo de construção da associação fica marcado como o processo político está distante das bases, quem sabe em função de uma cultura política na qual o cidadão e a cidadã brasileiros estejam inseridos e que se pauta pela atribuição a outrem, ao político, o dever fazer acontecer. A construção da associação se faz enfadonha porque as pessoas não se reconhecem como sujeitos políticos da ação, como atores do processo. Delegar responsabilidades é uma prática que revela a debilidade da consciência, a fragmentação da consciência de muitos que entendem que simplesmente é de sua responsabilidade cuidar de suas necessidades imediatas como garantir de espaços de sociabilidade imediata. (SILVA, 2006, p. 282).

A elaboração do projeto demorou a engrenar pelas dificuldades e atraso que os próprios grupos proponentes de atividades para o Mês da Diversidade Sexual, tiveram para apresentar conteúdos para a construção do projeto. Quando este começou a ganhar corpo a Comissão já se encontrava esvaziada e não conseguiu manter o envolvimento de todos os seus membros para finalizá-lo.

Houve também, durante este ciclo, várias divergências entre os membros da Comissão motivadas por disputas políticas entre representantes de grupos organizados e demais integrantes. Alguns grupos não aceitaram as propostas que outros integrantes da Comissão fizeram para seus eventos, dentro da discussão do projeto. Outros pontos de discórdia referiram-se ao tipo de entidade (associação ou comissão) que organizaria as próximas edições da Parada LGBT de Campinas e ainda, sobre o trajeto da Parada.

Este aspecto de disputas entre membros na organização das Paradas de Campinas também foi ressaltado por Silva (2006) no estudo sobre as Paradas de São Paulo.

A Parada certamente já era um espaço de poder e isso gerava disputas, gerava desejos coronelistas de controle e de exposição pessoal com vistas a garantir afirmação em um possível cenário mais amplo. Estar à frente de um evento de massas que potencialmente cresceria, representaria uma importante oportunidade de ser sagrado barão, pois “(...) a repercussão (da parada) foi muito grande, primeiro pelo número, né, 7.000 pessoas, né, tava crescendo numa dimensão geométrica assustadora” (Lola) (SILVA, 2006, p. 282).

No caso de Campinas o fenômeno da repercussão das Paradas no campo político, mas também no âmbito do mercado, foi um elemento que norteou grande parte das desavenças entre os membros da Comissão organizadora.

Como exemplo, resgatamos os conflitos em torno das discussões em que membros que fossem possíveis candidatos às eleições municipais foram questionados quanto a terem destaque nas atividades de maior visibilidade na Parada. Do ponto de vista do mercado, a Comissão organizadora era composta por membros que possuíam interesses comerciais, como empresários, *Dj* e *drag queens*. A Parada, devido a importância e tradição na cidade, poderia servir de palco para visibilizar e projetar tanto candidatos à vereadores ou possíveis nomeações a cargos na prefeitura, quanto contribuir para a popularização de *Djs*, bandas, boates ou *drag queens*.

Por fim, após várias reuniões com baixo número de participantes (menos de sete em média nas últimas cinco reuniões), a Comissão optou por manter a discussão do projeto, marcando uma reunião para finalizá-lo no início do ano seguinte. Nestas últimas reuniões pôde se verificar, também, a ausência de membros de grupos organizados, o que dificultou o andamento das discussões do projeto, pois os demais integrantes que participaram destas reuniões não possuíam acúmulo político para as discussões que a construção do projeto demandava.

O 3º ciclo foi marcado por problemas de relacionamento no interior da Comissão e desta com o poder público.

No processo de construção da Parada e do Mês da Diversidade Sexual de Campinas várias disputas foram travadas entre os membros da Comissão. Em muitos momentos alguns membros agiram em benefício próprio, com a justificativa de que o fizeram em nome da Parada. Com esta afirmação, não se deve entender, nem sugerir que houve a intenção de desqualificar ou prejudicar a Parada, por parte dos membros citados, mas que em muitos casos, a Parada aparecia em segundo plano nas ações de alguns membros.

O fato de não terem sido as mesmas pessoas presentes nos vários momentos de interlocução com os atores políticos, gerou dificuldades tanto para a

Comissão, quanto aos próprios diretores e secretários, que nomeados, em período de instabilidade política, não sabiam por quanto tempo ficariam nos cargos.

Os segmentos do poder público, como a PM, o Corpo de Bombeiros e a EMDEC se afinaram mais com a Comissão na construção da Parada. Foi possível identificar dois fatores para a construção da relação estabelecida: o comprometimento de ambos os lados com o que fora solicitado e prometido e a permanência dos mesmos interlocutores das instituições com a Comissão garantindo a continuidade da edição passada para esta, o que também favoreceu o comprometimento com o evento, principalmente por já conhecerem os processos.

Esta continuidade de atores que dialogaram nas duas edições da Parada LGBT foi decisiva para ampliar a sintonia entre alguns representantes à frente da PM e EMDEC com membros da Comissão, uma vez que haviam referências pré-estabelecidas para o diálogo como, entre outras, o conhecimento de pontos críticos no trajeto da Parada.

A natureza da relação entre a Comissão e o poder público pôde ser percebida nos limites das noções de cooptação e autonomia. Esta relação contraditória é reforçada a cada situação de interlocução. Nestas, tanto a Comissão quanto o poder público apresentaram efetivamente propostas de relação institucional – a Comissão não abre mão de ter o poder público apoiando os eventos e este apóia pela importância política e social que o evento adquiriu em várias instâncias. A cooptação da Comissão pelo poder público e a autonomia da mesma sobre ele foram, portanto, objetos de disputa e negociação constante.

Desta forma, entendemos que os movimentos sociais em questão, representados pela Comissão Organizadora da Parada LGBT, não demonstrou autonomia sobre toda a organização e realização da manifestação e, também, não se constituiu como uma organização cooptada pelo poder público. Cooptação e autonomia foram negociados pelos atores envolvidos no processo de construção da Parada LGBT.

O poder público participou do evento não apenas como provedor de estruturas e equipamentos e liberação de alvarás e documentos para a realização das Paradas e dos eventos, mas, também, como agente político que legitimou as manifestações e negociou politicamente os rumos da mesma.

Internamente, no período estudado, tanto a Comissão Organizadora da Parada LGBT, quanto o poder público municipal passaram por momentos de conflito e instabilidade. Estes fatos, no entanto, não impediram que o evento fosse às ruas e a Parada, como fato social, histórico, político e urbano prevaleceu às dificuldades da organização e do poder público.

As Paradas possuem uma dimensão festiva, o que atrai grande número de participantes, homossexuais ou não, mas também possuem o caráter de manifestação com forte dimensão política. Esta dimensão é reforçada pela ocupação simbólica no trajeto percorrido dos espaços públicos mais tradicionais e emblemáticos da cidade, especialmente onde foram realizadas a concentração e encerramento¹⁹. Também pela temática política e ideológica do evento e por se constituir em movimentos sociais que interagem com o poder público. Esta complexidade de interações e componentes é que caracterizam as Paradas como manifestações políticas.

As dimensões festiva e política das Paradas se reforçam mutuamente e se fundem na legitimação, notoriedade e visibilidade que os eventos adquiriram ao longo dos anos.

Nesse sentido, Silva (2006) refletiu sobre os constantes embates, dentro e fora dos movimentos, acerca de até que ponto as Paradas deveriam articular as dimensões festiva e política.

Mesmo em meio aos ativistas não há consenso a esse respeito. Há quem reconheça que ainda que a festa seja um motivo agregador que define a participação nessa ação coletiva, ao participar dela o sujeito tem como que ligado seu “(...) *start cidadão, sua consciência coletiva, ele percebe que sozinho não dá e que tem que participar do processo de luta*” (Renné). Por outro lado, há também aqueles que são mais pessimistas e que só reconhecem a existência da festa e cobram uma maior politização da Parada, que esperariam que a Parada fosse um movimento

¹⁹ Este tema será desenvolvido no próximo capítulo, que trata da afirmação da diversidade sexual em Campinas.

revolucionário no sentido marxista do termo, como é o caso de Fernando militante do PSTU (SILVA, 2006, p. 319).

Para o autor, os diferentes posicionamentos acerca da manifestação expressam a diversidade que norteia o universo das Paradas e dos movimentos homossexuais e que impossibilitam a abordagem de um evento complexo como as Paradas de forma singular.

Este trabalho resulta de um esforço para pensar o evento Parada LGBT em si, independente do formato institucional da organização e da composição, comissão ou associação, da natureza da manifestação, festiva ou política, e da relação de cooptação ou autonomia da organização com o poder público. Identifica como principais objetivos da Parada a visibilidade da Comunidade LGBT sociedade, a luta contra a discriminação, o preconceito e a homofobia, a convivência democrática e a formulação de políticas públicas efetivas que equipare os LGBTs à sociedade.

Silva (2006, p. 286) desenvolveu a noção de que as Paradas representam *f(r)estas no controle social exercido pelos dominantes tanto do espaço público quanto privado*. Momentos de ruptura e questionamento das expectativas sociais que subalternizam e invisibilizam grande parte da sociedade. A perspectiva de mudança social é percebida, também, por Camargos (2007, p. 232), *pois a inversão da ordem durante a festa pública tem a função de trazer as renovações, as mudanças a que todos aspiram*. Nesse sentido as Paradas se legitimam como eventos políticos, constroem memórias coletivas e impulsionam as mudanças no pensamento social.

A realização das Paradas em Campinas, bem como no Brasil e no mundo, então, vem contribuindo para uma mudança no pensamento da sociedade em relação aos LGBT. O caminho dos movimentos homossexuais em busca da conquista plena dos objetivos apontados acima ainda será bastante longo, porém é inegável que a Comunidade LGBT conquistou importantes avanços. Em Campinas, como exemplo, é crescente afirmação da diversidade sexual, criando eventos como o Mês da Diversidade Sexual, ocupando espaços públicos simbólicos de legitimação e criando contextos de permanência que evidenciam as

LGBT na cidade, como a Praça Bento Quirino, temas estes que serão discutidos no próximo capítulo desta dissertação.

5 A AFIRMAÇÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL EM CAMPINAS: CONQUISTAS E PERMANÊNCIAS

E o fim da festa significa fim das performances? Sim, acabam, mas a cada Parada é o mesmo e o outro. Embriagados e carnavalizados pela euforia da celebração, os participantes retornam ao cotidiano com regras pré-estabelecidas e completas, mas o tempo não é mais o mesmo, haverá outras estações que renovarão tudo, e tudo vai se transformando até a próxima festa. É nesse sentido que a Parada associa-se ao carnaval: o riso solto, a inversão da ordem, a explosão do deboche, os desregramentos em pleno espaço público: a avenida da ordem burocrática e a praça pública onde tudo é proibido em dias comuns (CAMARGOS, 2007).

Este capítulo analisa o resultado das múltiplas interações entre os atores envolvidos na organização e realização das Paradas de Campinas – poder público, Comissão Organizadora e Comunidade LGBT.

Por interações, denominamos o conjunto das trocas realizadas em cada processo de construção das Paradas, entre todos os atores envolvidos nestes processos. Como enfatizado no capítulo anterior, cada Parada é única, resultado de múltiplas relações e interlocuções que contribuem para o desenho do evento. A cada edição novas questões são colocadas, novos atores surgem, tanto do poder público quanto dos movimentos sociais, novas demandas são estabelecidas, como o tema do evento, o trajeto, entre outras.

O trabalho parte do princípio de que as interações entre os atores envolvidos são materializadas na organização e realização das Paradas e contribuem para mudanças sociais e políticas importantes para a Comunidade LGBT.

Em 12 anos de existência, as manifestações percorreram as principais ruas centrais da cidade, reforçando o potencial simbólico dos espaços públicos. Como conquistas dos movimentos sociais, o Mês da Diversidade se destaca, desde a 3ª edição da Parada, como um espaço de diálogo permanente entre a Comunidade LGBT e a sociedade, no mês comemorativo do “Dia Municipal e Internacional do Orgulho LGBT”. Outro espaço que denota a afirmação da

diversidade sexual em Campinas é a Praça Bento Quirino, no Centro. Esta praça se constituiu como um espaço público de convivência relativamente democrática entre homossexuais e heterossexuais expressando uma consolidação dos movimentos e da Comunidade LGBT na cidade. Desde as primeiras edições das Paradas, a praça foi re-significada como um espaço da diversidade sexual em Campinas.

5.1 Interações entre os atores envolvidos na organização e realização da Parada LGBT de Campinas

Mesmo com as constantes tensões, internas e externas, geradas na organização de cada edição das Paradas de Campinas, observadas em campo, existe uma institucionalização do evento na cidade, o que expressa um amadurecimento e consolidação dos movimentos LGBT perante o poder público e a sociedade. O poder público participa e, portanto, pressiona sobre os rumos da manifestação, como as sugestões de mudanças de trajeto, fechamento da concentração e encerramento da Parada, diminuição e diversificação das atividades do Mês da Diversidade, entre outras.

As Paradas e as conquistas dos movimentos estão consolidadas em Campinas. Mudanças na natureza da manifestação e das atividades poderão ocorrer de acordo com as interações entre os atores que representam o poder público e os movimentos sociais envolvidos na organização dos eventos. Esta consideração reforça a ideia de que as Paradas LGBT são frutos de relações sociais e institucionais e, portanto, apesar de um passado consolidado, o futuro – forma e conteúdo – da manifestação será construído a cada nova edição.

Em uma manifestação como a Parada LGBT, que em Campinas mobiliza a participação de mais de cem mil pessoas nas ruas, a relação entre os movimentos sociais e o poder público é muito intensa em vários aspectos. Segurança, regulamentações diversas, estratégias de organização de trânsito, equipes médicas, campanhas educativas e de prevenção, entre outras ações, movimentam vários setores do poder público nas instâncias municipal e estadual.

Outra relação que oferece elementos para uma caracterização das interações, entre as Paradas LGBT e o poder público, é o financiamento de várias estruturas e equipamentos solicitados pela organização da manifestação às secretarias municipais, como palco, banheiros químicos, equipamentos de som e iluminação e gradil, por exemplo. O poder público se sente compromissado a sustentar a realização das Paradas mesmo quando partidos conservadores estão no poder e em momentos de instabilidade política, como os que a prefeitura passou no período da pesquisa de campo, pois existe uma força política na cidade que deu bases para as reivindicações dos movimentos homossexuais. No entanto essa relação de solicitação e concessão não é automática, mas fruto de relações políticas que se estabelecem a cada edição do evento.

Neste contexto, o poder público acaba fazendo parte do evento também como organizador, não somente nas regulamentações e nos controles. As decisões sobre as Paradas são fruto das interações, do diálogo entre os atores do poder público e dos atores dos movimentos sociais.

Durante a realização da pesquisa empírica, foi possível perceber que para conseguir os suprimentos solicitados às secretarias municipais, autorizações e alvarás, os membros da Comissão precisaram ter traquejo e ceder em alguns pontos, o que demonstra que a relação entre os movimentos sociais e poder público no âmbito da organização das Paradas foi marcada por permanentes negociações.

Não havia isenção nem soberania de nenhum dos lados. O movimentos sociais não realizavam tudo o que projetava, nem cedia à todas as objeções do poder público. Os representantes deste agiam da mesma forma, na maioria das vezes procurando não se indispor com os interlocutores da Comissão, nem negar suas solicitações.

A heterogeneidade das composições que aqui foram chamadas de poder público, de um lado, e Comissão ou movimentos sociais organizadores das Paradas e dos eventos, de outro, também expressaram características importantes para o entendimento de ambos. No interior de cada um desses coletivos existiam divergências e particularidades que acabaram complexificando

ainda mais as relações estabelecidas por conta das Paradas e dos demais eventos correlatos.

Nos capítulos anteriores foi enfatizada a heterogeneidade da composição da Comissão e os desdobramentos decorrentes da questão das diferentes origens dos membros. Foram várias as instâncias de interlocução que compuseram o que neste trabalho foi denominado de poder público: SMC, SMCAIS, CPDS, SEMURB, Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Programa Municipal de DST-Aids, Corpo de Bombeiros, GM, PM, CREAS LGBT, EMDEC, SETEC, e, em menor escala, Autarquia Sociedade de Abastecimento de Água S.A. (SANASA), Departamento de Parques e Jardins (DPJ), Juizado de Menores, Vara da Infância e da Juventude e Gabinete do Prefeito.

Logo, neste trabalho, a abordagem do poder público e da Comissão em si não se apresenta como um todo coeso, nem, necessariamente, em relação de oposição, apesar de em alguns momentos estes elementos estarem presentes.

Durante a realização da pesquisa de campo a Comissão passou por várias transformações internas, bem como o poder público municipal passou por momentos de instabilidade política. Estas circunstâncias refletiram na realização das Paradas, pois estas foram expressões das relações sociais que se estabeleceram entre os atores envolvidos. Na Comissão houve discordâncias entre os membros, o que virtualmente gerou uma divisão de pensamentos e ações na organização. No âmbito do poder público municipal, o ambiente gerado pelas mudanças constantes de prefeitos nos anos de 2011 e 2012 ocasionou uma instabilidade política que dificultou o diálogo com a Comissão, por motivos discutidos nos capítulos anteriores.

Apesar disto, as duas edições da Parada LGBT e do Mês da Diversidade Sexual de Campinas, no período da pesquisa de campo, aconteceram. Mesmo com a instabilidade política no município, o poder público cedeu sob pressão da Comissão e do processo de negociação que se estabelece à cada edição da Parada a maioria das estruturas e equipamentos solicitados e participou do processo de construção da Parada.

5.1 Trajetos da Parada LGBT de Campinas

O trajeto das duas primeiras edições da Parada foram os mais curtos, com início no Largo do Pará e encerramento no Largo do Rosário passando pela Rua Barão de Jaguará. A única rua percorrida pelo trajeto, que seguiu o fluxo normal de circulação, além de ser uma via de ligação dos dois largos, possui dimensões estreitas, propícias ao baixo público das edições iniciais.

Socialmente, o Largo do Pará, à noite, era um local frequentado por travestis que se prostituíam no entorno da Praça. Em frente ao Largo, na rua marginal à Avenida Aquidabã, existia uma boate, a *Double Face*, que foi a primeira voltada ao público GLS na cidade.

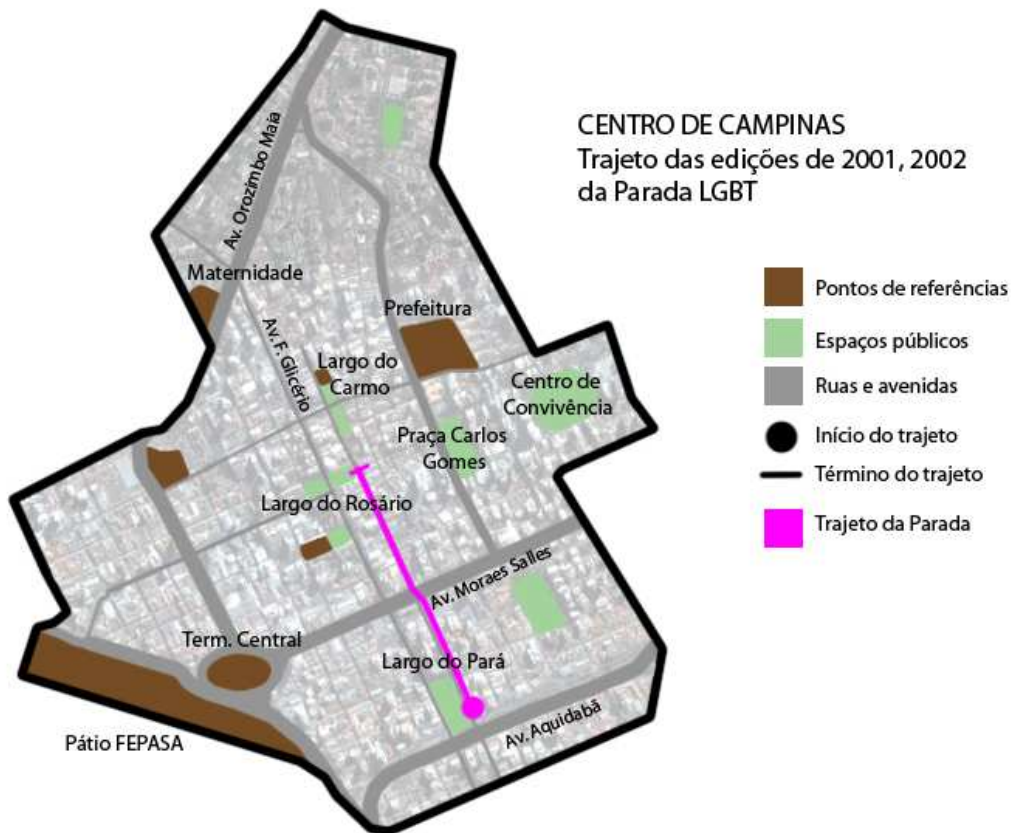
Na outra ponta do trajeto, o Largo do Rosário, esteve presente em todas as edições da Parada, por se tratar de um espaço emblemático, palco de acontecimentos políticos e festividades na cidade. O local, planejado como centro cívico da cidade, se constituiu efetivamente como tal por que a sociedade civil reconheceu neste um espaço de legitimação política.

Com a readequação urbana da cidade, as então ruas Francisco Glicério e Doutor Campos Salles foram alargadas e transformadas em avenidas, o Fórum foi construído e a Igreja do Rosário, tradicional igreja dos negros, demolida. Com as mudanças urbanas uma nova lógica se estabeleceu na cidade. O que não mudou, mesmo com as intervenções urbanísticas, foi a vocação do Largo do Rosário como uma praça popular e espaço de reivindicação política. Quanto ao nome, a Praça Visconde de Indaiatuba é pouco conhecida como tal, o nome social “Largo do Rosário” prevaleceu ao oficial no dia-a-dia dos usuários.

A concentração da Parada no Largo do Pará²⁰, portanto, fez todo o sentido no contexto sócio político de Campinas, bem como o encerramento no Largo do Rosário. A recorrência a estes espaços nas outras edições da Parada

²⁰ No Artigo “Tensões e desafios: LGBTs e o poder público?”, Paulo Reis dos Santos relata como se deu os embates entre as travestis, o poder público e os moradores do bairro Bosque para resolver o “constrangimento” ocasionado pelas travestis aos moradores do entorno do Largo do Pará.

reforçou o seu potencial simbólico e, ao mesmo tempo, contribuiu para a re-significação dos espaços públicos centrais.



Mapa 1. Trajeto da 1ª Parada Gay e da 2ª Parada do Orgulho Gay e Lésbico
Fonte: Arquivo pessoal.

A terceira edição da Parada foi uma das poucas em que o Largo do Pará não foi o local de concentração da manifestação. Nesta edição, os participantes se concentraram no Largo do Rosário, percorreram a Rua Barão de Jaguará até a Avenida Benjamim Constant, seguiram até a Avenida Andrade Neves e desta até a Estação Cultura, localizada nas dependências da FEPASA. Esta também foi a única edição em que o encerramento da Parada foi realizado em local fechado. Para esta edição do evento, com público estimado em duas mil pessoas, isto foi possível.



Mapa 2. Trajeto da 3ª Parada do Orgulho Homossexual
Fonte: Arquivo pessoal.

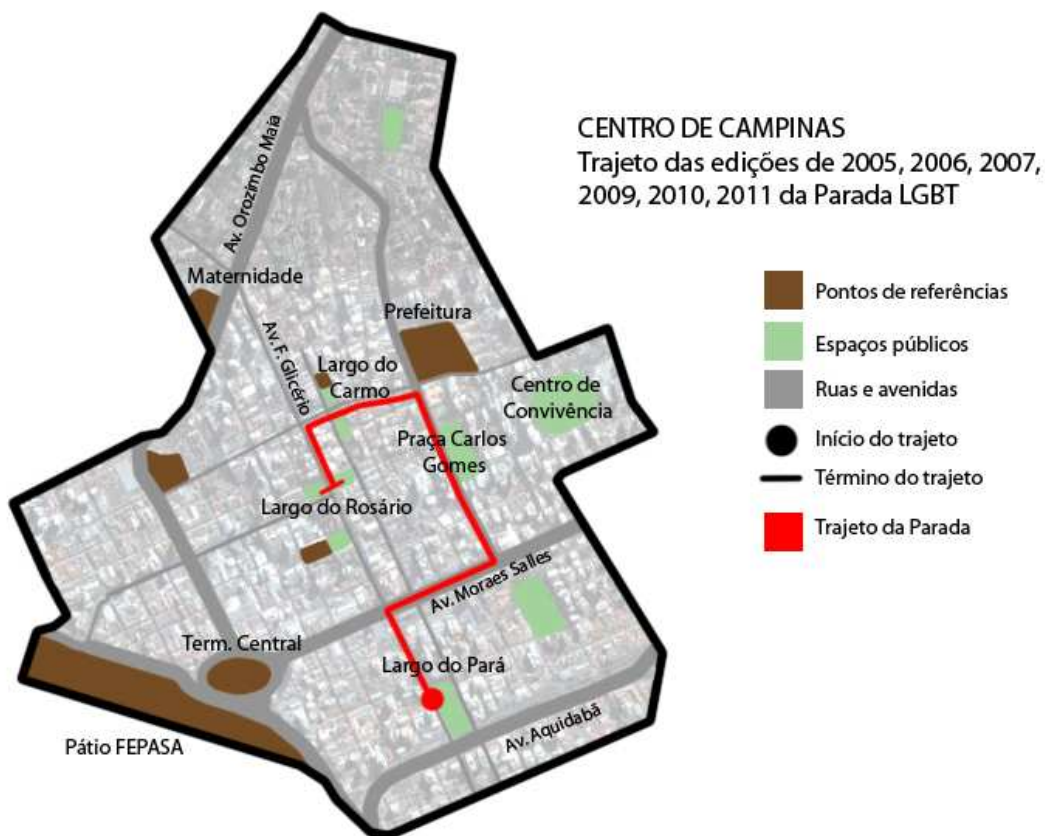
A quarta edição da Parada percorreu um trajeto maior que as anteriores. A concentração foi no Largo do Pará, o cortejo foi iniciado na Rua Barão de Jaguará, prosseguiu até a Avenida Moraes Salles, seguiu a Rua Irmã Serafina e um pequeno trecho da Avenida Anchieta até a Avenida Benjamim Constant, entrou na Avenida Francisco Glicério e finalizou no Largo do Rosário.



Mapa 3. Trajeto da 4ª Parada do Orgulho GLTTB.
Fonte: Arquivo pessoal.

O trajeto da 5ª edição se repetiu nas 6ª, 7ª, 9ª, 10ª e 11ª edições. Semelhante à edição anterior, a única diferença deste trajeto foi a inversão da rua inicial, da Rua Barão de Jaguará para a Avenida Francisco Glicério na contramão até a Avenida Moraes Salles.

Nesta edição o número de participantes foi estimado em 6 mil pessoas, superior aos quatro mil da edição anterior. Nas edições posteriores a participação popular aumentou gradativamente, a Rua Barão de Jaguará não comportava mais o aumento de participantes. A Parada deixou de percorrer essa rua e nas edições seguintes passou a levar em consideração, também, a largura das ruas e avenidas para possibilitar o aumento do número de participantes do evento com segurança e conforto.



Mapa 4. Trajeto das 5ª e 7ª Paradas do Orgulho LGTTB, 6ª Parada do Orgulho GLTTB e 9ª, 10ª e 11ª Paradas LGBT.
Fonte: Arquivo pessoal.

A 8ª edição da Parada teve o trajeto mais longo, semelhante aos trajetos anteriores, iniciado no Largo do Pará quando o cortejo chegou na Avenida Anchieta, seguiu até a Avenida Orozimbo Maia e Avenida Francisco Glicério até o Largo do Rosário, local de encerramento.



Mapa 5. Trajeto da Parada do Orgulho LGTTB.
Fonte: Arquivo pessoal.

O “trajeto raquete” da 12ª Parada, como foi chamado pela Comissão, deslocou a concentração dos tradicionais Largos do Pará e Rosário para o Largo dos Expedicionários, no alto da Avenida Dr. Campos Salles, próximo ao espaço da FEPASA.

Nos últimos sete anos do evento, de 2005 à 2011, foram realizados apenas dois trajetos diferentes e houve expressivo crescimento do número de participantes, de seis mil para cento e vinte mil, respectivamente.

Os dois trajetos apresentaram problemas e dificuldades para a organização da Parada. No trajeto mais realizado, com exceção da 8ª edição, deste período, o maior problema se deu com os trios elétricos, especialmente pela dificuldade gerada em alguns cruzamentos estreitos e pela grande quantidade de

fios²¹ nas ruas percorridas. Na 8ª edição os principais problemas foram ocasionados pela extensão do trajeto e por transtornos ocorridos nas proximidades da Maternidade de Campinas.

Para a 12ª edição da Parada, alguns membros da Comissão pensaram que se o trajeto percorresse a Avenida Dr. Campos Salles, além de garantir maior visibilidade e acomodar grande número de participantes, em função das largas dimensões, amenizaria o problema das fiações no caminho. Facilitaria, também, a evolução do trajeto em um ponto crítico, o cruzamento da Avenida Francisco Glicério com a Avenida Moraes Salles. Nos trajetos anteriores, o cortejo descia a Avenida Francisco Glicério na contramão e entrava na pista interna da Avenida Moraes Salles, o que gerava a necessidade de manobra delicada dos trios elétricos. No trajeto proposto, como o cortejo seguia o fluxo da Avenida Francisco Glicério, entrar na pista interna da Avenida Moraes Salles reduziria o problema.

²¹ Quando os trios elétricos passavam por fiações tornou-se necessário erguer os fios com luva apropriada e os participantes presentes no trio elétrico precisavam se abaixar, gerando uma tensão constante principalmente nos organizadores do evento, pelo risco de ocorrer acidentes.



Mapa 6. Trajeto da 12ª Parada LGBT.
Fonte: Arquivo pessoal.

Todos os trajetos das Paradas contemplaram as principais ruas, espaços públicos centrais da cidade e edifícios do poder público, como o Fórum e a PMC.

Algumas praças públicas se destacaram no trajeto da Parada. O Largo do Rosário esteve presente como local de encerramento, momento apoteótico da manifestação em onze edições da Parada. O Largo do Pará foi o local de concentração da Parada em dez edições. O entorno desta praça, desde os anos 1990, abrigava as travestis e o gueto *gay*, em referência à primeira boate voltada ao público GLS da cidade. A Praça Carlos Gomes esteve no trajeto de nove edições e a Praça Bento Quirino em oito edições.

Na maioria das edições da Parada, o trajeto percorreu um espaço compreendido pelas Avenidas Francisco Glicério, Moraes Salles, Anchieta e Benjamim Constant, importantes vias de ligação do Centro de Campinas.

No decorrer das edições a organização alterou o trajeto, por motivos variados, sem, contudo, deixar de percorrer as principais vias e os espaços públicos de reconhecimento político e social da cidade. A “tentação” de deslocar a Parada do Centro para outro local, afastado, fechado, com maior possibilidade de controle, proposta pelo poder público – o que teoricamente facilitaria a organização do evento para todos os atores envolvidos²² não foi aceita pelos movimentos sociais.

Nas ocasiões em que esta questão foi tratada, na interlocução com o poder público, os representantes dos movimentos logo afastaram a possibilidade do deslocamento da Parada do Centro, com a justificativa de que dessa forma a manifestação perderia o caráter de reivindicação política. Mesmo em reuniões internas, quando a Comissão processou a avaliação do poder público, houve um consenso imediato de que a Parada continuaria no Centro. O caso foi tratado, desde o início, como um fato consumado, não haveria Parada LGBT sem o Centro da cidade, nas bases da organização de então, onde os movimentos sociais se faziam presente.

É preciso ressaltar que este trabalho estuda as doze edições já realizadas das Paradas, o desenho e a natureza das próximas edições, como aludido em passagem anterior, vão ser determinados pelas relações sociais e políticas que serão estabelecidas entre os atores envolvidos ano após ano. A permanência ou o deslocamento da Parada do Centro, o trajeto percorrido e outras questões dependerão da interação destes atores.

A Comissão Organizadora, que a cada edição é constituída por atores de origem heterogênea, terá que optar pela “tentação” do deslocamento da Parada ou pela permanência no Centro. Esta escolha, dependendo da composição da Comissão, será feita de forma a privilegiar o aspecto festivo ou o aspecto político, ambos, inerentes ao formato tradicional das Paradas.

²²Caso as atividades da Parada LGBT fossem deslocadas do Centro de Campinas para um local afastado e fechado, a Comissão poderia ter menos trabalho com o processo de construção e na organização da documentação entregue ao poder público e, este, poderia ter maior facilidade nas ações de controle e regulamentações, além de isentar os espaços públicos centrais da manifestação.

Os resultados da pesquisa enfatizaram que o Centro confere o tom político à manifestação, por abrigar as instâncias do poder, por ser o local mais democrático, de fácil acesso – origem e destino da maior parte dos deslocamentos dos transportes coletivos municipais e intermunicipais – e por ser um espaço simbólico e de reconhecimento da cidade, onde historicamente ocorrem manifestações contestatórias de várias ordens e eventos importantes da cidade.



Mapa 7. Trajetos de todas as edições da Parada.
Fonte: Arquivo pessoal.

5.2 Mês da Diversidade Sexual de Campinas

Existem registros de militância LGBT na cidade anteriores às primeiras Paradas no Brasil. Além disso, no final da década de 1990 os movimentos

homossexuais no Brasil já existiam a quase vinte anos, de acordo com MacRae (1990) e Facchini (2005).

A pesquisa realizada permite afirmar que com o advento das Paradas, houve publicização e popularização das atividades realizadas pela Comunidade LGBT sem precedentes tanto nacional como internacionalmente. O peso político e numérico das manifestações favoreceu mudanças de pensamento e comportamento operadas em várias esferas da vida da Comunidade LGBT, como crescimento de mercado segmentado (França, 2006), crescimento dos movimentos homossexuais, cenário mais propício para vivência pública da homossexualidade que em décadas anteriores, entre outras.

A notoriedade que as Paradas ganharam em âmbito nacional e internacional na época do surgimento do Mês da Diversidade Sexual de Campinas, com destaque para a cidade de São Paulo, que neste ano já realizava a 7ª Parada, contribuiu para o crescimento dos movimentos homossexuais na cidade, que surgiram no final da década de 1990 e início de 2000.

No contexto de Campinas, as Paradas contribuíram para o fortalecimento dos movimentos homossexuais que surgiam. Além disso, a organização das Paradas foi um eixo e um catalisador dos grupos de militância. Ou seja, os grupos que participaram da organização das edições da Parada, apesar de possuírem demandas e atividades próprias, acabaram se encontrando e dialogando neste espaço de construção. Com isso, ganhou notoriedade e força política as Paradas, mas, também, os movimentos sociais e por consequência os grupos que participaram da organização.

O Mês da Diversidade Sexual de Campinas, iniciado em 2003, na 3ª edição da Parada, surgiu, então, como uma demanda da Comunidade LGBT na cidade.

Com o crescimento dos movimentos homossexuais e da Parada surgiu a necessidade de ampliar as atividades voltadas às comemorações do mês em que se comemorava o Dia Municipal e Internacional do Orgulho Homossexual. Em dez anos de existência, o “Mês” representa a consolidação da Comunidade LGBT na cidade, por meio de atividades diversas e abertas à toda a sociedade.

As atividades realizadas no Mês da Diversidade Sexual consistiam em seminários para discussão de questões como preconceito, educação, visibilidade, entre outras, gincanas, mostras de arte, eventos culturais e artísticos voltados para diferentes públicos, como mulheres lésbicas e bissexuais, gays, travestis e adolescentes. Apesar das diferenças entre os tipos de eventos, todos tinham em comum o objetivo estabelecer diálogo com a sociedade, não eram eventos voltados somente para a Comunidade LGBT. Os eventos eram realizados em espaços públicos ou privados e organizados pelos movimentos sociais que participavam da organização das Paradas ou tinham seu apoio.

Atualmente o “Mês” é um indicador positivo que confirma um contexto da diversidade sexual em Campinas. Há um reforço e expressão mútuos entre o “Mês” e as Paradas. Ambos representam a permanência do uso do espaço público como espaço da diversidade.

As edições do “Mês” e as Paradas possuem, ainda, conexões com as mudanças nas concepções e usos dos espaços públicos. São conquistas sociais e reforçam as modificações de hábitos e costumes ao longo do período de realização das Paradas.

Em anexo estão alguns calendários e descrições de eventos de algumas edições do Mês da Diversidade Sexual de Campinas, extraídos ou produzidos a partir da pesquisa de campo e da pesquisa nas mídias sobre as edições das Paradas.

5.3 Praça Bento Quirino: de marco zero da cidade à “Praça do Sucão” ou “Praça da Diversidade”

A Praça Bento Quirino corresponde ao principal espaço público atual de permanência da diversidade sexual em Campinas, reforçado pelas mudanças nas formas de pensar e agir nos espaços públicos da cidade e pelo crescimento das atividades da Comunidade LGBT, como as Paradas e as edições do Mês da Diversidade Sexual.

O lugar onde está localizada a Praça Bento Quirino corresponde ao marco zero da cidade de Campinas. Inicialmente chamada de Largo do Capim, o entorno da praça foi o centro da cidade por quase duzentos anos. Somente na virada do século XIX para o XX as principais funções religiosas, econômicas e políticas passaram a se descentralizar daquele local. Atualmente caracteriza-se como o único espaço público de convivência relativamente democrática entre homossexuais e heterossexuais em Campinas.

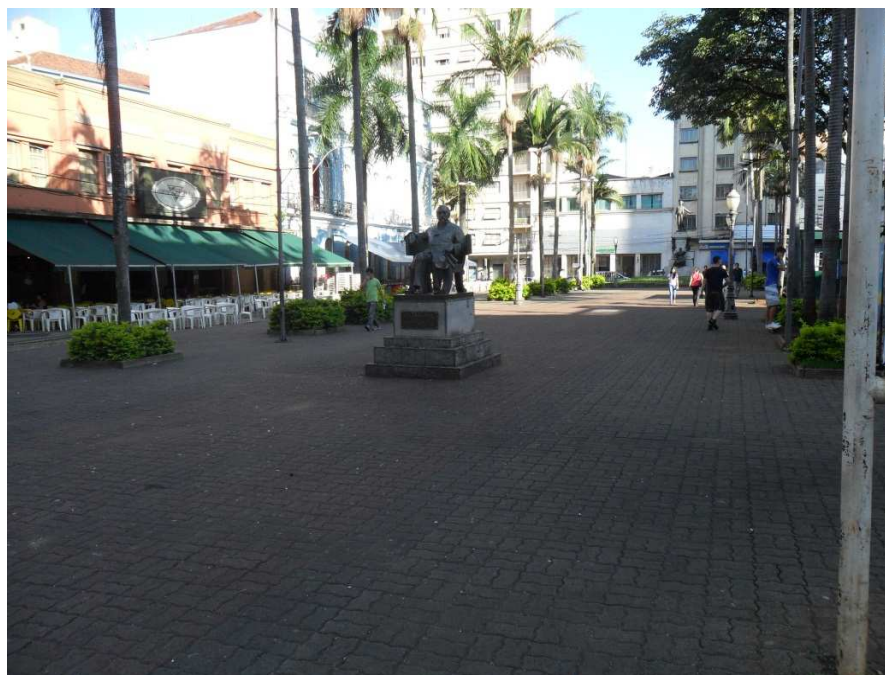


Figura 14. Praça Bento Quirino.
Fonte: Arquivo Pessoal.

No Mês da Diversidade Sexual, Junho, a praça é cenário de alguns eventos tradicionais como o *Big Juice* (em referência ao antigo bar “Sucção”), festa com apresentações de *Drag Queens*, organizado pelo Grupo E-Jovem, com o objetivo de levar a noite homossexual aos adolescentes que não podem entrar nas boates; e a “Manifestação Sáfica”, evento organizado pelo grupo Moleca e pelas mulheres da Comissão Organizadora da Parada LGBT de Campinas, com o objetivo dar visibilidade às mulheres lésbicas e bissexuais, neste evento, os *Drag Kings* – mulheres que se vestem de homens – é quem fazem performances artísticas. Apesar de os dois eventos possuírem público bem definido, não há restrição quanto à participação de qualquer público. Na 12ª edição da Parada, a Praça também foi palco da “1ª Feira da Diversidade Sexual”, evento sugerido pelo

poder público, com a exposição e comercialização de produtos e prestação de serviços principalmente voltados à Comunidade LGBT.

Até que a Praça Bento Quirino adquirisse as características atuais quanto ao uso pela Comunidade LGBT, vários foram os conflitos principalmente entre os homossexuais e proprietários dos bares principalmente. Durante a realização da pesquisa de campo chegou ao conhecimento deste pesquisador histórias de práticas de discriminação e preconceito por um longo período. Em alguns casos houve violência física e verbal direcionados aos LGBTs e em outros casos houve homossexuais que processaram estabelecimentos em que se sentiram discriminados.



Figura 15. Praça Bento Quirino no sentido da Rua Thomaz Alves para a Avenida Benjamim Constant.
Fonte: Arquivo Pessoal.

Um dos bares preferências dos homossexuais, o “Sucão”, acabou mudando de dono e de nome (atualmente chama-se “Sandubom”), no entanto, o bar marcou de tal forma a Comunidade LGBT, que é muito frequente as pessoas se referirem à Praça Bento Quirino como a “Praça do Sucão”, ou simplesmente “o Sucão”.

Atualmente a praça se constitui como um espaço de relativa convivência democrática entre os usuários LGBT, os outros usuários e os donos dos estabelecimentos. Mas não é rara a discriminação, ainda que por outros

meios que não a agressão física ou dirigida. Exemplo disso aconteceu nas edições de 2011 e 2012 do Mês da Diversidade, durante o evento Manifestação Sáfica, que ocorre sempre nos Sábados que antecedem a Parada. Neste, que é um dos dias da semana e do mês de maior movimento na praça, o maior restaurante e pizzaria da praça, localizado no tradicional prédio do Jóquei Clube de Campinas, fechou as portas.



Figura 16. Praça Bento Quirino no sentido da Avenida Benjamim Constant para a Rua Thomaz Alves.
Fonte: Arquivo Pessoal.

A Praça Bento Quirino está localizada em frente à Rua Barão de Jaguará, em suas laterais estão as ruas Thomaz Alves e Benjamim Constant. Depois da Rua Benjamim Constant há a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (local da antiga Igreja da Matriz Velha) e o Largo do Carmo.

Especialmente o formato da praça é o de um retângulo, nas linhas maiores há postes de luz, e árvores altas, em sua maioria Palmeiras Imperial; ao fundo ficam os cinco edifícios onde funcionam bares e restaurantes; em uma das laterais há um monumento em homenagem à Carlos Gomes e na outra lateral, de costas para a praça, voltada para a Rua Benjamim Constant, há uma estátua de Bento Quirino sentado em um banco; em frente à Rua Barão de Jaguará, próximo à guia, há uma banca de jornal em uma extremidade e uma de alimentos na

outra. Fora os monumentos, as árvores, os postes de luz e as bancas o espaço interno da praça é livre.

Quanto ao uso, alguns bares e restaurantes funcionam no horário do almoço, tarde e noite e outros somente tarde e noite de Segunda-feira à Sábado, aos Domingos somente dois bares abrem. Dificilmente algum bar fecha depois de uma hora da manhã, próximo de meia noite os bares já estão bastante vazios. Aos finais de semana o público, especialmente LGBT, usa os bares como “esquenta”²³ para a “balada”²⁴, algumas casas noturnas inclusive fazem divulgação e entrega de *flyers*²⁵ na praça e no bar “Sucão”.

Às quintas-feiras e sextas-feiras a praça sedia uma feira de alimentos e artesanatos em horário comercial.



Figura 17. Praça Bento Quirino – espaço utilizado pela Feira de Artesanato.
Fonte: Arquivo Pessoal.

²³ Esta palavra é usada com o objetivo de expressar uma espécie de aquecimento para as atividades de lazer da noite. Geralmente as pessoas vão a bares ou à casa de amigos, começam a beber e conversar para depois se dirigirem ao evento mais importante da noite, como uma festa ou a entrada em uma boate, danceteria ou espetáculo artístico e cultural.

²⁴ A palavra balada é o termo mais usado, contemporaneamente, para referência a festas em boates e casas noturnas.

²⁵ Os *flyers* são panfletos de divulgação bastante usados para promover casas noturnas ou festas. Em muitos casos oferecem descontos para entradas ou outras promoções.

Na Praça Bento Quirino, local por onde as Paradas passaram em várias edições, o valor de espaço público da diversidade foi construído socialmente. A Comunidade LGBT, por meio da Parada, da realização de atividades no Mês da Diversidade Sexual e no uso cotidiano, contribuiu para a re-significação nas concepções e usos desta praça. Quanto ao conteúdo, a Praça atualmente se constitui como o espaço público em Campinas de maior convivência democrática entre pessoas que vivenciam diferentes formas de sexualidade e gênero, o que levou a, neste trabalho, também ser chamada de “Praça da Diversidade”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação chegou à parte final, mas as inquietações e as subjetividades que originaram o trabalho cresceram e se reformularam.

Com a realização da pesquisa, cujos objetivos iniciais eram conhecer a organização das Paradas de Campinas, entender como as dimensões sociais e espaciais se articulavam nas relações destas manifestações com os espaços públicos e como eram as interações entre os movimentos sociais e o poder público, consegui enxergar as Paradas para além dos meus preconceitos e contribuir para a realização e sistematização de um primeiro levantamento de dados e reflexões sobre as Paradas de Campinas.

A metodologia utilizada foi sequencialmente: a revisão bibliográfica sobre a evolução urbana de Campinas para subsidiar a relação dos espaços públicos centrais com a cidade e com a região metropolitana; o levantamento histórico das edições da Parada LGBT de Campinas a partir de matérias jornalísticas veiculadas na mídia impressa e virtual; e a pesquisa de campo do tipo observação participante junto às reuniões internas e externas da Comissão Organizadora da Parada LGBT, durante as 11^a e 12^a edições.

Partiu-se do entendimento a priori de que a relação entre os espaços públicos centrais de Campinas e a Parada LGBT se davam apenas em uma direção: a Parada LGBT contribuía para a requalificação urbana da área central da cidade, uma vez que se contrapunha à lógica atual de valorização de espaços privados e periféricos e à consequente desvalorização da área central, tema discutido no capítulo 2 desta dissertação.

No entanto, a realização da pesquisa propiciou a compreensão de que, além deste aspecto, o Centro de Campinas também contribuiu para reforçar a dimensão política e de reivindicação de direitos sociais da Comunidade LGBT, pois caso a Parada fosse deslocada para outro espaço, dificilmente teria o mesmo alcance. Desta forma, fez todo o sentido e tornou-se estratégico para os movimentos homossexuais locais que as Paradas fossem realizadas no Centro de Campinas, e este, por sua vez, absorveu progressivamente os impactos

propiciados pelas edições do evento imprimindo um processo de re-significação nos usos e na vivência observada nos principais espaços públicos centrais, onde se percebeu uma crescente afirmação da diversidade sexual em alguns espaços de representação simbólica de toda a cidade.

Os movimentos homossexuais brasileiros nasceram e se desenvolveram, no Brasil, a partir de demandas próprias, mas influenciado pelo debate internacional. No que diz respeito à sigla que nomeia os movimentos homossexuais e as Paradas, esta é uma questão que foi e está sendo discutida internacionalmente, as duas primeiras Paradas de São Paulo, por exemplo, foram denominadas Paradas GLT, sigla então utilizada pela *ILGA* na 17ª Conferência Internacional, realizada em Copacabana, dois anos antes. A sigla LGBT, utilizada por grande parte dos movimentos atualmente, surgiu no cenário internacional e foi adotada por um número maior de instituições brasileiras a partir dos debates realizados na 1ª Conferência Nacional LGBT em 2008.

As Paradas LGBT no Brasil – denominação contemporânea da maior parte das manifestações – se consolidaram como grandes eventos políticos, caracterizadas por um formato festivo, e que todos os anos levam mais e mais participantes às ruas em todas as regiões brasileiras.

A dimensão festiva do evento, cuja relevância tem sido frequentemente questionada dentro e fora dos movimentos sociais, um questionamento que também foi uma das bases para a realização deste trabalho, foi percebida como importante e inerente à manifestação.

A partir da realização desta pesquisa foi possível perceber que a projeção da Parada LGBT no Brasil, a partir do estudo de caso na cidade de Campinas, teve como sustentação e motivação as várias interações entre os atores envolvidos no evento e a presença e visibilidade ostensiva da Parada em si no ambiente urbano com a ocupação dos espaços públicos centrais com forte significação simbólica.

As Paradas de Campinas, nas doze edições ocorridas, foram realizadas tendo como suporte o esforço de vários atores sociais, representados por grupos de militância dos movimentos homossexuais da cidade, em conjunto com outros movimentos sociais, com o poder público, o setor privado, sindicatos, partidos

políticos e voluntários. As dinâmicas que se estabeleceram entre estes atores sociais criaram as bases e respaldaram o crescimento das Paradas.

Nesse sentido, a forma – festiva – e o conteúdo – político – das Paradas garantiu a adesão dos homossexuais e dos heterossexuais, que tomam às ruas todos os anos em manifestação por direitos sociais. Os movimentos homossexuais de Campinas entenderam isso, como mostrou a entrevista concedida pela militante Maria Amélia Moreno à Revista MetrÓpole, quando a entrevistada avaliou que se os participantes da Parada fossem apenas os militantes envolvidos com os movimentos homossexuais, haveria bem menos pessoas nas ruas.

A interação das Paradas com os espaços públicos centrais de Campinas representou um elemento decisivo que contribuiu para o crescimento do evento, por que o Centro é o local mais acessível, e com maior conteúdo simbólico da cidade conferindo às Paradas o caráter de manifestações políticas e populares. Este fenômeno, de recorrência à espaços públicos de centralidade para manifestações políticas, a título de exemplo, têm acontecido ao redor do mundo, como os recentes casos da chamada “Primavera Árabe” e “Ocupe a Wall Street”.

Alguns embates marcaram a Comissão Organizadora da Parada LGBT, nas 11^a e 12^a edições, com destaque para o formato institucional de reconhecimento do grupo, tratados no capítulo 4. O fracasso da criação da APOLGBT de Campinas foi motivado por divergência de ideias no interior da Comissão e, apesar de marcar profundamente a organização do evento, pouco ou nada refletiu na realização da Parada, que ocorreu com avaliação positiva dos organizadores e do poder público.

Apesar do entendimento, criado a partir da pesquisa de campo, de que a Comissão mantinha um frágil equilíbrio político entre seus membros, o fato descrito acima revelou que a Parada LGBT possui uma força política que transcende à organização e aos organizadores. Ou seja, independente do racha ocorrido na Comissão e dos constantes embates internos e, mesmo com o poder

público, a 12ª Parada aconteceu. Os problemas relatados ficaram restritos ao processo de construção e pouco se refletiram na realização do evento.

Portanto, foi positiva a reflexão interna da Comissão Organizadora sobre o formato institucional e sobre outras questões que foram colocadas à cada edição das Paradas. Porém, não é a criação de uma associação que vai resolver ou amenizar os problemas da Parada LGBT, mas sim a criação de consensos no coletivo, o que se opõe à noção de que divergência de opiniões gere rachas incontornáveis na organização, como relatado no capítulo 4. Vale lembrar que quando a Parada de Campinas surgiu, em 2001, já havia sido criada uma associação para organizar as Paradas de São Paulo, o que aconteceu na 3ª edição do evento, em 1999. Então, a criação de associações corresponde à uma maturação política de cada movimento e é um recurso de gestão para a organização de Paradas. No caso de Campinas nunca se constituiu para isto uma associação de fato (a que foi criada em 2012 não saiu ainda do papel) e foram realizadas doze edições do evento.

As interações entre a Comissão e o poder público revelaram-se complexas, dada natureza do tipo de evento político em questão. O poder público compreendeu a importância, a ampliação das dimensões a cada edição e a relevância política e social que as Paradas agregam, dessa forma participou ativamente da realização dos eventos. A natureza da relação entre a Comissão e o poder público, percebida durante a pesquisa de campo, se apresentou menos pacífica ou conflituosa, e mais com a predominância de constante negociação. O poder público não pôde cercear a Parada, nem liberar tudo o que os movimentos homossexuais solicitaram, em termos materiais e políticos, portanto negociou e se posicionou.

Durante a realização da pesquisa de campo, os embates internos da Comissão Organizadora e desta com o poder público, dificultaram a percepção da Parada LGBT em si. No momento da redação dos capítulos desta dissertação, em que houve um afastamento com o campo, algumas questões ficaram mais claras, como o reconhecimento das conquistas impulsionadas com o advento da Parada em Campinas, conforme assunto tratado no capítulo 4.

Os trajetos percorridos pelas doze edições da Parada LGBT de Campinas reforçaram alguns espaços públicos históricos e simbólicos da cidade como espaços de reconhecimento e de legitimação política. Além das ruas e avenidas mais importantes do Centro, a Parada esteve presente no Largo do Pará, cujo no entorno era ocupado por travestis ocupavam como ponto de prostituição e onde surgiu a primeira boate voltada ao público GLS; o Largo do Rosário, centro cívico da cidade, espaço público popular, de reconhecimento político e social; e a Praça Bento Quirino, que com o passar dos anos se tornou um espaço público de sociabilidade da Comunidade LGBT.

Dentre as conquistas tratadas neste trabalho estão o Mês da Diversidade Sexual de Campinas, que consiste em uma série de eventos artísticos e culturais e seminários, realizados pela Comunidade LGBT, voltados à toda a sociedade. O “Mês”, iniciado na 3ª edição da Parada, em 2003, aconteceu todos os anos, em Junho, mês de comemoração do Dia Municipal e Internacional do Orgulho Homossexual e se consolidou como um espaço de diálogo permanente da Comunidade LGBT com a sociedade.

A Praça Bento Quirino, por sua vez, revelou-se como uma conquista afirmativa em prol da diversidade sexual em Campinas. Desde que os movimentos homossexuais de Campinas se fortaleceram e com a notoriedade que as Paradas passaram a adquirir na cidade, os homossexuais, militantes ou não, passaram a utilizar a Praça como ponto de encontro. Atualmente este se apresenta como o principal espaço público, na cidade, de convivência relativamente democrática entre homossexuais e heterossexuais.

Estas conquistas e o fortalecimento das Paradas LGBT em Campinas expressaram uma mudança no pensamento coletivo que se refletiram nas formas de pensar e agir nos espaços públicos e contribuíram para a democratização e a afirmação da diversidade sexual na cidade.

A relevância deste trabalho deve ser entendida mais como um ponto de partida na tentativa de investigação das ações dos movimentos homossexuais de Campinas, especialmente no âmbito das Paradas, que como um instrumento de respostas. Com a realização da pesquisa, vários foram os caminhos abertos para

investigações futuras mais profundas, que revelem entre outros aspectos, as formas de ocupação dos espaços públicos por outros movimentos sociais, o crescimento das Paradas em todo o país e as mudanças sociais e espaciais ocorridas após o advento das Paradas.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sérgio L. *Espaço público: do urbano ao político*. São Paulo: Annablume, 2008.

ANCONA, Camila. Parada Gay colore ruas do Centro de Campinas. *Correio Popular*, Campinas, 28 jun. 2010. Cidades, p. A8.

ARAIUM, Érica. Em clima de festa. *Diário do Povo*, Campinas, 2 jul. 2012. Cidade, p. 4.

ARAIUM, Érica. Parada do Orgulho Gay leva 120 mil ao Centro. *Correio Popular*, Campinas, 02 jul. 2012. Cidades, p. A8.

ARANTES, Antonio A. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, São Paulo, n. 23, p. 191-203, 1994.

BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. *Campinas, o despontar da modernidade*. Campinas: Centro de Memória da Unicamp – CMU, 1996.

BODSTEIN, Celso Luiz Figueiredo. Parada GLTTB está na programação. *Prefeitura Municipal de Campinas*, Campinas, 8 jun. 2004. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://2009.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=6095>. Acesso em: 30 nov. 2011.

BORJA, Jordi. Grandes projetos metropolitanos, mobilidade e centralidade. In: OS CENTROS das Metrôpoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI. São Paulo: Terceiro Nome, 2001.

CALENDÁRIO da parada da diversidade GLTTB. *Yahoo Grupos*, 16 mar. 2007. Disponível em: <http://br.dir.groups.yahoo.com/group/comunica_moras/message/514>. Acesso em: 30 nov. 2011.

CAMARGOS, Moacir Lopes de. *Sobressaltos: caminhando, cantando e dançando na f(r)esta da Parada do Orgulho Gay de São Paulo*. 2007. 270 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CAMPINAS tem 8ª edição de Parada Gay. *GP1*, 30 jun. 2008. Notícias do Brasil. Disponível em: <<http://www.gp1.com.br/noticias/campinas-tem-8a-edicao-de-parada-gay-37323.html>>. Acesso em: 30 nov. 2011.

CANTO, Daniela do. Festa da parada gay atrai 20 mil a ruas de Campinas. *Correio Popular*, Campinas, 26 jun. 2006. Cidades, p. A8.

CARMO, Maria do. Atividades marcam mês da diversidade sexual. *Prefeitura Municipal de Campinas*, Campinas, 29 maio 2003. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://2009.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=2688>. Acesso em: 30 nov. 2011.

DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas, problemas e perspectivas. In: DURHAM, Eunice R.; CARDOSO, Ruth C L. (Org.). *A aventura antropológica: teorias e pesquisas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 17-37.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 301p.

FRANÇA, Isadora Lins. *Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo*. 2006. 264f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GRAÇA, Miguel S. Espaços públicos e uso coletivo de espaços privados. In: *Cultura Light*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, 2006. p. 107-116.

GREGORI, Eduardo. Avenida Arco-íris. *Diário do Povo*, Campinas, 04 jul. 2011a. Cidade, p. 4.

GREGORI, Eduardo. Evento gay anima as ruas do Centro. *Correio Popular*, Campinas, 23 jun. 2007. Cidades, p. A12.

GREGORI, Eduardo. Gays fazem 10º parada em Campinas. *Correio Popular*, Campinas, 27 jun. 2010. Cidades, p. A9.

GREGORI, Eduardo. Parada de Campinas leva 6 mil para as ruas. *Athos GLS*, Campinas, 28 jun. 2005a. Notícias, Notícias do Dia. Disponível em: <http://www.athosgls.com.br/noticias_visualiza.php?contcod=16023>. Acesso em: 30 nov. 2011.

GREGORI, Eduardo. Parada do Orgulho Gay espera reunir 10 mil. *Correio Popular*, Campinas, 26 jun. 2005b. Cidades, p. 16.

GREGORI, Eduardo. Parada Gay colore ruas do Centro. *Correio Popular*, Campinas, 04 jul. 2011b. Cidades/ esportes, p. A9.

GREGORI, Eduardo. Parada Gay estreia na Campos Sales. *Correio Popular*, Campinas, 01 jul. 2012. Cidades, p. A12.

GREGORI, Eduardo. Parada Gay leva 6 mil às ruas de Campinas. *Correio Popular*, Campinas, 27 jun. 2005c. Cidades, p. 9.

GREGORI, Eduardo. Parada gay leva multidão ao Centro de Campinas. *Correio Popular*, Campinas, 29 jun. 2009. Cidades, p. A5.

GREGORI, Eduardo. Parada gay reúne 4 mil pessoas no Centro. *Correio Popular*, Campinas, 28 jun. 2004. Cidades, p. 7.

GREGORI, Eduardo. Parada gay reúne movimentos sociais. *Correio Popular*, Campinas, 25 jun. 2006a. Cidades, p. A7.

GREGORI, Eduardo. Parada Gay reúne movimentos sociais. *Instituto Beneficente Viva a Vida*, 25 jun. 2006b. Disponível em: <http://www.ibvivavida.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2104:not2245&catid=34:noticias&Itemid=54>. Acesso em: 30 nov. 2011.

GREGORI, Eduardo. Parada GLTTB de Campinas espera 20 mil pessoas no Domingo. *CMI Brasil*, 24 jun. 2006c. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2006/06/356442.shtml>>. Acesso em: 30 nov. 2011.

HOURCADE, Véronique. Parada LGBT reúne cerca de 120 mil, aponta organização. *TodoDia*, Campinas, 02 jul. 2012. Cidades, p. 3.

IGUATEMI CAMPINAS. Disponível em: <http://www.iguatemicampinas.com.br/quem-somos/caracteristicas.shtm>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEITE, Adriana. Campineiros fazem excursão com seis ônibus. *Correio Popular*, Campinas, 23 jun. 2003. Brasil.

LIMA, Siomara Barbosa Stroppa de. *Os jardins de Campinas: o surgimento de uma nova cidade (1850 – 1935)*. 2000. 163f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2000.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. 321p.

MENEZES, Adriana. Parada gay leva 80 mil pessoas às ruas. *Correio Popular*, Campinas, 28 jun. 2008. Cidades, p. A5.

MONGIN, Olivier. *A condição urbana: a cidade na era da globalização*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

NUNES, Henrique. Parada gay espera 100 mil amanhã. *Correio Popular*, Campinas, 28 jun. 2008. Cidades, p. A19.

OLIVEIRA, Fabiana de. Parada do Orgulho Gay deve levar 3 mil pessoas hoje ao Centro de Campinas. *Correio Popular*, Campinas, 27 jun. 2004. Cidades, p. 9.

ORMANEZE, Fabiano. Parada de sucesso. *Diário do Povo*, Campinas, 25 jun. 2007. Cidades, p. 6.

PARADA Gay deve reunir 3 mil em Campinas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 jun. 2003. Equilíbrio e Saúde. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u2544.shtml>>. Acesso em: 30 nov. 2011.

PARADA LGBT. *Grupo Arco-Íris*, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.arco-iris.org.br/parada-lgbt/>>. Acesso em: 31 out. 2012.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Débora Pinheiro Frazatto Verde dos. *Espaços públicos do lazer em Campinas: o lugar do ficar*. 1999. 231f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1999.

SANTOS, Paulo Reis dos. Tensões e desafios: LGBTs e o poder público? *Revista de Psicologia da UNESP*, Assis, v. 9, n. 2, p. 147-164, 2010. Disponível em: <<http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/issue/view/14>>. Acesso em: 25 set. 2012.

SILVA, Alessandro Soares da. *Marchando pelo arco-íris da política: A Parada Orgulho LGBT na construção da consciência coletiva do Movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal*. 2006. 630f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SILVA, Carla. Homossexuais fazem festa na 'II Parada do Orgulho Gay'. *Correio Popular*, Campinas, 29 jun. 2002.

SOLÀ-MORALES, Manoel. Espaços públicos e espaços coletivos. In: OS CENTROS das metrópoles: reflexões e propostas para uma cidade democrática do Século XXI. São Paulo: Associação Viva o Centro, 2001.

SOUZA, Rose Mary de. Parada Gay diz ter reunido 100mil nas ruas de Campinas. *Terra*, 27 jun. 2010. Brasil, Cidades. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4528053-EI8139,00-Parada+Gay+diz+ter+reunido+mil+nas+ruas+de+Campinas.html>>. Acesso em: 30 nov. 2011.

VILLAÇA, Flávio. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: *Encontro Nacional da ANPUR*, VII, 1997, Recife. 13p. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/efeitos96.pdf>>. Acesso em: 05/10/2012.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WANDERLEY, Luiz E. W. Rumos da ordem pública no Brasil: a construção do público. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v.10, n.4, out./dez. 1996.

ZANCHETTA, Diego. Seis ônibus levam campineiros a São Paulo. *Correio Popular*, Campinas, 18 jun. 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Outras percepções e assuntos discutidos durante as reuniões da Comissão Organizadora, no 1º ciclo da pesquisa de campo.

As apresentações no show de encerramento da Parada foram um tema frequente nas reuniões deste ciclo. Contemplou organização e distribuição de blocos de apresentação e horários de início e término das atividades de encerramento da Parada.

Sobre a divulgação dos eventos e da Parada, a Comissão decidiu enfatizar a publicidade nas redes sociais dos membros, devido a falta de recursos.

O trajeto da manifestação também figurou nas reuniões do período. A Comissão havia previsto um trajeto diferente dos últimos realizados, com encerramento no Centro de Convivência Cultural de Campinas, porém recebeu negativa do poder público que entendeu que seria inviável realizar o encerramento naquele local, devido à falta de lugares para acomodar o público do evento. A Comissão avaliou a coerência do argumento do poder público e resolveu realizar o trajeto mais comum de edições anteriores.

A Comissão Organizadora da Parada LGBT não possuía nenhuma fonte de arrecadação para arcar com as despesas do evento, além das doações de apoiadores da causa. As maiores despesas para a 11ª edição da manifestação foram o pagamento do laudo do palco da Parada, ART elaborada por um engenheiro civil, e da empresa de seguranças contratados para fazer segurança do trio elétrico e palco e cordeiro²⁶ durante o trajeto. Das nove reuniões deste ciclo, em quatro os assuntos de despesas financeiras e possibilidades de ações de arrecadação estiveram presentes. Houve mobilização de toda a Comissão com ideias e ações no sentido de arrecadar recursos. Dentre as sugestões, houve maior destaque à confecção do “Livro Rosa”, espécie de livro-caixa para registro

²⁶ Trabalhador que segura uma corda no entorno do trio elétrico para evitar que os participantes do evento se aproximem demais do trio elétrico, podendo sofrer acidente durante a evolução do percurso.

de entrada de doações para a organização da Parada e dos eventos do Mês da Diversidade. Depois do advento deste recurso, os membros da Comissão se revezariam em levá-lo aos eventos e festas que estivessem presentes para proceder às arrecadações. Isto efetivamente ocorreu. Foram obtidas doações de objetos de membros da Comissão que foram rifados, de dinheiro e de materiais e equipamentos necessários para a realização dos eventos, como extintores, luvas para os cordeiros, equipamentos de som e de informática, entre outros.

Quanto ao relacionamento entre os membros da Comissão, algumas questões discutidas nas reuniões provocaram grandes tensões. Tensões estas que foram além dos âmbitos da concordância ou discordância, causaram, mesmo, mal estar, formação e dissolução de “parcerias” entre os membros e/ou grupos, e que, certamente, refletiu nos caminhos e no desenvolvimento do processo de construção da Parada e dos outros eventos.

Havia, nesta edição da Parada, uma regra que condicionava a “drag queen”, que quisesse fazer apresentação no encerramento, à participação nas reuniões da Comissão. Na maioria das reuniões estas pessoas (de 10 a 12 aproximadamente, contando com acompanhantes que algumas levavam) não interagiam nas discussões que não fossem relacionadas às apresentações no final da Parada. Por participarem das reuniões devido um condicionamento, em muitos momentos, as “drag queens” que não participavam de grupos de militância, incomodavam outros membros da Comissão, especialmente militantes mais engajados na construção da Parada e em diversas vezes surgiram conflitos motivados por questões de comportamento nas reuniões e também por questões pessoais entre as “drag queens”. A situação de mal estar presente e ignorada em todo o processo, causou o entendimento, expresso nos ciclos seguintes, de que era problemática a regra da obrigatoriedade da participação das “drag queens” no processo de construção da Parada. Desta forma, foram abertos caminhos para se pensar na participação destas por livre e espontânea vontade, como acontecia com outros membros, que participavam das reuniões por origens e motivações diversas.

Fora da organização muitos membros possuíam outras relações entre si e estas eram refletidas nas ações e posicionamentos tomados na Comissão. Em

algumas redes sociais da internet foram encontradas, e em conversas casuais de participantes das reuniões, referências à uma prática denominada “máfia”, em que membros mais influentes da Comissão tomariam decisões sobre a Parada fora do coletivo organizador. A regra da obrigatoriedade de participação das “drag queens” nas reuniões para garantir espaço no show de encerramento foi uma tentativa de afastar o estigma de “máfia” dentro da Comissão. O que pôde ser verificado, sem entrar no mérito da palavra “máfia”, constantemente utilizada no meio citado, foi que devido à heterogeneidade de pessoas e objetivos em participar da Comissão, alguns membros agiram de forma a privilegiar questões que não tinham a ver com a construção da Parada.

Outros assuntos, tratados nas reuniões mais às vésperas da Parada foram referentes a organizações gerais como o que cada membro da Comissão faria no dia do evento, acesso ao trio elétrico, entre outras.

APÊNDICE B – Outras percepções e assuntos discutidos durante as reuniões da Comissão Organizadora, no 3º ciclo da pesquisa de campo.

No início do 3º ciclo da pesquisa de campo alguns membros da Comissão Organizadora manifestaram o entendimento de que haveria falta de verba e de vontade política do poder público com aquela edição da Parada LGBT e dos eventos do Mês da Diversidade Sexual. Um membro sugeriu que talvez a Comissão devesse eleger, estrategicamente, as infraestruturas mais importantes para solicitar ao poder público. Outra estratégia discutida foi tentar custear um trio elétrico, não solicitar ao poder público, como em outras edições, para garantir autonomia. Um grupo não concordou, pois entendeu que a prefeitura deveria conceder o que fosse solicitado pelo movimento social. Porém esse assunto não foi adiante devido à falta de perspectiva financeira da Comissão, condicionando a realização das atividades às infraestruturas cedidas pelo poder público.

Neste ciclo foram frequentes as discussões sobre o show de encerramento da Parada LGBT. Foram discutidos, em várias reuniões, os mesmos assuntos, relacionados ao formato das apresentações e quais seriam os critérios de seleção uma vez que as “drag queens” não teriam mais a obrigatoriedade de participar das reuniões.

Neste ciclo foi perceptível os problemas relacionados à dificuldade de alguns membros da Comissão agir em prol da realização das atividades propostas, como participação de ações de arrecadação ou reuniões com o poder público, o que em grande parte originava-se da falta de tempo destes, que trabalhavam ou possuíam outras atividades. O envolvimento com as demandas da Comissão se dava no tempo que cada membro poderia dispor e, em muitos casos, esse tempo se dava somente nas reuniões da Comissão. Outra dificuldade era que muitos membros não tinham experiência em dialogar com o poder público enquanto movimento social. Houve poucos membros que se interessaram em participar das reuniões, a maioria deixava claro que não tinham o interesse em agir nesta esfera. Portanto, restou para alguns poucos membros a interlocução com o poder público, na maioria, participantes de grupos organizados e militantes mais experientes sem vínculo institucional.

A necessidade de recursos para o custeio de algumas despesas, da Parada principalmente, fez com que em várias reuniões fossem discutidas possibilidades de realização de ações de arrecadação. No início do ciclo alguns membros sugeriram e, em determinados momentos, até se comprometeram em organizar festas onde parte dos rendimentos seria revertida para a Comissão. Porém isto não aconteceu. Somente no final de Maio, a pouco mais de dois meses da Parada, a Comissão passou a discutir estratégias mais efetivas de arrecadação. O dinheiro entrou para a Comissão desta edição da Parada LGBT por algumas ações de arrecadação em que alguns membros montadas²⁷ pediram nas ruas do Centro e na Praça Bento Quirino, doações de membros e de empresários do mercado GLS²⁸. Neste ano a Comissão arrecadou, também, nos eventos do Mês da Diversidade. Em todos os eventos os membros explicavam, aos participantes, a situação financeira da Comissão e os gastos necessários para a realização dos eventos. Além disto, havia sobra do ano anterior. Com o montante foi possível pagar o laudo de palco da Parada elaborado por um engenheiro, a empresa de seguranças, os bombeiros para o palco da Parada e outras despesas menores como extintores e artigos para manutenção do equipamento de iluminação da Comissão.

²⁷ Montadas é a forma como as *drag queens* se definem quando estão prontas, com toda a caracterização elaborada, roupas, adereços e maquiagem.

²⁸ GLS é uma sigla de Gays, Lésbicas e Simpatizantes. Usada comumente para referência ao variado mercado direcionado ao segmento homossexual e de simpatizantes. Pode referir a artigos de moda, beleza, entretenimento, entre outros. Diferente de LGBT, sigla que diz respeito ao movimento social que luta por demandas de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

ANEXOS

ANEXO A – Programação do II Mês da Diversidade Sexual de Campinas - 2004²⁹

Dia 17 - quinta-feira

17h - Oficina Sexo Mais Seguro Para Mulheres

19h – Cinema na Praça – Filme - *Uma Cama para Três*

Local: Praça Bento Quirino

Dias 18 a 20, sexta-feira a domingo

II Conferência Municipal GLTTB de Campinas

Local: Estação Cultura (Antiga Estação Fepasa – Centro)

Sexta – 18 de junho

9h - Abertura

10h30 – Mesa Redonda: “Estratégias de Construção do Movimento GLTTB e Sua

Luta Pela Cidadania em Campinas”

13h - Almoço

14h - Regimento Interno - Votação

16h15 - “Cidadania -Travestis em Foco”

18h30 - “Legislação Municipal para GLTTBs”

Sábado - 19 de junho

9h - “O Profissional de Saúde e os GLTTBS”

11h15 - “A Inserção da Temática GLTTB nas Escolas”

13h - Almoço

14h - “Cenário Cultural GLTTB em Campinas”

16h15 - “Juventude - O (des)conforto do Armário”

Domingo – 20 de junho

9h - GT de Saúde, GT de Cultura, GT de Legislação.

11h15 - GT de Cidadania, GT de Educação, GT de Juventude

12h30 - Almoço

13h30 - Plenária Final

Dia 26 - sábado

17h - Sarau das Meninas

Local: Open Bar (Rua Carlos Guimarães, nº11 – Cambu í)

Informações: Maria Amélia – (19) xxxx-xxxx/xxxx-xxxx / Bruna – (19)

xxxx-xxxx / Mary – (19) xxxx-xxxx

Dia 27 - domingo

IV Parada do Orgulho GLTTB – Campinas

13h – Concentração – Praça Bento Quirino

19h – Show de Encerramento com Elza Soares, na Praça Bento Quirino

²⁹ Reproduzido de comunicação de Bodstein (2004), os números de telefone dos organizadores do evento foram omitidos.

Dia 28 - segunda-feira

18h - Ato Público – Entrega da Carta da II Conferência Municipal GLTTB

Local: Plenário da Câmara Municipal (Av. Anchieta, 200)

ANEXO B – Calendário das Atividades do 7º Mês da Diversidade Sexual de Campinas³⁰

03 DOMINGO

GINCANA DA DIVERSIDADE SEXUAL - TAQUARAL

06 QUARTA

ENTREGA DO PREMIO "100% GUERREIRAS"

07 QUINTA

FEIRA DA VIEIRA - BARRACA DO ID (SÃO PAULO)

10 DOMINGO

PARADA DO ORGULHO GAY DE SÃO PAULO

16 SÁBADO

CONCURSO DE NOVOS TALENTOS DA VILA PADRE ANCHIETA

21 QUINTA

DIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA CONTRA DISCRIMINAÇÕES
MOSTRA DE CURTAS LGTTB EM ESCOLAS - ESCOLA 1

23 SÁBADO

MANIFESTAÇÃO SÁFICA AS 18H, PRAÇA BENTO QUIRINO/SUCÃO

24 DOMINGO

7ª. PARADA DO ORGULHO LGTTB DE CAMPINAS

28 QUINTA

DIA INTERNACIONAL DO ORGULHO HOMOSSEXUAL
MOSTRA DE CURTAS LGTTB EM ESCOLAS - ESCOLA 2

³⁰Extraído de comunicação da internet, reproduzido na íntegra.

ANEXO C – Calendário do 10º Mês da Diversidade Sexual de Campinas³¹**Eventos**

12 de junho – Noite dos Namorados (Evento musical e artístico).

17 de junho – Gincana da Diversidade (Evento lúdico-esportivo, com brincadeiras e jogos interativos com equipes organizadas).

22 de Junho – Mostra de Arte LGTB (Teatro, danças, musicais e performances).

23 de junho – Novos Talentos da Vila Padre Anchieta (Concurso de dublagem para *drag queens* e transformistas).

24 de junho – Pedala Bich@!! – A Pedalada da Diversidade (Evento esportivo e cultural).

29 de junho – Big Juice (Evento cultural e artístico com apresentação de jovens artistas iniciantes).

30 de junho – Seminário da Educação (Seminário para discussões sobre homossexualidade, educação e cidadania, voltado para professores da rede pública).

- Feirinha da Diversidade (Feira com exposição e comercialização de produtos da Comunidade LGBT e serviços públicos).

- Manifestação Sáfica (Evento artístico e cultural realizado por mulheres lésbicas e bissexuais).

01 de julho – Parada do Orgulho LGBT

³¹Elaborado pelo pesquisador, a partir de informações extraídas do “Projeto de Atividades do Mês da Diversidade Sexual de Campinas 2012”, da Comissão Organizadora.